



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA

ALÍCIA MOREIRA DE BARROS

**Sexo, gênero e raça: faces de um mesmo dado ocidental -
Uma análise dos trabalhos dos Encontros Nacionais de Educação em Biologia**

Florianópolis
2023

ALÍCIA MOREIRA DE BARROS

**Sexo, gênero e raça: faces de um mesmo dado ocidental -
Uma análise dos trabalhos dos Encontros Nacionais de Educação em Biologia**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica (PPGECT) da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Científica e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Brasil Ramos

Florianópolis

2023

de Barros, Alícia Moreira

Sexo, gênero e raça: faces de um mesmo dado ocidental :
- Uma análise dos trabalhos dos Encontros Nacionais de
Educação em Biologia /Alícia Moreira de Barros ;
orientadora, Mariana Brasil Ramos, 2023.
172 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação Científica e Tecnológica,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação Científica e Tecnológica. 2. Sexo. 3.
Gênero. 4. Raça. 5. Educação em Ciências e Biologia. I.
Ramos, Mariana Brasil. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Científica
e Tecnológica. III. Título.

ALÍCIA MOREIRA DE BARROS

**Sexo, gênero e raça: faces de um mesmo dado ocidental -
Uma análise dos trabalhos dos Encontros Nacionais de Educação em Biologia**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em [[dia] de [mês] de [ano de defesa]], pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Mariana Brasil Ramos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Feibriss Henrique Meneghelli Cassilhas
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Profe. Dre. Yonier Alexander Orozco Marín
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação Científica e Tecnológica.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a) Profa. Dra. Mariana Brasil Ramos
Orientadora

Florianópolis

2023

Dedico esse trabalho a todes aquelas pessoas que contribuíram coletivamente para sua construção, direta ou indiretamente: Mis companheiros do Apocalypse Cùier, meus miques, minha família, minha orientadora, todes aqueles que me co-orientaram, e para meu Nbaby.

DESABAFAMENTOS

Quero mudar um pouco a lógica deste espaço de agradecimento, pois durante toda escrita desse projeto minha sensação foi que a escrita acadêmica não permitia que eu me expressasse livremente. Ainda que me utilizando de ferramentas e fundamentações para ter essa liberdade, eu nunca me senti efetivamente livre para escrever o que de fato eu sentia e percebia. Algo que permeia minhas emoções, e emoção é algo que a ciência ocidental abomina. Aqui quero me permitir expressar as emoções que passaram por mim na escrita desse projeto.

Gostaria de começar desagrdecendo as estruturas que atuam no controle de corpos nas universidades. Não posso citar todas aqui, mas desde o período colonial, existe uma lógica muito utilizada por aqueles que querem explorar o trabalho alheio, que é fornecer um "benefício" ao explorado e em seguida exigir que elu pague por esse benefício, uma estratégia bastante utilizada no setor do garimpo, onde os "patrões" oferecem botas, roupas e moradia, e essas pessoas são obrigadas a pagar com trabalho até que os patrões se satisfaçam.

As instituições que fomentam a pesquisa no Brasil atuam seguindo uma lógica curiosamente semelhante, oferecendo uma bolsa de estudo para pesquisadores, que depois têm que se virar para terminar sua pesquisa, sob ameaça de ficar em dívida permanente com o governo Brasileiro, o que afeta desproporcionalmente estudantes pretos, indígenas, trans e pobres, que precisam se submeter a uma lógica de dedicação exclusiva. Depois que a bolsa acaba, ainda precisam encontrar tempo para exercer um segundo trabalho, para além da pesquisa. Não recebemos férias, décimo terceiro e nenhum direito trabalhista. Obviamente não quero nivelar a realidade daqueles trabalhadores do garimpo em situações análogas a escravidão com estudantes universitários, cujo desnível de privilégio é evidente, mas indicar os cruéis mecanismos de exploração que atuam sobre todos os trabalhadores brasileiras, inclusive aqueles que se dedicam à produção científica. Nesse sentido quero expressar meu descontentamento com a FAPESC, a CAPES, o CNPQ e todos os outros institutos de "fomento a pesquisa" que atuam seguindo essa lógica que nos esmaga. Pesquisa é um trabalho, e não um favor. A contra gosto, por uma obrigação que considero abusiva da parte desses órgãos, destaco que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), e da FAPESC. Minha interpretação pessoal de "apoio" é trabalho mal remunerado e sem direitos.

Desagradoço aquela cisgeneridade branca e heteronormativa que abusa de seus privilégios nas posições de poder das universidades, ignoram questões de raça e gênero, embriagados com sua própria branquitude, masculinidade ou normatividades, perpetuando um ideal de universidade que exclui estudantes pretos, indígenas, trans e pobres, enquanto puxam saco de grandes corporações que dia após dia destroem nossa terra. Desagradoço às burocracias estúpidas, aos rituais de vaidade vazia e aos conservadores de direita e esquerda.

Meu agradecimento hoje é por estar viva, junto daquelas que acreditam em outras formas de ser, estar e fazer no mundo! É por todas mis irmanes, trans, travestis, sapatransviades, pretos e indígenas que resistem e resistiram antes de mim, possibilitando estarmos nesse momento histórico reivindicando outras formas de se agregar em comunidades, buscando soluções civilizatórias para problemas históricos, nunca resolvidos por nossa cultura branca ocidental de origem greco-romana-cristã cartesiana.

Ainda que esta pareça um desabafo pessimista de minha relação com a universidade, eu percebo como absolutamente necessário, ocupar esse espaço com nossos corpos considerados dissidentes, afinal a mudança não acontece espontaneamente e se não formos nós denunciando e resistindo, quem será? Reverencio com maior respeito e admiração todas aquelas que puderam ocupar esse espaço antes de mim, em momentos de muitas outras dificuldades, e todos que ainda irão ocupar.

No Apocalypse Cùier, anunciamos que "Somos feito cupins, consumindo por dentro os alicerces falidos de um sistema fracassado". Somos cupins nas artes, nas universidades, nas movimentações políticas e sociais, nos afetos, nas ruas e onde quer que nossos corpos coexistam, e assim sempre fomos, e sempre seremos enquanto essa lógica de poder estúpida existir.

A todos que acreditam, juntes seguiremos.

Aos que nos marginalizam, se preparem, porque a gente é forte!

RESUMO

As Ciências, especialmente as biológicas, têm sido instrumentalizadas pelo Ocidente, enraizado em uma base cultural greco-romana-judaico-cristã-cartesiana, como meio de justificar violências de raça e gênero contra indivíduos que não se enquadram nos padrões de corpo e mentalidade estabelecidos e impostos pela cultura branca europeia durante os processos de colonização. Esta pesquisa propõe uma fundamentação epistemológica contra-colonial - aqui no sentido literal de ser contra a ideia de colonização, portanto contra-colonial -, com base nas obras de intelectuais como Marimba Ani (1994), Oyèrónké Oyěwùmí (2021), Cheikh Anta Diop (1974), Bas'Illele Malomalo (2021) e outros, que partem de perspectivas éticas e epistemológicas cujas origens culturais estão fora do Ocidente, denunciando o colonialismo europeu, fundador de estruturas como racismo, gênero, patriarcado e capitalismo, profundamente enraizados nas epistemologias consideradas "clássicas" nas ciências, predominantemente produzidas por HEBM (Homens Europeus Brancos e Mortos), como satirizado por Oyěwùmí (2021). Esta pesquisa, de natureza qualitativa, realizou um levantamento bibliográfico dos trabalhos publicados nos Anais dos Encontros Nacionais de Ensino de Biologia (ENE BIO) entre 2005 e 2018, selecionando pesquisas que abordassem temas de sexo, gênero e raça. Analisamos as perspectivas raciais e de gênero apresentadas por esses trabalhos, relacionando-as com o referencial contra colonial através de categorias de análise identificadas no processo, como binarismos, neutralidade na ciência e pessoas lgbtqia + nas escolas, por exemplo. O objetivo dessa análise foi compreender como as categorias de raça e gênero, permeadas por estereótipos e tabus, persistem na ciência e de que forma essas estruturas de poder se relacionam com suas origens.

Palavras-chave: Sexo, Gênero, Raça, Contra-colonial, Ocidente

ABSTRACT

The Sciences, especially the biological ones, have been instrumentalized by the West, rooted in a cultural foundation of Greco-Roman-Judeo-Christian-Cartesian origins, as a means to justify race and gender-based violence against individuals who do not conform to the established standards of body and mentality imposed by European white culture during the processes of colonization. This research proposes an epistemological foundation that is anti-colonial - here, in the literal sense of being against the idea of colonization, hence anti-colonial - based on the works of intellectuals such as Marimba Ani (1994), Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí (2021), Cheikh Anta Diop (1974), Bas'Illele Malomalo (2021), and others. These perspectives originate from ethical and epistemological standpoints whose cultural origins lie outside the West, condemning European colonialism, the founder of structures like racism, gender bias, patriarchy, and capitalism. These structures are deeply embedded in epistemologies considered "classical" in the sciences, predominantly produced by DWEM (Dead White European Males), as satirized by Oyěwùmí (2021). This qualitative research conducted a bibliographic survey of papers published in the Proceedings of the Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENE BIO) between 2005 and 2018, selecting studies that addressed themes of sex, gender, and race. We analyzed the racial and gender perspectives presented in these works, correlating them with the anti-colonial framework through identified analytical categories, such as binarisms, neutrality in science, and LGBTQIA+ individuals in schools, for example. The goal of this analysis was to comprehend how race and gender categories, imbued with stereotypes and taboos, persist in science and how these power structures relate to their origins.

Keywords: Sex, Gender, Race, West, Couter-colonial

SUMÁRIO

DESABAFAMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	8
SUMÁRIO	9
PRIMEIROS ACORDES	10
Capítulo 1 - Paleta de Referências	22
1.1 - Linguagem Imoral	22
1.2 - Marimba Ani e a Crítica Ao Pensamento branco Ocidental	26
1.3 - Oyèrónkẹ Oyěwùmí e a invenção das mulheres	32
1.4 - Gênero: Ferramenta de controle social	38
1.5 - Quem somos Branquitude?	48
1.6 - Ninguém aguenta ser cis	53
1.7 - Branco Cis : Satisfazendo a Asili europeia	56
Capítulo 2 - Caminhos Metodológicos	63
Capítulo 3 - Resultados	79
3.1 - O mito da Ciência neutra e universal	83
3.2 - Binarismos e a norma cisheterossexual compulsória	86
3.3 - Sexo/Gênero em sala de aula: Um tema polêmico	90
3.4 - Corpo como máquina	96
3.5 - “Ideologia de Gênero” e Pânico Moral	100
3.6 - Pessoas LGBTQIA+ nas escolas	104
3.7 - Discussões sobre Raça e fragmentações epistêmicas	112
Capítulo 4 - Contra-Propostas Civilizatórias...	118
Algumas considerações	118
Referências	128
Apêndice A	134
Apêndice B	154

PRIMEIROS ACORDES

Escrever esta dissertação foi doloroso. Talvez esta não seja a maneira mais empolgante de apresentar, academicamente, uma investigação que visa discutir sexo, gênero e raça no Ensino de Biologia, contudo, quando revejo as marcas do processo de pesquisa e de construção deste trabalho, esta reflexão é o primeiro pensamento que me vem à cabeça.

A experiência de Mestrado adoeceu-me... consumiu minha saúde mental nesses últimos quatro anos e, escrevendo, pergunto-me se isso não poderia ter sido de outro jeito.

Recordo que, durante a graduação, experienciei uma realidade de pesquisa e de me fazer bióloga bastante diferente. Nessa época, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), escrevia um Trabalho de Conclusão de Curso em Ecologia e sobre as interações florais em *Annona Crassiflora*, espécie popularmente conhecida como Fruta do Conde. Minha pesquisa, então, consistia em ir para o campo e, exaustivamente, observar os pequenos animais que visitavam aquelas flores peculiares. Era monótono e mecânico, porém, estar cercada pelo cerrado mineiro e suas belezas tinha algo de lúdico. Observando, pude, satisfatoriamente, aproveitar de momentos interessantes.

Nesse período, eu era lida pela sociedade como um homem cisgênero branco. Como única realidade apresentada a mim, no momento, eu mesma me entendia assim. Independentemente de todas as inadequações que eu sentia em relação a meu corpo e à minha performance de gênero, essa condição cisgênera foi percebida por mim, por todos ao meu entorno e como norma imposta pela sociedade.

Pode-se entender a cisgeneridade como a identidade de gênero atribuída ao nascimento e coincidente com os atributos biológicos que a sociedade reconhece ou espera como sendo de homens ou mulheres. A transgeneridade fratura essa norma.

Uma pessoa trans não se lê na chave binária do sexo/gênero atribuído ao nascimento.

Essas percepções da diferença marcaram a maneira pela qual eu interagía com o mundo e, em contrapartida, como ele reagia em mim. Embora não tenha sido fácil, não me recordo de nenhum atrito pessoal significativo com outros estudantes ou professores no período, mesmo tendo atuado politicamente no Diretório Acadêmico do Curso de Ciências Biológicas durante quase todo o período da graduação.

Concluí as duas habilitações - licenciatura e bacharelado - em 2016. Em seguida, atuei como professora de Biologia na Educação Pública e como Professora particular de Piano. Esse é um momento marcante, pois passo a perceber e a compreender o gênero em minha vida, inclusive pela maneira nociva como ele me atravessava ou me era imposto. Ser homem cisgênero não era, para mim, uma prerrogativa da natureza, a qual eu estaria fadada a performar pelo resto da vida, ou seja, essa performance não me cabia. Enfim, eu era outra coisa, outra pessoa, outro modo de ser...

Durante a maior parte de minha vida, eu sequer soube da existência de corpos e possibilidades trans, estando, portanto, conformada a performar uma identidade cisgênera compulsória e única. Uso o termo "Trans" de forma mais coloquial, como sinônimo para o termo guarda-chuva transgênero, e faço essa explicação por entender que pode não ser um termo corrente do vocabulário cisgênero, mas, dentro do meio trans, esses termos são usados de forma corrente e, usualmente, é conhecimento comum para nós.

As identidades consideradas fora dos padrões de gênero, raça e corpo não são bem-vindas no ambiente escolar porque colocam em xeque a suposta estabilidade das normas. A simples menção do termo "travesty", independente do contexto, é considerada nas escolas um tabu ou um tema polêmico. As aulas de Biologia sempre me mostraram corpos cisgêneros, brancos e heterossexuais, presentes nos livros didáticos e nos discursos de professores e alunos, como modelos universais de humanidade e de corporeidade. Logo, na escola, o medo de

não me enquadrar no padrão estabelecido de masculinidade sempre esteve presente, pois, para os colegas e muitos professores, quem se desvia deste formato é, de pronto, rotulado de "o viadinho", "a bixa"; é motivo de chacota, de violências psicológicas, simbólicas e físicas.

Nem a escola e tampouco a Universidade deram-me a compreensão do que é ser uma travesty. Longe disso... discutir gênero, para além de um tema periférico nas Ciências Biológicas, é indesejável nesses lugares; e o pouco espaço de discussão existente no ambiente acadêmico foi conquistado e é mantido à custa de nosso sangue e luta.

Reflito, hoje, sobre como seria diferente, caso eu tivesse compreendido minha própria identidade de gênero anos antes, como seria se o ambiente escolar e o acadêmico estivessem preparados para receber, em toda a diversidade que esperamos desses espaços, não apenas as pessoas trans, mas, também, as pessoas pretas, indígenas e as pessoas com deficiência.

Na universidade, fui percebendo que as discussões realizadas, na maioria dos espaços acadêmicos em que estive presente, excluíam-nos ou sequer mencionavam nossos corpos. As epistemologias, filosofias e referências de destaque nos espaços formais de ensino possuem origem, majoritariamente, nos mesmos corpos brancos, masculinos e cisgêneros (OYĚWÙMÍ, 2021) e são chamadas de "clássicas". Este adjetivo se torna uma maneira convenientemente covarde de mascarar as normas e de fugir das críticas que apontam essas epistemes como racistas, transfóbicas e misóginas.

Foi apenas convivendo com outras pessoas trans que pude acessar vivências e informações que, finalmente, permitiram-me compreender melhor quem eu era e quem eu poderia vir a ser. Sendo este um trabalho situado (HARAWAY, 1995)¹, e reconhecendo a importância desse posicionamento para que se possa compreender

¹ Para Haraway (1995), os saberes devem ser localizados em relação às pessoas sujeitos, aos lugares sociais e de fala / ação e em relação às contingências de suas produções, não separando pesquisa da vida social e das posições de classe, raça, etnia, gênero e sexualidade que atravessam a construção do conhecimento científico.

os vieses e perspectivas que influenciam a construção do saber, localizo-me como uma pesquisadora branca e Travesty.

Reconhecer-me não foi um processo simples; exigiu uma investigação profunda sobre as estruturas sociais de sexo, gênero e raça que moldaram minhas vivências ao longo da vida. Esse processo de reflexão, portanto, foi fundamental para a construção desta dissertação.

É importante enfatizar que esse corpo travesty e *branke* é parte inseparável da produção da pesquisa. É a partir *delu*² que sinto, penso e questiono as categorias nas quais estou arbitrariamente inserida, resultado de uma cultura que não é universal e muito menos imparcial. Como pesquisadora branca, tenho a responsabilidade moral de reconhecer e atuar contra as opressões que são reproduzidas para e a partir deste corpo.

Ingressar no curso de Mestrado, na Universidade Federal de Santa Catarina, agora reconhecida como um corpo trans, foi uma experiência transformadora em muitos níveis.

Percebi meu corpo e minhas ideias sendo recebidos de outra forma. Desde olhares desconfortáveis em algumas aulas e corredores até situações nas quais eu explicitamente necessitava defender/demarkar minha identidade e o meu gênero. Houve conflitos políticos que resultaram em atritos pessoais com outros alunos e professores (destaque para o uso do gênero masculino). Não quero estabelecer aqui uma tabela causal que represente minha mudança de identidade de gênero em função dos conflitos no ambiente universitário, a situação é muito mais complexa que isso, sendo preciso também levar em consideração que estou cursando meu mestrado em outro lugar, outro tempo e com outro nível de maturidade. Minha intenção é apenas refletir sobre como senti a Universidade como um lugar hostil para muitos corpos, assim eu sinto agora, mas não antes.

² Uso no texto uma forma de escrita inclusiva, evitando a flexão de gênero masculina ou feminina a fim de também incluir pessoas dissidentes e não binárias. Aprofundarei melhor esta forma de escrita no primeiro capítulo desta pesquisa.

Toda essa carga emocional trouxe para minha pesquisa um aspecto ambíguo. Por mais que fosse desmotivante escrever nesse contexto, que também inclui um panorama político totalmente desfavorável em meio ao mandato de um presidente declaradamente misógino e homofóbico, também foi um ato de resistência e de afirmação travesty. Cada linha escrita foi uma conquista, cada palavra um grito de liberdade e cada parágrafo uma tentativa de construir um mundo mais seguro para mim e para as *mis companheires*. É isso, e apenas por isso, que eu segui tentando.

Nesse sentido, talvez a melhor coisa que essa pesquisa me trouxe foi poder construir o Apocalypse Cùier. Além de pesquisadora, sou musicista, e tenho vivido da música nos últimos dois anos.

O Apocalypse Cùier é uma banda composta apenas por pessoas trans e da qual eu faço parte como pianista e produtora musical. Por meio da arte, tenho conseguido junto com *mis companheires*, traduzir e amplificar muito dos conhecimentos e debates que tivemos sobre gênero e raça dentro da Universidade, afinal a arte permite se libertar das fúteis amarras burocráticas que a academia tende a se apegar. É neste lugar que tenho conseguido dar melhor vazão às inquietações que sinto na Universidade e, por isso, em diversos momentos pretendo compartilhar reflexões que trago diretamente de nossas composições.

Essa confluência é possível, pois a construção de uma pesquisa científica não se dá em um vácuo de imparcialidade. Toda pesquisa é feita em um contexto histórico social, político e cultural da qual quem pesquisa está *inseride*.

Desde as bases fundantes do pensamento científico moderno de origem greco-romana-judaico-cristã-cartesiana, tem-se buscado e reivindicado a ciência feita a partir de um local neutro - quase místico, que teria o poder de revelar as verdades universais da natureza. Entretanto, esse paradigma, ainda com sólida autoridade material e simbólica, tem sido questionado por grupos considerados dissidentes dos padrões de raça, gênero e sexualidade estabelecidos pela cultura

ocidental³, tais como corpos trans, *pretos*, indígenas e pessoas com deficiência (PCDs). Historicamente, esses grupos têm apontado tais categorias como ferramentas arbitrárias que favorecem e perpetuam um tipo de pensamento historicamente construído a partir das invasões europeias e estabelecido como referência acadêmica universalizante (BANDEIRA, 2008).

É nas disciplinas de Ciências e Biologia que se concentram formalmente os principais conteúdos relacionados às temáticas de gênero, sexo e sexualidade na Educação Básica (DOS REIS; PINHO, 2016). A partir delas, se discutem os corpos e suas classificações biológicas, via de regra, dentro dos vieses que compreendem o sexo biológico como um dado puramente natural e definitivo, ligado a uma ideia binária de sexo que associa masculino e feminino como sinônimo para homens e mulheres, respectivamente, e ainda ignorando seus atravessamentos de raça (OYĚWÙMÍ, 2021). Corpos e normas heterossexuais e cisgêneras são uma regra, que se somam nas violências contra pessoas que não se encaixam nessas categorias, incluindo estudantes e professores, que certamente estarão inseridos nesse contexto e deveriam se ver *representades* e *respeitades* nos conteúdos de cada disciplina.

As discussões sobre gênero, que já ocupam os espaços acadêmicos há algumas décadas, ainda são insuficientes para acolher e estimular o respeito às pessoas LGBTQIA+⁴ em sala de aula e a negligência com o tema também é evidente na formação docente em Ciências Biológicas na qual a abordagem é em grande parte insuficiente, e ocorre quando muito nas disciplinas optativas. Como resultado, boa parte dos professores não possui conhecimento suficiente para trabalhar a temática com o cuidado necessário. (DOS REIS e PINHO, 2016; YAMAGUCHI, 2019) e, muitas vezes, não se sentem *preparades* para isso (SOUZA;

³ Por "Cultura Ocidental", quero me referir à influência cultural das invasões e colonização Europeia, de origens greco-romana-judaico-cristã-cartesiana, conforme o conceito de *asili cultural*, cunhado por Marimba Ani (1994), que tem continuidade com o imperialismo Norte Estadunidense.

⁴ A sigla se refere ao movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas Transgênero, Queer, Intersexuais e Assexuais. O símbolo "+" representa identidades dissidentes que não se encaixam nas demais expressões descritas pela sigla.

DINIS, 2010; ZANELLA, 2018). A sexualidade é muitas vezes tratada como um problema, a ser entendido e analisado sob a ótica da saúde pública, com enfoque nos programas de prevenção à gravidez na adolescência e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) 's (ALTMANN, 2001), uma abordagem reducionista e que limita o entendimento da sexualidade como dimensão complexa da vida humana que inclui aspectos sociais, culturais, psicológicos e políticos, como resultado de políticas que contribuem para a manutenção de velhas estruturas de poder e opressão atuando apenas sobre determinados corpos.

A conjuntura política brasileira, nas duas últimas décadas, tem sido marcada pelo estabelecimento de discursos conservadores e reativos, abertamente transfóbicos, homofóbicos e racistas, que reverberam em lideranças econômicas, representantes parlamentares, a exemplo: figuras como Damares Alves, ex-Ministra da Família no Governo Jair Bolsonaro e atual senadora da República pelo Distrito Federal, Nikolas Ferreira, atual deputado federal (PL), Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual de Santa Catarina (PL) entre outros que ocupam cargos de destaque no âmbito político, midiático e em certos setores religiosos católicos e neopentecostais como grupos Pró-Vida e Pró-Família.

Nesse contexto, tem se difundido o termo "Ideologia de Gênero"⁵ como uma forma pejorativa de se referir aos tímidos avanços das políticas educacionais que buscam estimular debates sobre sexo, gênero e sexualidades nas escolas (REIS; EGGERT, 2017). Processo que contribui para deslegitimar essas políticas e reforçar estruturas de poder que se baseiam em concepções ditas "conservadoras" de raça e gênero, perpetuando preconceitos e discriminações.

Essa suposta "Ideologia de Gênero" vem sendo utilizado extensivamente por esses-grupos políticos autodeclarados conservadores e cristãos, representados por lideranças influentes no Brasil que se dizem ameaçados pelos avanços das lutas por direitos LGBTQIA+. Esses grupos alegam que os debates sobre temas como sexo,

⁵ O termo se refere a uma interpretação atual distorcida do modo como foi anteriormente usado pela estudiosa Joan Scott, teórica de orientação marxista, para se referir a como o movimento feminista de segunda onda examinava e denunciava as ideologias do machismo e do patriarcado (estas sim, a meu ver, ideologias de gênero!)

gênero e sexualidade em sala de aula podem levar à degeneração moral dos valores tradicionais da família (REIS; EGGERT, 2017). Argumentam que o contato de estudantes com essas discussões pode influenciar negativamente em sua identidade de gênero e orientação sexual, promovendo a homossexualidade, a transgeneridade e a promiscuidade.

Em contraste, a vivência das pessoas Trans no Brasil é marcada por um histórico de lutas em busca de reconhecimento, respeito e sobrevivência, tendo em vista a elevada violência direcionada a essa população. O país tem a deprimente marca de ser o que mais mata pessoas trans e travestys no mundo, em situações brutais de violência, além de apresentar índices alarmantes de feminicídio (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019; SÃO PAULO, 2021). A violência material contra corpos trans é apenas o último estágio de um processo de opressão e ódio que se perpetua em todos os níveis da estrutura social, incluindo dentro do processo de ensino-aprendizagem (DO REGO, 2014).

As questões que permeiam estas discussões são de gênero, mas também de raça e precisam ter lugar de destaque nas salas de aula, já que são garantidas pela lei N.10.639 (BRASIL, 2003) e com a Lei N. 11.645 (BRASIL, 2008) - que se referem à inclusão de conteúdos que tratem de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino, abrindo perspectivas para a problematização dos processos de racialização e generificação da diferença nos ambientes educacionais e científicos - como forma de garantir a reflexão de estudantes, professores e toda sociedade sobre essas situações de violência tão comuns no cotidiano de pessoas pretas, trans, povos indígenas, PCD's e outras tidas como dissidentes.

Não por acaso, justamente as discussões de raça, assim como as de gênero, são alvo frequente dos grupos políticos conservadores e fundamentalistas religiosos, por meio de projetos como Movimento Escola Sem Partido (MESP), que visa retirar ou restringir da sala de aula (e de qualquer meio de comunicação, no que depender dessas pessoas) os conteúdos relacionados às "ideologias de gênero" ou "as doutrinações marxistas", terminologias que esses grupos utilizam para englobar basicamente toda ideologia que esteja em desacordo com as suas proposições e

visões de mundo (MIGUEL, 2016). No contexto atual, o projeto de extermínio que afeta desproporcionalmente pessoas trans, pretas, indígenas e dissidentes ocorre há séculos. Se não formos capazes de construir uma resistência sólida e urgente contra a violência estrutural, essa realidade continuará a existir diante de nossos olhos, e, ainda assim, sem serem percebidas por parte significativa da sociedade.

Os corpos que estão sendo ameaçados são os mesmos corpos dissidentes das normas de gênero e raça e toda essa violência acaba embutida em nossos processos de ensino e aprendizagem. E essa é a verdadeira ideologia de gênero, nas palavras de Keller (2006, p. 15):

A teoria feminista foi em geral entendida, pelo menos por suas primeiras autoras, como em si mesma uma forma de política – isto é, como “política por outros meios”. Pretendia facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenham (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização.

Ideologia de Gênero é a situação que vivenciamos, muitas vezes, sem perceber, e que é produzida socialmente para manter as relações hierárquicas de percepções dicotômicas em nossa sociedade. Desconstruir essas estruturas passa pela revisão da forma como aprendemos e ensinamos, e, principalmente, pela compreensão dos ideais racistas e misóginos subjacentes a elas. Somente assim poderemos buscar estratégias efetivas de contra-ataque, que garantam a sobrevivência de nossos corpos e ideologias. Nessa luta, a educação é um processo poderoso e necessário.

A presença dessas violências na forma como fazemos e ensinamos ciências, se perpetua no interior dos laboratórios e grupos de pesquisa, passando pelas salas de aula de todos os níveis de ensino, até os produtos de mídia que consumimos. Como professora de ciências e biologia, sinto a urgência em me aprofundar e denunciar essas opressões que também passam pelo meu corpo nos espaços sociais, não por uma necessidade individual, mas coletiva. *Mis irmans* trans e travestis (e não só *elus*) estão literalmente sendo *assassinades*, como resultado da perpetuação de um ideal que se solidifica sobre uma concepção de "Ciência".

A biologia, como campo do conhecimento científico, teve um papel fundamental na construção das categorias de raça e gênero que são utilizadas até hoje para violentar e controlar corpos e, portanto, é razoável esperar que esse mesmo campo científico, no mínimo, se responsabilize e atue para reparar o imenso dano social causado.

Esta dissertação é, assim, um trabalho contra-colonial, no sentido de contra uma estrutura política e epistemológica estabelecida através do processo de colonização, que se utilizou de estruturas criadas pelo ocidente, de origem greco-romana-judaico-cristã-cartesiana, para dominar corpos, culturas e possibilidades de existência, à partir de referências como Marimba Ani (1994) e Oyèrónké Oyěwùmý (2021).

Eu acredito no Ensino de Ciências como um espaço de acesso ao conhecimento científico e de outras possibilidades de ser e estar no mundo. Este deve ser usado como uma ferramenta de luta pelo empoderamento e pela liberdade de nossos corpos. Enquanto professora, também acredito que Educação possui um potencial de transformação da realidade, e essa transformação é mais do que necessária para que possamos enfrentar a crise civilizatória sem precedentes que vivemos. Uma crise que é ambiental, social e política, só poderá ser superada se houver uma profunda reestruturação na forma como ensinamos e aprendemos a pensar, sentir e existir.

Ao refletir sobre minha experiência na universidade, reconheço o privilégio de ter participado de diversos espaços que efetivamente buscam debater e solucionar questões de grande relevância para a contemporaneidade, especialmente em relação a gênero, raça e diversas questões ambientais. Apesar de sua importância, sinto que esses espaços ainda são escassos e pouco valorizados, quase como pequenos oásis de esperança em meio a uma realidade caótica, e por mais que permitam discussões importantíssimas, percebi algo que passou a me deixar bastante inquieta.

Embora existam importantes discussões no Ensino de Ciências sobre sexo biológico, gênero e raça, sinto falta da relação e localização cultural existente entre

essas categorias, especialmente entre sexo/gênero e raça. É como se as discussões, especialmente aquelas de pesquisadoras brancas sobre sexo/gênero estivessem sendo feitas separadamente das de raça, podendo até existir uma ou outra menção, mas sem uma relação significativa entre elas.

Essa fragmentação dos debates abre brecha para uma série de silêncios e invisibilização de corpos e saberes, mesmo que de forma não intencional, e também pode acabar segregando problemas cujas soluções podem estar justamente na sua compreensão enquanto parte de um mesmo mecanismo.

Considerando os mecanismos de exclusão a partir dessa fragmentação, coloco algumas perguntas importantes para situar a problemática da pesquisa:

- Como a relação entre as discussões sobre gênero/sexo e raça estão sendo feitas? Quais mecanismos sociais contribuem para esse fenômeno?
- Quais corpos (*brancas, pretas*, indígenas, cisgêneres, transgêneres, PcD's, etc) se beneficiam desses discursos, e qual a importância de localizar os corpos que produzem determinados conhecimentos?
- Como os trabalhos da área de pesquisa em Ensino de Biologia têm lidado com essas questões?
- Como essas discussões relacionam questões raciais às vivências trans?

Diante do exposto e da problemática de investigação, essa pesquisa visa compreender como essas questões vêm sendo tratadas no Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENE BIO) entre os anos de 2005 a 2018 para, assim, poder ter se traçar uma perspectiva mais consistente do panorama geral dessas discussões no recorte escolhido.

O ENE BIO é um espaço consolidado de debate sobre ensino de Biologia, tratando das mais variadas temáticas inclusive questões sobre sexo/gênero, raça e transgeneridades. Os trabalhos compilados, por meio de uma pesquisa bibliográfica e de caráter qualitativo, desdobram-se em discussões significativas, categorizadas ao longo da dissertação, mas, também, apontam para algumas ausências no Ensino de Biologia, especialmente, as que tangem a categoria raça.

O trabalho está organizado em 4 capítulos.

No capítulo inicial, faço uma exposição detalhada das principais fundamentações teóricas e bases epistemológicas que irão guiar esta pesquisa. No segundo capítulo, apresento os caminhos metodológicos percorridos neste estudo. O terceiro capítulo é destinado à exposição dos resultados obtidos pelo levantamento bibliográfico conduzido e, por fim, no último capítulo busco um diálogo entre resultados com os alicerces teóricos discutidos no capítulo inicial.

A partir desse recorte, e diante das limitações impostas pelos modelos acadêmicos formais, pretendo procurar por formas de contribuir para o movimento de resistência contra a violência estrutural que afeta desproporcionalmente pessoas pretas, trans e indígenas.

Esse trabalho, portanto, é reconhecidamente enviesado e tem, explicitamente, razões políticas de existir, buscando confrontar limites e quem sabe anunciar possibilidades para além do uso de certas terminologias da Educação em Biologia, especialmente para se compreender e atuar no lento processo de implosão da raça e do gênero como categorias de dominação. Assim, a dissertação, a partir de minha perspectiva enquanto pesquisadora travesty, é não somente uma crítica sobre a produção acadêmica da área e sobre a responsabilização do coletivo de pesquisadores que a constroem. É também uma perspectiva para se rever as fragmentações e como o conhecimento produzido academicamente contribui para visibilizar certos corpos e certas teorias, ou seja, é uma referência para se ampliar os olhares e para praticar a inclusão de outras vozes no campo da ciência.

Capítulo 1 - Paleta de Referências

O presente capítulo objetiva apresentar o recorte teórico da dissertação. Ele está apresentado como uma paleta de referências, ou seja, um esboço de como me aproprio dos referenciais teóricos para pensar a Ciência, o Ensino de Biologia e a constituição dos pensares sobre sexo, gênero e raça na área. Para tal, discutirei a linguagem enquanto ferramenta imposta pela cisgeneridade, o pensamento branco, a invenção do gênero como categoria de dominação e os privilégios estabelecidos na branquitude e nas normatividades heterocentradas e cisgêneras. Esse é o importante caminho que se entrelaça à minha identidade de pesquisadora travesty e, ao mesmo tempo, contribui para interpelar a área de Ensino de Biologia na legitimidade de um pensamento de sexo, gênero e raça que não contempla a diferença e a diversidade.

1.1 - Linguagem Imoral

Embora raramente percebida pela cisgeneridade - termo que dá nome e agrupa o coletivo de corpos vistos e classificados a partir do sexo biológico como "naturais" na cultura ocidental (SIMAKAWA, 2015), as pessoas trans percebem através do corpo o valor e a importância que o gênero das palavras desempenham.

Nossas *corpas* são *desrepeitades* com a institucionalização e a naturalização das categorias de gênero e raça até mesmo na maneira com que falamos e nos expressamos.

A não-binariedade é um conjunto de identidades construído a partir da não conformidade com as categorias binárias homem ou mulher e, segundo Hellen Taner De Lima (2020, p 172), ela pode:

[...] ser os dois ou nenhum ou outros gêneros ou ainda fluir entre alguns deles. Não tendo também relação com orientação sexual, podendo ser variada entre cada indivíduo independente de sua identificação.

Podendo a pessoa querer fazer uma transição medicamentosa e intervenções cirúrgicas ou não. Ainda, se faz necessário compreender que nem toda pessoa não-binária é ou pretende ser andrógina.

Então, como se referir a pessoas que se percebem não-binárias ou aos corpos que de, quaisquer outras formas, não se encaixam nos moldes pré-estabelecidos de gênero?

Há ainda aquelas pessoas classificadas dentro do espectro da Intersexualidade, que pode ser descrito como diferenciações biológicas corporificadas no que seriam ambiguidades sexuais tais como: alterações em níveis hormonais ou genitais fora da norma sexual binária, por exemplo (pênis-escrotos/vagina-útero-seios) (DE LIMA, 2020).

Ele, ela, dele, dela, carregam significados que nem sempre contemplam a totalidade e diversidade da expressão de nossos corpos, espíritos e intelectualidades. Muitas vezes, esses pronomes representam justamente conceitos que rejeitamos devido à carga simbólica e histórica que carregam.

Vejamos, por exemplo, uma pesquisa realizada pela cientista cognitiva norte estadunidense Lera Boroditsky, na University of California San Diego (2003). A autora separou dois grupos de pessoas, sendo um constituído por falantes de alemão e outro de falantes do espanhol. Ela selecionou um conjunto de 24 palavras que, em uma das línguas, eram associadas ao gênero masculino, e na outra, ao gênero feminino, ou seja, possuíam gêneros "opostos" em cada uma das línguas. Os participantes da pesquisa deveriam, então, atribuir adjetivos que descrevessem esses termos. Uma dessas palavras era "chave" que, em espanhol tem o gênero no feminino (la clave) e foi descrita como dourada, pequena, amável, brilhante e minúscula. Em alemão, entretanto, "Schlüssel" possui o gênero masculino e recebeu adjetivos como, pesada, dentada, metálica, serrilhada e útil.

Outro exemplo é a palavra "ponte", que em alemão é feminina e foi descrita como linda, elegante, frágil, pacífica, bonita e fina. Em espanhol, "el puente" é masculino e seus adjetivos foram grande, perigoso, longo, forte, robusto e imponente.

Ao longo de toda a pesquisa, foi possível observar uma recorrência desse padrão, ou seja, a atribuição de adjetivos distintos para uma mesma palavra, de acordo com o gênero gramatical que ela assume em cada língua. O gênero se manifesta na linguagem e no pensamento, exercendo uma influência com base nas características associadas e esperadas desse gênero em uma determinada cultura.

A palavra que é feminina, passa a ser associada com as próprias características atribuídas ao feminino (os papéis de gênero feminino em determinada sociedade e época), o mesmo vale para palavras caracterizadas no masculino. Os papéis de gênero são performances socialmente esperadas de homens e mulheres, representando características que são atribuídas a indivíduos masculinos e femininos. Essas representações, embora sejam construções sociais e culturais, muitas vezes são tratadas como ideais naturais (GOMES, 2007).

Se for possível decodificar essa influência nos nomes dados a objetos, podemos esperar que essa influência também se manifeste nas relações entre pessoas, já que o uso da linguagem é um aspecto fundamental da interação humana.

Não é mera coincidência que, para a tradição cristã ocidental, "Deus" seja representado como masculino, e a própria concepção de humanidade seja personificada na figura do "Homem", o que representa um problema, uma vez que o "*homo sapiens*" ocidental se define em torno de um ideal masculino cisgênero, branco e heterossexual, que estabeleceu categorias hierárquicas de dominação como uma forma de consolidar o seu poder, inclusive por meio da linguagem.

Nesse sentido, achei pertinente trazer o apontamento de um homem cisgênero, que fala a partir de sua própria experiência de gênero, o qual está presente nos agradecimentos do livro "A falsa medida do Homem" do paleontólogo estadunidense Stephen Jay Gould:

Uma observação quanto ao título: espero que se entenda o sentido aparentemente machista do título, que [...] também implica um comentário sobre os procedimentos dos deterministas biológicos discutidos no livro. **Eles, com efeito, estudaram 'o homem' (ou seja, o europeu branco de sexo masculino), considerando esse grupo como padrão de medida**

que consagrava a inferioridade de qualquer outro grupo humano
(GOULD, 2014, p. 16, grifo meu).

É através da busca por formas de comunicação que respeitem as identidades trans e não binárias que as flexões de pronomes como "elu" e "delu" estão sendo adotadas dentro da comunidade LGBTQIA+ e conquistando cada vez mais espaço, inclusive dentro de universidades e instituições públicas.

Ainda que não exista um consenso sobre o uso dessa linguagem inclusiva, ou neutra, nem na própria comunidade trans, esse debate já gerou uma série de manuais e cartilhas, como o "Manual para o uso não sexista da linguagem". (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2014) e o "Manual prático de linguagem inclusiva" (FISCHER, 2021). Por decodificar e reconhecer as violências impregnadas nessas palavras, temos subvertido essas normas, muito além das ortográficas. Buscamos cuidado e afetividade entre nós e nossas plurais identidades, reconhecendo que nossos corpos serão representados de forma mais inclusiva e respeitosa.

Pensando nessas questões, buscarei sempre que possível abraçar a linguagem inclusiva (ou neutra) para se referir ao gênero de algumas palavras e ao que elas representam. Importante pontuar que assim como na linguagem corrente do dia a dia, o uso dessa linguagem não tem pretensão de que abandonemos as flexões masculinas e femininas, estas ainda são usadas e é possível que uma mesma palavra seja tratada dentro de um desses gêneros em um momento e por pronomes inclusivos em outros a depender do contexto, e por isso eventualmente posso utilizar pronomes inclusivos em uma situação e deixar de utilizar em outra em que seja assim coerente com o diálogo em questão.

Ao utilizar as palavras "branque" e "pretas", por exemplo, posso optar pela linguagem inclusiva, pois entendo que a sua conformação masculina ou feminina pode reforçar justamente as violências que denuncio. Em muitos momentos, a língua portuguesa não nos oferece ferramentas para tornar neutro o gênero de várias palavras, e isso traz uma série de significados que carregam consigo a ideia do

gênero impresso na própria palavra (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES, 2014; FISCHER, 2021).

1.2 - Marimba Ani e a Crítica Ao Pensamento branco Ocidental

Ao me deparar com a complexidade dos mecanismos de poder que regem as relações sociais e as desigualdades que permeiam nossa sociedade, percebi que minha pesquisa possuía uma lacuna epistemológica muito simbólica. Estava aparente a necessidade de relacionar as questões de gênero às questões de raça em um nível mais estrutural. Agradeço enormemente a Luck Yemonja Banke, na época meu companheiro de casa, de Apocalypse Cùier e de orientação, que me indicou a leitura de "Yurugu: Uma Crítica Africano-Centrada do Pensamento e Comportamento Cultural Europeu" como referência necessária em minha pesquisa.

Inicialmente, confesso que tive certa resistência em relação à obra indicada, pois sentia que seria necessário mudar completamente o rumo da minha dissertação para incorporar suas ideias. No entanto, à medida que fui mergulhando nas páginas de "Yurugu", comecei a perceber a profundidade e a importância das reflexões de Marimba Ani (1994). Muito além de uma referência, ela me levou por caminhos epistêmicos que eu desconhecia e contribuiu significativamente na compreensão de estruturas e mecanismos de poder que regem nossa sociedade ocidental.

O processo histórico que consolidou uma hegemonia eurocêntrica colonial, de raízes greco-romanas, resgatadas durante o renascimento e o iluminismo, constituiu na modernidade uma ciência que precisa se distanciar da religião. A igreja cristã e a ciência valeram-se da filosofia grega, em especial de Platão e Aristóteles, para construir uma apologética, no caso do cristianismo, retomada principalmente por Agostinho e Tomás de Aquino na Idade Média (ANI, 1994).

Na ciência, o racionalismo iluminista, com ênfase no trabalho de René Descartes, transforma radicalmente a ciência moderna do Século XVII que, assim como a igreja, possui seus próprios "dogmas" ou premissas, sugerindo apenas um

modo de se chegar à verdade por meio da lógica, garantindo a objetividade, ou, como afirma Marimba Ani, um distanciamento emocional (1994).

O objetivo deste trabalho não é se detém em revelar os processos históricos e complexidades civilizatórias que fundam a ideia de ocidente, já elaborados com excelência no tratado Yurugu - uma crítica africano centrada do pensamento e do comportamento cultural europeu, mas avaliar de que forma continuamos a produzir conhecimentos com base nesta única estrutura filosófica e epistemológica, que constituem as raízes dos atuais modelos sócio-políticos-econômicos, perpetuado nos estudos e ensino de ciências e biologia no Brasil.

Marimba Ani é uma antropóloga e estudiosa dos Estudos Africanos, conhecida principalmente pela crítica abrangente da cultura e pensamento europeus e por ter cunhado o termo "Maafa" para designar o holocausto africano. O livro Yurugu, publicado em 1994, é uma crítica afrocentrada ao pensamento e comportamento cultural europeu e sua influência na formação de estruturas institucionais modernas por meio do colonialismo e imperialismo. Ani investiga as causas da supremacia branca e defende que o pensamento europeu acredita implicitamente em sua própria superioridade. O livro aborda também a capacidade dos europeus e norte-americanos brancos para a perpetração de violência física contra outras culturas, resultando em um tratamento anti-humano e genocida desses povos.

Utilizando seu espírito africano para se apropriar de termos do swahili (idioma de origem bantu e a língua africana mais falada), Ani propõe uma categorização tripartida para a análise da cultura:

- *Asili* – É o germe/semente de desenvolvimento de uma cultura. É a essência cultural, o núcleo ideológico, a matriz de uma entidade cultural que deve ser identificada, a fim de fazer sentido das criações coletivas de seus membros.
- *Utamarozo* – Pensamento culturalmente estruturado. É a maneira em que a cognição é determinada por uma *Asili* cultural. É a forma na qual o pensamento de membros de uma cultura devem ser modelados se o *Asili* for cumprido.
- *Utamaroho* – A força vital de uma cultura, posta em movimento pela *Asili*. É a fonte de confiança ou energia de uma cultura; o que lhe dá o tom

emocional e motiva o comportamento coletivo dos seus membros. Tanto o *Utamawazo* quanto o *Utamaroho* nascem da *Asili* e, por sua vez, afirmam-na. Eles não devem ser pensados como distintos da *Asili*, mas, como as suas manifestações. (ANI, 1994).

Segundo a autora, a cultura europeia é construída sobre esse núcleo ideológico denominado *Asili*. Esse núcleo é responsável por criar um ideal de baseado em dualidades que fragmentam a compreensão e as formas de sentir o mundo ao nosso redor em dois termos. Algumas exemplos dessas dualidades são "homem" e "natureza", "europeu" e o "outro", "homem" e "mulher", "razão" e "emoção", "bem e mal". A separação para o controle é instrumentalizada a fim de manter as estruturas de poder e opressão presentes em nossa sociedade.

Essa fragmentação binária opera valorizando apenas um dos termos em detrimento do outro, associando aspectos negativos aos "outros culturais", como povos não-europeus e não-brancos. Isso contribui para a negação da humanidade desses grupos, perpetuando a violência e a marginalização. Além disso, essa valorização cria uma sensação de autoridade e superioridade artificial da cultura europeia sobre as outras, reforçando assim o sistema de dominação cultural e social.

Nesse sentido, é interessante analisar a construção da ideia de "razão" na cultura europeia, alicerçada pelo iluminismo e por raízes grego-romanas. É possível perceber uma fixação binária que é desproporcional em relação à valorização da razão em detrimento do que seria sua contraparte "emoção". Essa valorização é uma das bases da cultura europeia e, não por acaso, é atribuída de forma quase exclusiva aos homens brancos, garantindo-lhes livre acesso ao pensamento, às verdades presumidas universais e, conseqüentemente, ao poder nesse sistema.

Podemos verificar essa discussão também em outras autoras como Grada Kilomba (2020), por exemplo, que vai ao encontro de Marimba Ani ao indicar que na cultura europeia a emoção é desvalorizada em relação à razão e, sistematicamente, associada a mulheridades, povos pretos, indígenas e todo tipo de corpos indesejados pela cultura branca europeia (KILOMBA, 2020). É possível identificar

paralelo com a dicotomia “homem – natureza”, apontando a cosmovisão utilitária ocidental na expropriação da natureza como um objeto, em termos de consumo dos recursos naturais e justificativa de exploração não importando-se com a conservação, uma vez que esse outro, ou seja, a natureza, deve servir sempre ao homem.

Na perspectiva ocidental, o europeu é guiado pela lógica, logo, auto-considerado civilizado, já os outros povos, como pretes e indígenas, estariam guiados pela emoção e seriam, portanto, selvagens (ANI, 1994)

A concepção de Utamawazo, destaca a importância do pensamento culturalmente estruturado na forma como os indivíduos de uma determinada cultura concebem ou "enxergam" mundo ao seu redor.

Para Ani (1994), a visão de mundo dos europeus é baseada em uma cosmovisão que se apresenta como universal, ou seja, uma única verdade possível, mas que, na verdade, é fruto de abstrações próprias da vivência europeia. Essa cosmovisão é ancorada na compreensão da mitologia de uma racionalidade neutra e imparcial que seria descolada dos corpos que a produzem, garantindo assim a narrativa de que o "homem branco" não poderia interferir no conhecimento produzido. Assim, apenas os homens brancos, que ocupam essa posição de privilégio, poderiam "ver" e interpretar os mistérios da natureza, da política e sociedade a partir de sua própria compreensão de existência.

O Utamaroho se refere à força vital de uma cultura e como ela é concebida pelo próprio povo que a produz. Segundo Ani (1994), o Utamaroho da cultura europeia é de dominação e se manifesta como uma espécie de "auto-imagem" cultural, uma projeção de como os europeus enxergam a si mesmos e, a partir disso, estabelecem seus valores morais, culturais e civilizatórios. Nessa força da cultura europeia, é possível identificar mecanismos que favorecem a imposição dos valores civilizatórios ocidentais sobre outros povos.

Diante dessa análise, a autora aponta que o europeu enxerga a si mesmo como racional, espiritual e moralmente superior a outros povos. Como se isso não bastasse, sente-se incumbido de "levar" a salvação espiritual e material a todos os

"outros" povos por meio do cristianismo, do progresso e da ideia de superioridade racial, por exemplo. Isso resulta na destruição material, epistemológica e ontológica de diversas culturas, através de colonização, invasões, sequestros e saques.

Esses três pilares culturais (Asili, Utamawazo e Utamaroho), para a autora, não devem ser compreendidos de forma isolada, mas sim como partes de um todo, em que um reafirma o outro, num ciclo que se estende pela história. Através desses pilares culturais, podemos compreender de forma abrangente como o pensamento científico se estrutura dentro da lógica ideológico-cultural e, a partir deles, é possível desconstruir dogmas e vícios ocidentais que se manifestam nas diversas áreas do conhecimento.

De acordo com Ani (1994), a cultura branca ocidental busca na racionalidade a autoridade e justificativa para suas ações. Nessa cosmovisão europeia (Utamawazo), a racionalidade é associada ao controle, ao poder e personificada na figura do "Homem Racional", que é a própria autoimagem do poder (Utamaroho). Esse homem, tipicamente branco e cisgênero, historicamente busca impor sua visão de mundo universalizante sobre outros povos e comunidades através da agressividade e autoritarismo, satisfazendo assim o Asili de sua própria cultura, que anseia por dominação. Atitudes provenientes de um berço civilizacional, que segundo o pesquisador senegalês Cheikh Anta Diop, são provenientes de uma arquitetura da xenofobia, do berço setentrional (Norte), em detrimento da xenofilia característica de um berço meridional (Sul) (DIOP; 1974). Diop, em sua obra de 1974, realiza uma análise dos berços civilizatórios, destacando as características distintas do que seria o berço sul e o berço norte. Ele descreve a África, berço sul, como um espaço com características matriarcais, em contraste com a Europa, que é predominantemente patriarcal.

O "Homem Racional" do Utamaroho europeu é aquele que, em tese, teria total controle sobre suas emoções e tomaria decisões baseadas exclusivamente na razão. Essa suposta capacidade de autocontrole confere a ele uma imagem de autoridade sobre outros corpos que são rotulados como menos racionais, selvagens

e dominados pela emoção. O suposto controle racional é utilizado como justificativa para a manipulação e dominação cultural desses *outros* povos e comunidades.

Essa concepção de racionalismo se manifesta também nas instituições sociais, políticas e culturais ocidentais.

A representação de Ciência como sendo predominantemente produzida por homens brancos e cisgêneros não é acidental. Não por coincidência, a figura gravada no imaginário popular de cientistas e mesmo dos próprios pesquisadores mais conhecidos e referenciados na história ocidental são homens brancos e cisgêneros (ARRAZOLA, 2002; ANI, 1994). Essa representação está profundamente ligada à concepção de racionalidade ocidental que valoriza uma neutralidade e imparcialidade do conhecimento científico que absolutamente não existe. Assim, a figura do "homem racional" é vista como a ideal para a produção do conhecimento científico, reforçando a exclusão de outras perspectivas e a sub-representação de outros grupos sociais na produção e legitimação do conhecimento científico.

Para o Homem racional, seria possível isolar as emoções dos "objetos" que buscamos compreender, através da objetividade, seja esse objeto a natureza, a sociedade ou a própria filosofia. Marimba Ani (1994) alerta que nessa mitologia Europeia, o "homem racional" se coloca à frente daqueles que "se afundam num mar de emoções", ou seja, não europeus. Esse mar de emoções também pode ser compreendido como compromisso cultural (com outra cultura, que não a europeia), e comprometeria a "visão" desses povos menos racionais. Essa separação entre razão/corpo e emoção, no entanto, é ilusória pois compreendemos a realidade a partir de nosso corpo e atuamos através dele por inteiro. Não é possível separar partes de si em busca de uma suposta neutralidade, falamos a partir da totalidade de nossas experiências.

A racionalidade e objetividade também se manifestam no pensamento europeu por meio da universalização dos conceitos, onde o "homem racional" acredita ser capaz de impor sua forma de ver e estar no mundo a todas as pessoas, projetando em si aquilo que espera que os outros se tornem (ANI, 1994). Ele se ancora na universalidade de si e seus conceitos para descrever sua própria história

como história de todos, e sua própria ciência como a ferramenta definitiva de chegar à verdade e, a sua própria verdade como absoluta.

Implodir esse paradigma masculino, cisgênero e branco é uma condição para a continuidade da humanidade neste planeta, pois, segundo Alice Pagan (2020), esse paradigma destrói, corrói e despreza as sutilezas do afeto e da vida, logo, ele também transacionar

Se analisarmos o processo de construção do ser homem e do ser mulher na sociedade brasileira, a construção do homem está muito ligada às habilidades que se espera de um cientista, desta ciência européia colonizadora, contudo tal ciência não tem sido suficiente para os desafios dos nossos tempos. Precisamos repensar os pilares dessa ciência, precisamos transacionar a ciência para uma perspectiva que considere a feminilidade do afeto. Para isso, proponho iniciarmos com uma reflexão: quem sou eu no processo de construção do conhecimento das ciências da natureza? Feminilizar a ciência não é simplesmente formar as mulheres para serem cientistas, é agregar as capacidades femininas para esse fazer, construindo assim relações ecossociais mais diplomáticas do que bélicas. (PAGAN, 2020, p.17)

1.3 - Oyèrónké Oyěwùmí e a invenção das mulheres

Entre os sentidos que usamos para perceber o mundo, existe um que o ocidente e o "homem racional" demonstram particular apego: a visão. Os estímulos visuais no Ocidente são a principal forma de se compreender a realidade, elevando o que pode ser visto sobre o que não é aparente aos olhos, ou que possui maior afinidade pelos outros sentidos (OYĚWÙMÍ, 2018a), que pode ser percebido como mais uma fragmentação dicotômica dos sentidos. É através da visão que classificamos os corpos na sociedade Ocidental (OYĚWÙMÍ, 2021): corpos masculinos, corpos femininos, corpos trans, judaicos, arianos, negros, brancos, ricos e pobres.

Sob esse prisma, a autora Oyèrónké Oyěwùmí no seu livro "A invenção das Mulheres" reflete sobre duas formas de se compreender a palavra "corpo":

Primeiro como uma metonímia para a biologia e, segundo, para chamar a atenção para a fisicalidade pura que parece estar presente na cultura ocidental. Refiro-me tanto ao corpo físico como às metáforas do corpo. Ao corpo é dada uma lógica própria. Acredita-se que, ao olhar para ele, podem-se inferir as crenças e a posição social de uma pessoa ou a falta delas (OYĚWÙMÍ, 2021, p.26) .

É por perceber o mundo, principalmente pela visão, que o corpo tem tanta presença no ocidente, sendo o alicerce pela qual a ordem social é estabelecida. "O corpo está sempre em vista e à vista. Como tal, invoca um olhar de diferença, um olhar de diferenciação" (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 27). Recordo aqui dois famosos ditados populares que *ilustram* bem essa situação, que são "uma imagem vale mais do que mil palavras" e "só acredito vendo".

Oyèrónkẹ Oyěwùmí é uma pesquisadora e socióloga nigeriana conhecida por suas críticas ao feminismo e importantes contribuições no campo da sociologia de gênero com pesquisas pautadas na análise da sociedade yorubá, sendo "A invenção das mulheres" uma de suas obras mais conhecidas e, para mim, uma das referências mais importantes desse trabalho.

Oyěwùmí (2018a) também relaciona o privilégio da visão com a estruturação patriarcal, chamando atenção para as origens do pensamento ocidental *no visual* e para a produção de uma lógica masculina dominante. O sujeito do olhar é passivo e faz sua observação à distância, o que permite uma falta de compromisso entre o "eu" e o investigado. Não por acaso, as diferenças de gênero e raça estão marcadas no corpo e facilmente identificáveis num rápido olhar (OYĚWÙMÍ, 2021).

Vale comentar ainda sobre a diferença que a autora estabelece entre os conceitos de "Cosmovisão" e "Cosmopercepção":

O termo "cosmovisão", que é usado no Ocidente para resumir a lógica cultural de uma sociedade, capta o privilégio ocidental do visual. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos. O termo "cosmopercepção" é uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais. Neste estudo, portanto, "cosmovisão" só será aplicada para descrever o sentido cultural ocidental, e identificáveis dentro de um sistema social. "Cosmopercepção" será usada ao descrever os povos iorubás ou outras

culturas que podem privilegiar sentidos que não sejam o visual ou, até mesmo, uma combinação de sentidos. (OYĚWÙMÍ, 2021 p.27).

Portanto, ao introduzir o termo "cosmovisão" nesta pesquisa busco, numa tentativa de diálogo com Oyèrónkẹ Oyĕwùmí, situá-lo dentro desse sistema de privilégios visuais que está intimamente relacionado à construção de gênero e raça na cultura ocidental.

Outra característica notável do pensamento ocidental é a autoridade atribuída à biologia como ferramenta para explicar o "mundo natural" e determinar diferenças hierárquicas nas sociedades (OYĚWÙMÍ, 2018b). Essas diferenças estão marcadas nos corpos, podem indicar crenças e posições sociais ao mero *olhar* e vão ser utilizadas como justificativas na perpetuação e manutenção de opressões de sujeitos julgados *degenerados*.

A degeneração pode ser compreendida a partir de duas leituras: uma, científica/biológica, e a outra, moral.

Na abordagem científica/biológica, a degeneração é vista como uma alteração do fenótipo original, ou seja, das características físicas do indivíduo, que o tornam diferente do que é considerado "normal" na sociedade. Essa concepção, muitas vezes, foi utilizada para classificar pessoas com deficiências físicas ou mentais como inferiores ou incapazes (OYĚWÙMÍ, 2021)

A leitura moral da degeneração tem a ver com a noção de comportamento normatizado no ocidente. Assim, a degeneração está relacionada a desvios do comportamento considerado moralmente aceitável pela sociedade branca cisheteronormativa, como por exemplo, a homossexualidade e transgeneridade que durante muito tempo foi vista como uma patologia ou desvio de comportamento - e ainda é em muitos casos (TENÓRIO, 2016).

Essas compreensões atuam em conjunto reforçando uma ideia de degradação do corpo, do pensamento, da cultura e da sociedade, estabelecendo uma relação de dominância de corpos brancos, que definem sua própria moral e biologia como superior, e reafirmando o domínio e privilégio sobre os "outros". A diferença é designada como geneticamente inferior, moralmente depravada, baixa, e

isso, justificaria uma lógica de exploração, jogando essas pessoas em posições sociais desfavorecidas (OYĚWÙMÍ, 2018b).

A expressão daquilo que entendemos por raça já era uma realidade muito antes da criação do conceito que a descreve. Esse conceito foi estruturado com aval da biologia pela Ciência Moderna no continente europeu para apoiar e justificar sua ideologia de dominação.

Durante o processo de colonização, as sociedades saqueadas pela Europa já eram consideradas inferiores, e, de acordo com essa ideologia, poderiam ter suas terras, seus corpos e suas mentes invadidas, exploradas, violadas e exterminadas (NASCIMENTO, 2020; MUNANGA, 2004).

O Ocidente produziu o conceito de raça e convenientemente auto-estabeleceu sua própria raça, a branca, como parâmetro de beleza, inteligência, moral e todos os atributos culturalmente desejáveis, tornando assim o branco em um ideal (HANCHARD, 1996, p. 174; MUNANGA, 2004).

A noção de que diferenças e hierarquias na sociedade são biologicamente determinadas, ainda goza de muita credibilidade no meio científico. Essas explicações são particularmente privilegiadas sobre outras possibilidades de se explicar as diferenças de raça, gênero e classe (OYĚWÙMÍ, 2021).

Nesse sentido, a biologia se consolidou como fonte de justificativa para as violências raciais e de gênero, já que as diferenças hierárquicas entre raças e gêneros eram percebidas como inerentes às características biológicas dos indivíduos.

No contexto da colonização essa ideia foi utilizada para justificar a exploração de grupos considerados inferiores. A mestiçagem passou a ser desencorajada, uma vez que poderia levar à criação de gerações "degeneradas" que supostamente conduziriam a civilização ao caos (DE JESUS BARBOSA, 2016).

Essa *visão* distorcida em que a "pureza" da raça branca seria a única garantia do *progresso* das sociedades ocidentais, foi matéria prima do Darwinismo social e de outras ideologias eugenistas que invariavelmente culminaram no nazismo e na segunda guerra mundial (NASCIMENTO, 2020; MUNANGA, 2004).

Ironicamente, é possível recorrer à própria biologia para compreender o absurdo por trás da perspectiva que valoriza a homogeneidade de uma suposta raça. Dentro da ecologia de populações, a diversidade genética é considerada uma das maiores vantagens da reprodução sexuada, promovendo populações mais diversas e protegendo-as de condições ambientais adversas, predadores, parasitas e doenças (VAN VALEN, 1997). Aos “puros” restam as pragas, talvez até mesmo intelectuais.

Em sua tese de doutorado, Carolina Cavalcanti do Nascimento (2020, p.42), uma querida colega de luta, com quem tive a honra de dividir espaço no PPGECT - UFSC, faz uma excelente leitura do caráter ideológico intrinsecamente presente nas Ciências e na Biologia. Em síntese:

[...] Ao situar historicamente a relação entre a ideia de raça e a Ciência Moderna, é possível constatar como as Ciências da Natureza e, posteriormente, reconhecida como Biologia, estiveram a serviço do colonialismo e da modernidade, respaldando uma operação de hierarquização de grupos humanos, materializada, inclusive, no racismo atual.

Esse trecho nos convida a pensar sobre o papel da ciência na reprodução de desigualdades raciais, e também da necessidade em reconhecer que a produção científica não é neutra e que o conhecimento científico também é utilizado como ferramenta de opressão.

Na concepção moderna, raça se caracteriza pelo uso de diferenças fenotípicas como símbolos de distinções sociais. No entanto, essas diferenças não são suficientes para estabelecer a existência de diferentes raças na espécie humana, que é por definição monotípica.

Uma espécie monotípica é aquela que agrupa todos os seus indivíduos em uma mesma raça (MAGNOLI, 2015). Nesse quesito, o Antropólogo e professor Kabengele Munanga (2004, p.18) reconhece que “Raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás cientificamente inoperante para

explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem”.

Isso, claro, não impediu a cultura branca ocidental colonizadora de estabelecer arbitrariamente as raças, hierarquizando-as e definindo valores para cada uma, relacionando traços "biológicos", como cor da pele e proporções do corpo, com qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Sob o disfarce (e tutela) do conhecimento científico, as teorias de raça prosperaram, propagando uma doutrina racista com propósito de justificar os sistemas de dominação ocidentais (MUNANGA, 2004).

De acordo com a Historiadora Maria Rita de Jesus Barbosa:

O racismo científico foi uma doutrina que, apresentando-se universal e racional, afirmava que existiam hierarquias biológicas entre as raças humanas. A ideia subjacente era promover uma determinada raça como a mais desenvolvida e apta para governar as outras raças, consideradas inferiores e incapazes. Essas teorias “científicas” racistas serviam aos interesses das principais potências econômicas europeias, aumentando seu domínio sobre outras partes do mundo. Seus pensadores começaram as explicações para grandes êxitos econômicos, expondo motivos “científicos” para o sucesso da Europa (DE JESUS BARBOSA, 2016, p. 264).

Frantz Omar Fanon, filósofo, psiquiatra e ativista, argumenta em seu livro "Pele negra máscaras brancas" (2012) que a fobia da sociedade branca em relação aos pretos é parte de um fenômeno denominado medo biológico. O preto é simbolizado como "o biológico" e é por meio de sua corporeidade, decodificada no olhar e supostamente descolada de racionalidade, que o racismo o atinge. Retomando a ideia de degeneração, são atribuídas a esses corpos características como força física, ferocidade, comportamentos de perversão sexual, estupro e violência.

Numa pesquisa realizada por Fanon, discutida nessa mesma obra, foram entrevistadas quinhentas pessoas brancas durante um período de três anos e, numa sessão de livre associação de ideias, era inserida a palavra “preto”. Sessenta por cento das palavras que os candidatos associaram foram as seguintes: biológico, sexo, forte, esportista, potente, boxeador, Joe Louis, Jess Owen, soldados

senegaleses, selvagem, animal, diabo, pecado. O autor informa que a expressão “soldados senegaleses” evocava os qualificativos: terrível, sanguinário, sólido, forte. Esse *medo biológico* se perpetua no imaginário popular, representado em filmes, séries, novelas e livros. Não bastasse esse ato de violência moral, intelectual e existencial contra pessoas pretas geradas a partir dessa classificação ideológica, o Ocidente ainda utiliza desse medo para justificar outras violências físicas, psicológicas e até mesmo genocídios.

É importante ressaltar que, além dessas atitudes extremas, o racismo também se manifesta no cotidiano através de comportamentos que não têm, a princípio, caráter ofensivo, como "piadas", “elogios”, olhares e comentários corriqueiros, entre outros (DE JESUS BARBOSA, 2016). Atitudes que, por vezes, passam despercebidas (ou silenciadas), naturalizadas na mídia, nas escolas e nas famílias. Seus efeitos também se manifestam em todos os níveis das estruturas sociais e políticas ocidentais, nas esferas públicas e privadas da vida.

1.4 - Gênero: Ferramenta de controle social

Assim como a categoria de raça, o gênero e o sexo também emergem desse aparato epistemológico de controle através da biologia.

Historicamente nos países de cultura ocidental de raízes grego-romana-judaico-cristã-cartesiana, os órgãos genitais foram os principais - e mais visíveis - marcadores para classificar as pessoas como homens ou mulheres (FAUSTO-STERLING, 2006).

A manifestação dessas características fenotípicas, associadas à raça, gênero e sexo, vai localizar esses corpos em posições hierárquicas muito bem estabelecidas dentro dessas sociedades. Isso tem o objetivo de garantir aos homens brancos e cisgêneros, poder e prestígio político, social, material e simbólico (ANI, 1994; ARRAZOLA, 2002).

Dentro do movimento feminista, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, passou a ser discutido com maior relevância o papel dos dualismos na

forma como a ciência ocidental tenta compreender o mundo. Esses dualismos sustentam argumentos hierárquicos e que acabam por tornar invisíveis nuances de significados existentes em cada par.

Alguns exemplos de dualismos apresentados pela bióloga e sexóloga estadunidense Anne Fausto-Sterling (2002) são razão e emoção, macho e fêmea, civilizado e primitivo, etc. Como discutido anteriormente, Marimba Ani também aponta o dualismo como uma tendência do pensamento europeu (ANI, 1994) e sua característica de valorização de um termo em detrimento do outro, sendo a parte enaltecida aquela atribuída aos próprios europeus.

Em “Corpos sexuados”, Anne Fausto-Sterling (2006) discute a forma como o conceito de sexo estava sendo compreendido, se referindo ao trabalho de 1972, dos sexólogos John Money e Anke Ehrhardt, que ajudou a popularizar o gênero como uma categoria separada do sexo. Fausto-Sterling aponta que, para esses autores, o gênero seria definido como um conjunto de fatores socioculturais que identificariam homens e mulheres como localizados em performances esperadas de masculino e feminino, enquanto o sexo seria determinado puramente por atributos anatômicos e morfofisiológicos de cada corpo.

Nas pesquisas feministas feitas partir das décadas de 1960/1970, a categoria de gênero também era entendida como distinta do conceito de sexo biológico (FAUSTO-STERLING, 2006).

A construção da dicotomia entre gênero e sexo biológico é vista por Fausto-Sterling como incoerente, uma vez que coloca o gênero como estritamente ligado à cultura, sendo socialmente construído, e o sexo biológico como um dado puramente natural, anterior à noção de gênero e, portanto, indiferente à sua existência. (FAUSTO-STERLING, 2006; BUTLER, 2003). Nessa percepção, temos o estabelecimento de uma dicotomia, como mecanismo para compreender as complexidades que emergem das discussões sobre sexo/gênero, onde o conceito de sexo biológico cristaliza-se como algo quase divino, que não pode ser afetado ou influenciado pela materialidade das relações sociais que atravessam cada corpo,

especialmente aqueles que são percebidos como dissidentes em relação às normas binárias de masculinidade e feminilidade.

As Ciências e a Biologia são fortemente influenciadas pela cultura em que estão inseridas e não são meras descrições objetivas da realidade física e social que investigam. Elas são produtos intersubjetivos que refletem as crenças, valores e ideologias de autores e da sociedade em que surgem.

Essa separação entre o que seria um dado puramente natural e outro socialmente construído é questionada pela filósofa estadunidense Judith Butler (2003), que aponta a compreensão de macho e fêmea como um dado que é culturalmente localizado, ou seja, que se localiza ou existe em determinada cultura. O sexo “é um efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero” (BUTLER, 2003, p.25), um “dado” que assim como o gênero, é socialmente estabelecido para designar os corpos.

A incoerência na compreensão do “sexo biológico” como uma categoria anterior e indiferente ao gênero fica explícita nas produções acadêmicas que assumem que “homem” é sinônimo de “macho” e “masculino” e “mulher” é sinônimo de “fêmea” e “feminino” (OYĚWÙMÍ, 2021).

Como já discutimos anteriormente a partir do trabalho de Lera Boroditsky, a mera utilização de termos masculinos e femininos altera a percepção subjetiva que as pessoas possam ter de objetos ou mesmo pessoas. Essa visão dualista do sexo ignora a complexidade da biologia sexual, que envolve não apenas cromossomos e genitais, mas também hormônios, características físicas secundárias, outras variações intersexuais e mesmo sociais.

Esses significados são naturalizados de forma tão profunda na ideologia branca ocidental colonizadora, que os próprios papéis de gênero estão inseparavelmente relacionados a esses conceitos e seus significados, retroalimentando-os. E não só a estes, mas também aos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero que são constantemente confundidos e fixados ao sexo biológico, como se este fosse capaz de definir toda complexidade

afetiva-sexual dos corpos. (MENEZES, 2010; FAUSTO-STERLING, 2002; YAMAGUCHI, 2019).

Foi na segunda metade do século XX que mulheres brancas e de classe média euro-estadunidense conseguiram conquistar um significativo espaço político nos movimentos sociais e acadêmicos. Nesse período, as lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e ao mercado de trabalho se tornaram objetos de pesquisa dessas mulheres, que buscavam a partir de sua própria vivência, entender e combater as opressões de gênero, decodificando a atuação de um sistema patriarcal de controle (PEDRO, 2005).

Essa luta, que se torna mais forte a partir das décadas de 1970 e 1980, ficou conhecido como a segunda onda do movimento feminista e tinha entre suas principais pautas, a busca por melhores condições políticas e sociais para as mulheres (FRASER, 2007).

Até então, as ideologias de gênero⁶ estabeleciam uma divisão sexual do trabalho bastante rígida. Às mulheres brancas - quando permitidas a exercer uma atividade profissional - atuavam em cargos nos setores mais baixos da hierarquia profissional, normalmente associados a atividades domésticas e de secretariado, garantindo assim salários insuficientes para a própria subsistência e reforçando a dependência financeira de figuras masculinas (RAGO, 1998).

A popularização dos anticoncepcionais na década de 1960 teve repercussões políticas e sociais de forte influência na organização coletiva dessas mulheres possibilitando acesso a um controle da maternidade bastante efetivo (MATOS, 2002). A possibilidade de escolher o momento de engravidar permitiu a mulheres brancas de classe média redimensionar o próprio tempo e ter uma

⁶ O termo ideologia de gênero foi inicialmente proposto por Joan Scott (1995), para designar as relações de opressão entre os gêneros, que não eram percebidas, mas dadas como naturais. Atualmente uma versão distorcida e delirante do termo vem sendo usada por conservadores e cristãos fundamentalistas, para atacar pessoas, pensamentos e existências que não sejam cisheteronormativas.

inserção mais expressiva no mercado de trabalho - sem é claro livrá-las da dupla jornada, pois para o tradicional chefe da casa, o lar ainda precisava ser limpo⁷!

Esse fluxo de mulheres brancas no mercado de trabalho foi a principal fonte de dados para os primeiros estudos feministas da década de 1970, que se baseavam na teoria marxista para compreender o contexto do trabalho fabril e do movimento operário (MATOS, 2002). A teoria do patriarcado, o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres na sociedade passaram a acompanhar os estudos feministas nos anos seguintes (MORGANTE, 2014).

A partir da década de 1980, fica mais evidente a tentativa dessas mulheres de ocupar lugares enquanto sujeitos políticos nos mais diversos segmentos sociais ocidentais. São tecidos questionamentos a respeito da naturalização do espaço do lar como "lugar de mulher", mitos e estereótipos atribuídos a mulheres, como a ideia do "sexo frágil" começam a ser questionados. A educação feminina, seus padrões de comportamento, códigos de sexualidade e a prostituição tornaram-se temas cada vez mais comuns nas pesquisas, sendo importantes ferramentas para politizar e aprofundar teoricamente os movimentos feministas (PEDRO, 2005; MATOS, 2002).

É na efervescência dessa segunda onda, que o termo "gênero" surge como proposta de categoria de análise, na tentativa de estabelecer um corpo teórico, capaz de lidar com a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade ocidental. Até então, era comum nos trabalhos acadêmicos se dizer apenas "mulher" ou "mulheres" ao se contrapor à categoria "homens" - já que esta era percebida como universal.

É difícil chegar a um consenso sobre o conceito de gênero nas discussões acadêmicas (MACHADO, 1998), já que ele pode receber definições que variam de acordo com a vertente de estudo. A historiadora estadunidense Joan Scott, possui uma definição bastante utilizada e referenciada nas pesquisas feministas, que entende gênero como:

⁷ A não ser é claro que a família pudesse pagar por uma funcionária doméstica, mantendo relações hierárquicas de poder atravessadas, sobretudo por raça.

[...] uma forma de indicar “construções sociais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995) observa que sob a ótica do gênero, qualquer informação a respeito de uma mulher é por consequência uma informação sobre os homens e isso torna a categoria “gênero” uma ferramenta interessante para analisar as relações de poder e opressão entre homens e mulheres.

A partir dos estudos de gênero construíram-se novas categorias para analisar o cotidiano, a vivência e a emoção. O corpo (geralmente branco) passa a ser encarado como palco das relações pessoais, afetivas, sexuais, de trabalho, de lazer e que antes eram intencionalmente negligenciados pela “ciência masculina”.

Falando em “ciência masculina” é importante reiterar o impacto que os estudos de gênero levantaram sobre a mesma: problemas teóricos, epistemológicos e políticos, expondo contradições monumentais nos paradigmas científicos hegemônicos da época, agora explícitos no caráter misógino da ciência, que se definia como neutra sob diversos aspectos (HARDING, 2007), até mesmo de gênero, classe ou raça.

A ciência foi edificada sob a premissa de que os sujeitos que a construíam seriam universais e, por universal, me refiro à ideia de ciência estabelecida na época e que se mantém até hoje, onde é esperado que cientistas - e qualquer pessoa em posição de autoridade - sejam homens brancos (PEDRO, 2005). O corpo e a própria existência de pesquisadoras nem sequer eram considerados na pesquisa acadêmica.

Para a socióloga brasileira Lia Zanotta Machado (1998), os estudos de gênero se organizaram em torno de um novo paradigma metodológico: o sujeito universal cede lugar para uma pluralidade de protagonistas e a centralidade não é mais uma preocupação. Embora concorde com a autora ao reconhecer que esse sujeito universal vem perdendo espaço, não compartilho de seu otimismo e vejo com muita

preocupação a dificuldade que esse sujeito homem branco e cisgênero pseudouniversal vem tendo para reconhecer seus próprios privilégios e retroceder.

Apesar de toda movimentação política, social e epistemológica que os estudos de gênero e raça permitiram aflorar, cientistas tidos como "clássicos" e que tiveram prestigiosamente seus nomes marcados no "hall da fama" da cultura ocidental ainda são, majoritariamente, homens brancos. Ganhadores de prêmio Nobel, membros das academias científicas e principais diretores das instituições e laboratórios renomados são sempre os mesmos personagens (ARRAZOLA, 2002).

Na Cosmóvisão Ocidental, a compreensão de sexo e gênero é sedimentada primeiro a partir do próprio corpo, na construção da própria identidade, ao ponto de até uma criança experienciar sua mãe como um ser generificado - esposa do pai e, portanto, subordinada a ele - o que certamente implica profundamente no desenvolvimento psicossocial dessas crianças e a forma como elas vão perceber o gênero (CHODOROW, 1978; OYĚWÙMÍ, 2018b).

Essas percepções certamente vão refletir nas produções intersubjetivas de pesquisadores do ocidente (inclusive desta que vos fala), reproduzindo valores das epistemologias ocidentais - que são estruturalmente patriarcais, cisheteronormativas, racistas e, portanto, de quem pensa a partir de um lugar nessa estrutura.

Diversas pesquisas, principalmente nas áreas das ciências biológicas, tentaram justificar uma suposta "inferioridade feminina" através de artigos que buscavam correlações claramente sexistas (KELLER, 2006), como no famoso exemplo da fertilização descrita por Martin (1991).

Esse trabalho fez um levantamento das pesquisas "clássicas" utilizadas para descrever o processo de fertilização entre gametas humanos. Essas narrativas tendiam a descrever o espermatozóide como uma célula "ativa e vigorosa", que competia numa luta pela vida com os outros espermatozoides, para encontrar e "penetrar" o óvulo que, ao contrário do espermatozóide, era uma célula completamente "passiva".

Uma percepção notadamente parcial, além de misógina, que ignorava toda a complexidade e participação do óvulo nos processos de fertilização e associava o

comportamento de gametas ao comportamento que era proposto e esperado de homens e mulheres na sociedade, basicamente criando um “conto de fadas” biológico.

Para Keller (2006), esse tema só foi finalmente discutido, com maior profundidade e propriedade, a partir da inserção das mulheres no campo da embriologia, conquistada pela luta dos movimentos feministas. Foi apenas atuando politicamente e fazendo uma ciência mais crítica do ponto de vista de gênero a partir das experiências que passavam pelos seus corpos que essas mulheres puderam tecer críticas necessárias à análise embriológica e outros modelos que tentavam buscar essa correlação.

As feministas acadêmicas de segunda onda, devido aos privilégios sociais que possuíam, eram em sua maioria mulheres brancas cisgêneras e de classe média/alta euro-estadunidenses e falavam de um lugar muito específico, educadas e instruídas dentro do modelo cultural ocidental branco, de raízes greco-romana-judaico-cristã-cartesiana, e sem percepção da própria identidade racial.

Uma das principais reivindicações dessas mulheres era a própria emancipação a partir da conquista de um espaço, até então negado a elas, no mercado de trabalho produtivo. O viés silenciado nesta pauta, era que mulheres negras e indígenas, por exemplo, sempre estiveram não apenas inseridas nesse mercado, mas eram também exploradas como mão de obra barata. Além do trabalho fora de casa, essas mulheres também sofriam com a opressão patriarcal, que não as livrava das atividades domésticas, mas sim criava uma dupla jornada de trabalho tão exaustiva quanto a primeira (PEDRO, 2005).

As pesquisas das feministas brancas refletem, portanto, mesmo que de forma não intencional, demandas, angústias e percepções de outras mulheres brancas e cisgêneras de classe média/alta, deixando de lado e invisibilizando uma série de opressões que são específicas às mulheres pretas (BENTO, 2002), trans e indígenas, que existem e resistem a séculos.

Essas críticas foram feitas ao longo dos anos por mulheres pretas, trans e indígenas que através de muito esforço vem aos poucos conseguindo acessar espaços políticos e acadêmicos, e mudando significativamente os rumos dos movimentos feministas, tornando-os gradativamente mais diversos. Mas ainda hoje, não são raras as vertentes dos movimentos feministas que recebem duras críticas por seguir menosprezando e/ou silenciando pautas e lutas das mulheres pretas (KILOMBA, 2020), trans e indígenas e PcD's.

Nestes exemplos, o corpo e a subjetividade de pesquisadores - presumivelmente "neutros", como propunha a visão de ciência moderna - reproduziram os mesmos valores universalizantes de cosmovisão da cultura ocidental (ANI, 1994; KILOMBA, 2020), privilegiando no primeiro caso os homens brancos sobre as mulheres e, no segundo, as mulheres brancas sobre todas as outras. Esses vieses só podem ser superados não apenas a partir da inserção, mas também da possibilidade de participação política desses corpos a princípio ignorados.

Oyeronké Oyěwùmí parte de uma perspectiva africano-centrada e demonstra de forma brilhante a relação entre as categorias de sexo, gênero e raça, percebendo gênero não como uma categoria separada de raça, mas que é desde sua origem racializada. O universalismo presente nos estudos feministas, embora não seja uma regra, também não pode ser ignorado, dada sua relevante expressividade.

Essa característica é herança da própria ideologia universalista do Ocidente, e parte do pressuposto que a categoria de gênero seria universal, assim como o patriarcado e a submissão das mulheres (OYĚWÙMÍ, 2018b), ou seja, gênero seria uma constante nas diferentes culturas pelo mundo.

As discussões sobre Gênero, raramente se preocupam em situar essa categoria como fruto da cultura ocidental (Oyěwùmí, 2021), de forma não necessariamente intencional, mas também como reflexo de um racismo estrutural que posiciona a Branquitude enquanto povo universal e portanto, não racializado (BENTO, 2002). O resultado mais óbvio dessa fragmentação é uma leitura

incompleta desses conceitos, que pode levar a conclusões não menos fragmentadas e incompletas.

Os conceitos feministas estão enraizados na instituição da família nuclear ocidental, que é uma família generificada, constituída por uma mulher subordinada, um marido patriarca, filhas e filhos. O gênero é, então, o princípio organizador fundamental *dessa família*. A inconsistência existente aqui não é que a conceitualização do feminismo branco comece na família, mas sim que ele nunca vá além desses limites, já que em muitas culturas, a maternidade vai se relacionar primordialmente com a descendência, e não com o relacionamento sexual estabelecido com outro homem como é no ocidente (OYĚWÙMÍ, 2018b).

Oyëwùmí, em concordância com outras pesquisadoras afro-americanas, é categórica ao demonstrar a incoerência de se discutir gênero sem considerar as questões de raça e classe. É imprescindível relacionar os estudos de gênero ao imperialismo e à colonização, na construção de conhecimentos que sejam de fato emancipatórios e não reproduzam antigas armadilhas epistemológicas do pensamento ocidental, no qual estamos inseridas (ou que, pelo menos, reproduzam de forma mais crítica).

E por isso é tão importante, especialmente para pessoas brancas e/ou cisgêneras, localizarem seus corpos na produção de suas próprias pesquisas, discursos e posicionamentos, buscando compreender e explicitar quais vieses e armadilhas epistemológicas esse corpo está sujeito.

Ao não traçar essa localização, o corpo branco e/ou cisgênero esta sendo beneficiado pelo privilégio da universalização, partindo do pressuposto de que essa informação é óbvia ou que não tem relevância para o leitor ou impacto na própria discussão.

O lugar que o corpo ocupa numa sociedade racializada e generificada importa e se reflete nas suas produções intelectuais e culturais.

1.5 - Quem somos Branquitude?

Cida Bento, em sua pesquisa "Branqueamento e branquitude no Brasil" (2002), destaca a relevância de considerarmos o lugar de fala da pesquisadoras. Isso é especialmente importante para compreender de onde essa pessoa está partindo e como isso influencia suas concepções e práticas, bem como as interações com outros atores sociais. Compreender Branquitude é uma tarefa complexa, não apenas pela variedade de fenômenos e desdobramentos psicológicos, históricos e sociais que o termo compreende, mas pelos próprios mecanismos de criação e manutenção de privilégios que esse fenômeno reproduz, tais como: silenciar e menosprezar as discussões que explicitem essa contradição, especialmente entre pessoas brancas.

Branquitude é um conceito fluido e que pode apresentar variações a depender de quando e de onde ele está sendo analisado. Sua compreensão, portanto, deve estar atrelada ao contexto ao qual está inserido.

A pesquisadora e doutora em educação Priscila Elizabete da Silva (2017), propõe pensar a Branquitude como um dispositivo analítico, pelo qual o pensamento racial construído na subjetividade do branco se manifesta em contextos aparentemente não racializados.

Em poucas palavras, Branquitude é a identidade racial do branco, um construto ideológico de poder nascido e imposto a partir da colonização europeia. Através dela, o branco se torna parâmetro de humanidade, classificando corpos a partir de seu ponto de vista, obtendo vantagens materiais e simbólicas através de estruturas desiguais de distribuição e manutenção de poderes.

Ao sequestrar de outros povos a noção de humanidade, a Branquitude situa sua identidade no limbo da neutralidade, convenientemente ignorando a condição de privilégio que cria para si ao impor sua ideologia sobre "o outro" (SILVA, 2017).

Segundo Lúcio Otávio Alves de Oliveira (2014, p. 34) :

[...] A Branquitude emerge dissecando no outro aquilo que lhe parece estranho e indesejável. Tal processo de construção identitária, por vias predominantemente excludentes e assimétricas, nos leva a indagar se não seriam as pessoas brancas possuidoras de uma peculiar consciência étnico-racial, muito mais solidificada pela desidentificação com um ser negro, do que com a dita pertença racial branca?

Essa questão é interessante, pois provoca a reflexão de que pessoas brancas não se percebem racializadas apenas a partir de uma identificação e pertencimento próprio do branco, mas, sim, como aquilo que não é preto, como aquilo que não é o outro!

Numa tentativa de diálogo com autores contra-coloniais, especialmente Marimba Ani e Oyèrónké Oyěwùmí, busco uma perspectiva que abrace essas definições, localizando-as como um produto intersubjetivo de uma coletividade específica: o Ocidente, fundado sob as bases de um berço civilizatório greco-romano, erguido a partir de um longo processo de colonização, constitui uma noção de existência coletiva que atravessa o tempo e as barreiras geográficas.

É possível interpretar o ideal de Branquitude como algo que emerge da ideologia de um povo, que teve sua cultura originária no local que hoje chamamos de Europa, que construiu e aprimorou sua cosmovisão voltada sobretudo à dominação física, mental e espiritual do ser através daquilo que reivindicavam ser *racionalidade*. Essa compreensão pode ser uma importante ferramenta no processo de decodificar e atuar sobre as opressões originadas no coração epistemológico desse povo.

A *cosmovisão* ocidental do mundo se materializa, por exemplo, na fundação das categorias de gênero, raça e, com elas, do próprio capitalismo.

É a partir dessas classes hierárquicas que o homem branco pôde construir sua auto-imagem (*Utamaroho*) (ANI, 1995), proclamar-se superior a todas as outras raças e, também, às mulheres. Aqui vale destacar que essas categorias se atravessam e as mulheres brancas também gozam dos privilégios da Branquitude, exceto dos privilégios de gênero, quando tomamos por referência o homem branco.

Existe um conveniente silêncio entre as pessoas brancas em torno das discussões de raça e um notável desconforto quando esse assunto inevitavelmente vem à tona. Com o silêncio, a percepção de branquitude torna-se um fenômeno decodificado principalmente entre pessoas racializadas, nos processos de violência racial que seguramente vão acontecer (PIZZA, 1998).

Em relação ao silêncio, a psicóloga Maria Aparecida Silva Bento pontua com maestria que:

[...] o foco da discussão é o negro e há um silêncio sobre o branco. Assim, o que parece interferir neste processo é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil. (Bento, 2002, p.6).

A autora argumenta ainda que pessoas brancas não refletem sobre seu papel nas desigualdades raciais como uma forma de reforçar essas desigualdades e resguardar assim sua posição de privilégio na sociedade, associando um assim chamado "problema do negro" exclusivamente às pessoas pretas, se eximindo da responsabilidade histórica e racial também através do silêncio (BENTO, 2014).

Mesmo entre pessoas brancas consideradas "progressistas", esse silêncio se mostra presente, podendo estas até reconhecer que existem desigualdades raciais, mas não associam essas desigualdades à discriminação de seu próprio grupo. A autora se mostra particularmente incomodada com os silêncios brancos nos debates em que participou com grupos de feministas e lideranças sindicais sobre a opressão da mulher, classificando como "constrangedor o silêncio dessas mulheres sobre a situação da mulher negra", já que a indignação com a violação dos direitos das mulheres era parcial e direcionada apenas ao grupo daquelas mulheres brancas (BENTO, 2014).

Maria Aparecida da Silva Bento completa afirmando que mesmo pessoas brancas em situação de pobreza ainda gozam do privilégio da brancura, o que não é pouca coisa, e todo o processo da escravidão legou uma herança simbólica e material que, até hoje, molda fatores como autoestima e posições sociais.

Ao transferir todo o foco da discussão para pessoas pretas, pessoas brancas se permitem não prestar conta da própria responsabilidade nesse processo histórico, e o silêncio não permite que o tema seja apropriadamente discutido, protegendo interesses políticos e econômicos das elites brancas.

A discriminação racial mantém os privilégios da branquitude, e acontece independentemente da intencionalidade da pessoa branca, já que emerge de um comportamento coletivo, e um dos fatores que alimenta essa discriminação é a exclusão moral, que desvaloriza o "outro" como pessoa chegando ao extremo da negação de humanidade.

Os excluídos moralmente são considerados sem valor, indignos e, portanto, passíveis de serem prejudicados ou explorados. A exclusão moral pode assumir formas severas, como o genocídio; ou mais brandas, como a discriminação. Em certa medida, qualquer um de nós tem limites morais, podendo excluir moralmente os demais em alguma esfera de nossas vidas. Em geral, expressamos sentimentos de obrigações morais na família, com amigos, mas nem sempre com estranhos e, menos ainda, com inimigos e membros de grupos negativamente estereotipados. Pelos processos psicossociais de exclusão moral, os que estão fora do nosso universo moral são julgados com mais dureza e suas falhas justificam o utilitarismo, a exploração, o descaso, a desumanidade com que são tratados. (BENTO, 2014, p.10)

A construção do outro "moralmente inferior" diz mais sobre a própria autoimagem do branco do que pessoas não brancas, e surge como paranoia, que tem suas raízes no sentimento de medo e culpa, muito presente na doutrina cristã.

Um medo inconsciente que, em última instância, é um medo de si próprio projetado na representação do "outro" e que está na essência do preconceito (BENTO, 2014).

Esse medo foi alimentado durante séculos pelo cristianismo com a Igreja Católica, que condenava a sexualidade, atribuindo as dimensões do sexo à ideia de degeneração e, portanto, a pessoas pretas, LGBTQIA+ e mulheres. No passado, a igreja tinha mais poder para se intrometer na vida cotidiana das pessoas, ditando quais atitudes eram ou não moralmente aceitáveis, satanizando mulheres e justificando genocídios históricos sob a justificativa de caça às bruxas e aos

enviados de Satã (negros, judeus, mendigos e etc.), que deveriam ser violentados, queimados ou pior, sob uma justificativa institucional (BENTO, 2014).

Essa onda de medo acompanha a história europeia e dos países colonizados até os dias de hoje, fazendo-se presente no alarmismo fascista, nazista e no medo que a burguesia tem em das perturbações sociais. Essas coletividades justificam, através do medo, e com antecedência, atos cruéis e injustos que pretendem executar, transferindo a intenção de violência para aqueles que não reconhecem como si próprios (BENTO, 2014).

No Brasil, esse medo se materializou expressivamente no período da Abolição da Escravatura, quando um número enorme de negros libertos de repente ocupava as ruas do país, resultado de um processo de sequestro cultural e humano baseado na violência, na exportação de pessoas escravizadas e na violência extrema durante séculos. Cida Bento afirma que "[...]é possível imaginar o pânico e o terror da elite que investe, então, nas políticas de imigração europeia"(2014, p.16).

A Branquitude, como auto-imagem e identidade racial do branco satisfaz o Utamaroho europeu, e opera não pensando ou refletindo sobre si, localizando a diferença no outro como regra, naturalizando subjetivamente as desigualdades no cotidiano para que se tornem "normais" (MIRANDA, 2017). A

o tirar o foco de si, o branco busca livrar-se de sua responsabilidade em desconstruir e compreender o próprio racismo, uma responsabilidade que é antes de tudo ancestral e geracional, já que a séculos as atitudes e comportamentos racistas são transmitidos de geração em geração mantendo pessoas brancas em posições de privilégio.

O racismo é branco e pessoas brancas precisam se colocar no centro dessas discussões, como parte de um fenômeno cultural e coletivo, e acima de tudo se comprometerem com atitudes e posicionamentos antirracistas que sejam também expressos coletivamente (KILOMBA, 2020). Uma possibilidade desse comprometimento é através da compreensão e divulgação, dos significados da categoria branquitude, que pode nos auxiliar a perceber o racismo como exercício deste conjunto de percepções e ações no mundo, deslocando-nos, branques, do

conforto das redes sociais ou do discurso acadêmico, para um espaço de efetiva reflexão e atuação antirracista: é preciso se posicionar politicamente e publicamente perante os pares.

1.6 - Ninguém aguenta ser cis

Pessoas cisgêneras são aquelas que possuem uma identidade de gênero correspondente ao sexo atribuído a elas em seu nascimento. São pessoas do sexo masculino que foram designadas como homens ao nascer, ou, pessoas do sexo feminino designadas mulheres, geralmente, ainda no útero da pessoa que os gesta e que, ao longo da vida vão performar seus gêneros em conformidade com a expressão considerada “natural” pela cultura ocidental. A Cisgeneridade é idealizada à sombra de uma autoridade biológica, que admite um único padrão, ou modelo de corpo a ser considerado normal.

Os corpos localizados à margem, ou, fora dessa norma cisgênera, a cisnormatividade, serão desumanizados, identificados como degenerados, dissidentes, depravados e imorais.

Apenas em 2018, o Conselho Federal de Psicologia reconheceu que transgeneridade não é um transtorno psíquico e sim diferentes formas de expressão da própria identidade⁸, demarcando o quão recentes e sensíveis são esses debates.

Irei utilizar, para fundamentar essa seção, os estudos de Viviane Vergueiro Simakawa (2015), mulher trans e doutoranda em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em sua dissertação de mestrado, ela categorizou, de maneira didática, três elementos para compreender a cisgeneridade, são eles:

- **Pré-discursividade:** É a compreensão de que sexo e gênero possam ser lidos a partir de critérios objetivos e de certas características corporais, ignorando

8

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
acessado em 27/01/2021

qualquer autopercepção ou localização sociocultural dos corpos. Ou seja, a presença ou ausência de características morfofisiológicas será considerada a definição inequívoca de "Machos" e "Fêmeas", "Homens" e "Mulheres".

Reconhecendo que existem razões importantes - médicas até - para que existam definições acerca dos aspectos fisiológicos dos corpos, a *mona* Viviane ressalta que a forma como as categorias de sexo e gênero se constroem, são mais complexas e na verdade muito menos objetivas do que se apresentam, se alinhando convenientemente à ideologia cisgênera e heteronormativa.

A autora segue, convidando-nos a problematizar e a desconstruir o próprio conceito de sexo biológico. Para ela,

[...] A sua vendida neutralidade se produz em simbiose com a oferta de dimorfismos sexuais e de definições de sexo a partir de testes e exames, seja para certidões de nascimento, seja para definições de enxovais e cores, constituindo-se em uma das expressões de projetos coloniais em que a ciência ocupa um lugar de destaque na produção da 'verdade das diversidades corporais e de identidades de gênero'. As atitudes decoloniais que decorrem destes constrangimentos pré-discursivos sistêmicos me parecem caminhar no sentido de considerar que nossas corpos e perspectivas socioculturais importam, em meio às lutas para transformar e derrubar o sistema: implicando, portanto, em desobediências epistêmicas (SIMAKAWA, 2015, p. 63).

Nesse sentido, as categorias de sexo estão alinhadas a um projeto colonial de poder; uma suposta neutralidade científica é, na verdade, uma produção simbiótica com os projetos coloniais que têm como objetivo a padronização e controle das diversidades corporais. É por meio do controle sexo, que o ocidente pôde manter e impor valores de "família" e "reprodutividade", categorias essenciais ao capitalismo, por exemplo.

- **Binariedade:** Para a Cisgeneridade, os corpos "normais" são definidos a partir da *dualidade* macho/fêmea, homem/mulher. Essa forma binária de se compreender o gênero, é resultado do recorrente pensamento dualista ocidental, segregando pares de conceitos, objetos ou sistemas de crença colocados como

opostos, onde apenas o mais conveniente será valorizado (FAUSTO-STERLING, 2002).

A percepção da Cisgeneridade sobre esse binarismo é feita de forma ativa, tornando compulsório o ato de classificar os corpos, feito sem reflexão. Logo,

[...] a noção de que pode haver uma 'verdade' do sexo [...] é produzida precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de gênero coerentes", interseccionalmente atrelada a outros vetores de normatização. Pode-se notar, por exemplo, como "a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e 'masculino', em que estes são compreendidos como atributos expressivos de 'macho' e de 'fêmea". (SIMAKAWA, 2015, p.65).

Assim, os que quebram essa norma binária tornam-se ininteligíveis à Cisgeneridade, que reage com violência buscando "corrigir" ou "suprimir" essas manifestações "anti-naturais" (SIMAKAWA, 2015).

- **Permanência:** É a premissa de que existem corpos "normais" e estes apresentam características físicas e psicológicas coerentes com aquelas esperadas de seu "sexo biológico". Assim,

descentralizar a Cisgeneridade como definidora das possibilidades legítimas de gênero deve, também, ser um processo que questione a premissa de permanência das identidades de gênero em suas relações e diálogos com suas formações corporais, uma premissa que, em se produzindo como normatividade, estabelece restrições e violações de direitos significativos às diversidades corporais e de identidades de gênero (SIMAKAWA, 2015, p. 66).

A permanência centraliza a Cisgeneridade como a identidade definidora das possibilidades de performance de gênero, ou seja, de um "Eu" universalizante, considerado parâmetro de normalidade e, portanto, "bom", "desejável", tomado como parâmetro. Essas três características da cisgeneridade direcionam a ideologia e as violências na sociedade ocidental que a elegeu como norma.

1.7 - Branco Cis : Satisfazendo a Asili europeia

O Utamawazo da cultura europeia, enquanto *cosmovisão* ocidental, reflete nas suas estruturas epistemológicas os ideais supremacistas e racistas ligados a mecanismos de controle, pois é a partir deles que ocidente e branquitude irão justificar a sua dominação (ANI, 1994).

O capitalismo e a ideia de progresso são exemplos de estruturas que emergem desse ideal a partir do processo de colonização justificado por princípios raciais estabelecidos pelos próprios invasores.

A auto-imagem (Utamaroho) Ocidental também é fundamentada nesses valores supremacistas brancos, manifestando-se, por exemplo, na universalização e padronização do corpo, e, mais explicitamente, na estética dos corpos considerados ideais (Branco, heterossexuais e de preferência masculinos), na ideia de superioridade moral, racional e religiosa e na existência de um "outro" cultural (ANI, 1994; KILOMBA 2020).

O Utamawazo e o Utamaroho são forças que se retroalimentam e emergem do que seria o alicerce germinativo de uma cultura: A Asili. Se os mecanismos de controle raciais da cultura Ocidental se manifestam nas estruturas de Utamawazo e Utamaroho da cultura europeia, é possível argumentar que a ideia de branquitude, que emerge para justificar essas estruturas, estaria atrelada à própria gênese da cultura Ocidental?

A título de reflexão, vamos assumir, por um momento, a premissa de que a branquitude estaria enraizada na Asili europeia, já que essa, para ser satisfeita, deve projetar esse aspecto em sua Utamawazo e Utamaroho com estruturas políticas e sociais voltadas à expansão, colonização e dominação a partir de uma construção racial do outro. E mais, se a branquitude, como identidade racial do branco, está no alicerce cultural do Ocidente, toda análise histórica, filosófica, epistemológica e cultural do ocidente deveria considerar esse aspecto de corpo importantíssimo para

essa sociedade, que guia desde políticas macroeconômicas até as questões mais corriqueiras da vida cotidiana.

A Branquitude não reconhece a própria identidade racial e se posiciona numa suposta neutralidade, evitando reconhecer ou mesmo falar sobre seus privilégios, chegando a sentir-se desconfortável quando estes são confrontados (KILOMBA, 2020). Essa dinâmica ocorre como forma de manter o poder concentrado numa elite que é, sobretudo, branca.

Aqui surge um paralelo interessante com a Cisgeneridade, que também opera identificando a própria construção de identidade como neutra, tratando discussões de sexo e gênero como tabus ou patologia, e silenciando debates sobre cisgêneridade e que expõem sua posição de privilégio. Seriam essas semelhanças uma grande coincidência? A meu ver, percebo um cruzamento de privilégios e de sistemas sustentados pela consolidação de estruturas raciais, sexistas e misóginas que abominam e ou excluem a diferença.

Outra questão importante é como a Cisgeneridade está atrelada à cultura Ocidental. Na obra "Mulheres, raça e classe", Angela Davis faz algumas considerações muito pertinentes e que nos ajudam a refletir sobre essa questão. Segundo a autora, durante o período escravagista nos Estados Unidos, as categorias de gênero como compreendemos hoje não eram aplicadas aos povos escravizados, especialmente no que se refere às mulheres. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero" (DAVIS, 2016, p. 258)." E ainda: "[...] No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, "a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (p.268)".

Segundo a autora, o gênero de pessoas escravizadas era convenientemente ignorado, mantendo-se a raça como principal marcador social. O que não quer dizer que os senhores estavam alheios às diferenças sexuais marcadas nos corpos dessas pessoas, que povoavam seus próprios imaginários sobre gênero, já que

submetiam as mulheres escravizadas aos piores tipos de abusos ligados à sua condição de mulheridade. Conforme completa Angela Davis:

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só podiam ser inflingidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (2016, p 275)

Assim como mulheres negras não eram consideradas por esses senhores como "mulheres" no sentido corrente do termo, a supremacia masculina também era desencorajada na construção da identidade dos homens negros, já que o fortalecimento dessa identidade poderia levar a uma ruptura na cadeia de comando indesejada para os senhores. Se os papéis de gênero estereotipados como "sexo frágil" e "donas de casa" não poderiam ser aplicados às mulheres negras, certamente "chefes/provedores de família" também não se enquadrava ao papel destes homens negros (DAVIS, 2016).

Uma ironia nesse sistema, como ainda aponta a autora, é que mesmo dentro de um sistema pautado na desigualdade racial e de gênero, dentro das senzalas, na vida doméstica se estabeleciam sistemas em que se destacava a igualdade sexual. Ou seja, nos momentos em que era possível que escravizados realizassem trabalhos para si mesmos, estes eram feitos em termos de igualdade:

[...] as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se bases sobre as quais mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016 p. 589)

É importante ressaltar que Angela Davis descreve fenômenos que ocorreram num contexto de escravidão Estadunidense, mas acredito ser possível assumir que

alguns desses elementos fazem sentido dentro do contexto do que foi a escravidão aqui no Brasil, apesar de suas particularidades.

A partir dessas reflexões, cabe um questionamento: até que ponto o conceito de cisgeneridade, como conhecemos, poderia ser aplicado a esses homens e mulheres *pretos* que, devido à experiência fatídica da escravidão, não foram reconhecidos dentro daquilo que compreendemos hoje por gênero? E, seguindo o raciocínio, com a abolição da escravidão como se construiu essa ideia de cisgeneridade para corpos pretos e em que medida, ela se aplica ou não nos dias de hoje?

A cisgeneridade é uma categoria operante para classificar e compreender igualmente corpos *brancos* e *pretos*? Essas são perguntas difíceis de se responder, e certamente não tenho soluções para elas, mas não posso deixar de apresentá-las, já que se tornam centrais na compreensão das forma como o Ocidente exerce seu poder sobre os corpos.

Podemos encontrar mais elementos que dialogam com esses questionamentos na obra "A invenção das mulheres" de Oyèrónkẹ Oyěwùmí. Segundo a autora, as categorias de gênero "homens" e "mulheres", fundacionais na cultura ocidental, sequer existiam na sociedade Iorubá antes da colonização europeia, e os corpos não possuíam marcadores sociais atribuídos diretamente ao sexo dos indivíduos. Ou seja, o papel social de alguém não estaria atrelado ao seu sexo, como acontece no ocidente e a presença de um pênis ou de uma vagina não delimitavam as relações hierárquicas estabelecidas nessa sociedade.

Ao argumentar sobre a inexistência da categoria Mulher em Iorubá, Oyěwùmí ressalta que

a afirmação de que a "mulher" como categoria social não existia em comunidades Iorubás não deveria ser lida como uma hermenêutica antimaterialista, um modo de desconstrução pós-estruturalista do corpo em dissolução. Longe disso - o corpo foi (e ainda é) bastante material em comunidades Iorubás. Mas, antes da instalação de noções ocidentais na cultura Iorubá, o corpo não era a base de papéis sociais, inclusões ou exclusões e não foi o fundamento do pensamento e da identidade social (p. 14)

Sendo o gênero uma construção social, é razoável deduzir que houve um tempo específico em que ele foi construído e, portanto, um tempo anterior a essa criação. Assim, é possível deduzir que a criação do gênero enquanto um fenômeno histórico e cultural não tenha ocorrido em diversas sociedades, não sendo esse um fenômeno universal, o que contraria a visão ocidental.

A partir da relação entre os trabalhos de Oyèrónké Oyěwùmí e Angela Davis, é possível interpretar que possivelmente, alguns daqueles que foram escravizados pelo processo de colonização Europeu, vinham de culturas cujo gênero não era um marcador social, e ao chegar nas colônias, os chamados "senhores", a depender da conveniência, também não consideravam gênero uma categoria relevante para os escravizados, já que, a raça se sobrepunha ao gênero no contexto de escravidão.

Nas relações dentro da senzala, essas pessoas que ancestralmente herdaram outras concepções de sociedade, não pautadas na centralidade do sexo biológico, relacionavam-se com igualdade em suas vidas cotidianas e em suas lutas, do ponto de vista de gênero. Assim, é possível supor que ao longo do tempo, o gênero, de forma violenta e compulsória, foi introjetado na vida e no imaginário dessas pessoas.

Para concluir esse raciocínio de localizar culturalmente a cisgeneridade gostaria de retornar às três categorias de análise usadas por Viviane Vergueiro, que já discutimos anteriormente: Pré-discursividade, Binariedade e Permanência.

Segundo a Pré-discursividade, o sexo e o gênero podem ser lidos a partir de certas características corporais apresentadas pelos indivíduos, uma leitura que normalmente é feita através de um sentido muito específico: a visão, sentido a partir do qual se estabelecem diversas relações de poder no Ocidente.

A Binariedade se refere à naturalização da dualidade macho/fêmea, Homem/Mulher. Mais uma vez, podemos estabelecer uma relação entre essa categoria e as críticas feitas ao Ocidente e sua tendência a se utilizar de Dualismos para compreender a própria realidade e agir sobre ela.

Por último, o conceito de Permanência, que parte da premissa de que existem corpos normais (o que pressupõe a existência de corpos anormais, ou dissidentes),

e essa classificação se baseia nas características físicas e psicológicas de cada corpo, que deve ser coerente com aquelas esperadas pelo seu sexo biológico. É possível identificar nesse fenômeno, uma materialização da ideia do "nós" e os "outros" (Corpos normais e anormais), que também é uma poderosa ferramenta de dominação utilizada pelo Ocidente, além é claro da forma arbitrária como se cria uma biologia para justificar premissas sexistas (OYĚWÙMÍ, 2021) e extrapolando aqui, também transfóbicas.

Tendo em vista suas distintas particularidades, gênero e raça possuem diversos mecanismos de dominação que operam com certa semelhança, a partir de princípios em comum, mas seria possível argumentar que a cisgeneridade é um dos mecanismos de controle com raízes cultura branca ocidental de origem greco-romana-judaico-cristã-cartesiana?

Nesse sentido a cisgeneridade e branquitude mesmo sendo categorias distintas, estariam ambas fundamentadas nos princípios que partem de uma mesma Asili de dominação, exercida em suas particularidades através das categorias de raça, sexo/gênero. Não pretendo aqui traçar equivalência entre essas duas categorias, apenas relacioná-las como emergentes de uma mesma gênese cultural, o que poderia explicar até certo ponto, parte de suas similaridades.

Em última análise, a luta pela queda da cisnormatividade, da heteronormatividade e do patriarcado é necessariamente uma luta pela implosão do próprio ideal de branquitude. Portanto, uma luta pela igualdade de gênero, que não considere suas origens raciais será uma luta incompleta, fragmentada e racista.

Este quadro referencial será utilizado como sustentação teórica para uma análise dos trabalhos do ENEBIO. No próximo capítulo, exponho a metodologia de constituição do corpus de análise desta dissertação.

Capítulo 2 - Caminhos Metodológicos

Muito do que se pensa na produção do conhecimento científico é constituído pelos percursos metodológicos.

A abordagem desta pesquisa foi qualitativa (DE JESUS SOARES e FONSECA, 2019), considerando a variedade de sentidos e possibilidades importantes para responder às questões apresentadas nessa investigação, em especial como são desenvolvidos os estudos e pesquisas sobre as relações entre sexo/gênero e raça no ensino de biologia e como pesquisadores têm lidado com essas questões.

Nessa perspectiva, a pessoa que pesquisa preocupa-se mais com o processo do que necessariamente com os resultados fixados como acabados, pois a análise qualitativa não busca particularmente comprovar hipóteses definidas previamente, mas seguir um processo indutivo (DE JESUS SOARES e FONSECA, 2019).

Na abordagem qualitativa, os métodos empregados para a obtenção e construção de informações não devem ser fragmentados ou isolados, pois é na totalidade dos fenômenos que se pode compreender e analisar sua importância, sejam nas manifestações explícitas quanto nos silêncios (DE JESUS SOARES e FONSECA, 2019). Os elementos descritivos serão construídos na análise minuciosa das pesquisas do congresso escolhido para essa pesquisa, respeitando a forma como foram originalmente registrados nas transcrições, quando houver.

O agrupamento desses elementos não busca confirmar ou refutar hipóteses previamente estabelecidas, mas sim trilhar diferentes caminhos para as discussões que serão desenvolvidas.

Para a pesquisa, optei por realizar um levantamento bibliográfico nos Anais do Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENEBO).

Essa metodologia contribui para o levantamento, tanto estatístico como qualitativo, de dados encontrados a respeito de uma temática em uma base de dados. Mediante as análises, obtêm-se as conclusões correspondentes às proposições levantadas.

Segundo Gil (2008), a vantagem dessa tipologia de pesquisa é permitir a quem pesquisa a verificação das condições em que os dados foram obtidos, analisando, em profundidade, cada informação a fim de perceber o objeto, mas, também as contradições das fontes bibliográficas acerca de um tema.

Os ENEBIO's são eventos promovidos desde 2005 pela Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)⁹, uma associação civil sem fins lucrativos, que congrega pesquisadores formados em Biologia ou Ciências.

A SBEnBio foi criada durante o VI Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia (EPEB), realizado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), em 1997. Desde então, tem contribuído para as discussões de diferentes frentes do Ensino de Biologia, agregando debates com influência das diferentes teorias educacionais, sobre o ensino e a aprendizagem de Biologia nas instâncias formais, não formais e informais de educação, sobre temas sociocientíficos, entre eles, as relações entre a produção do conhecimento científico - a sociedade - a tecnologia - e os ambientes (CTSA), sobre a educação ambiental, sobre os materiais didáticos, as intervenções pedagógicas, questões conceituais, História e Filosofia da Biologia, entre outros temas.

Os encontros nacionais acontecem simultaneamente aos Encontros Regionais de Ensino de Biologia (ERE BIO), mantidos pelas seguintes regionais:

Regional 1 – São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

Regional 2 – Rio de Janeiro e Espírito Santo;

Regional 3 – Sul;

Regional 4 – Minas Gerais, Tocantins, Goiás e Brasília;

Regional 5 – Nordeste;

Regional 6 – Norte

Segundo Pinho (2016), no início do ENEBIO as regionais RJ/ES, Sul e Nordeste apresentavam uma história mais intensa de discussões e reflexões sobre o Ensino de Biologia nos estados participantes. Na atualidade, o evento está estruturado em nível nacional e regional, sendo realizado presencialmente a cada 2

⁹ Disponível no site < <http://www.sbenbio.org.br> > acessado em 04/03/2021

anos, com exceção da edição de 2021, realizada em caráter online por conta da pandemia de COVID-19.

Por se tratar de um evento de amplo alcance e de prestígio para as pesquisas na área, com o propósito de promover o diálogo entre professores, estudantes e pesquisadoras da área de Ensino de Ciências e de Biologia em âmbito local, regional e nacional; e por ser a Biologia considerada a disciplina escolar na qual as discussões a respeito de sexo/gênero e raça serão realizadas de maneira ampla e com o respaldo dos conhecimentos científicos bio-anato-fisiológicos e também socioculturais, a escolha do levantamento bibliográfico perfaz o ENEBIO como objeto de investigação.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em cada um dos Anais das sete primeiras edições dos ENEBIO, perfazendo o recorte temporal de 2005 e 2018, ou seja, de mais de uma década de publicação de trabalhos e pesquisas na área.

Conforme a página da SBEnBio, a edições são as seguintes:

- **I Enebio e III Erebio da Regional 2**, realizados no Rio de Janeiro em agosto de **2005** com o tema “Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa”. Compuseram os anais 283 trabalhos;
- **II Enebio e I Erebio da regional 4**, realizados em Uberlândia em agosto de **2007** com o tema “10 anos da SBENBio e o ensino de Biologia no Brasil: histórias entrelaçadas”. Compuseram os anais 219 trabalhos;
- **III Enebio e IV Erebio da regional 5**, realizados em Fortaleza em outubro de **2010** com o tema “Temas polêmicos e o Ensino de Biologia”. Compuseram os anais o total de 421 artigos;
- **IV Enebio e II Erebio da Regional 4**, publicados na 5ª edição da RENBIO, realizados em Goiânia em setembro de **2012** com o tema “Repensando a experiência e os novos contextos formativos para o Ensino de Biologia”. Compuseram os anais o total de 331 trabalhos apresentados;

- **V Enebio e II Erebio da Regional 1**, publicados na 7ª edição da RENBIO, realizados em São Paulo em setembro de **2014** com o tema “Entrelaçando histórias, memórias e currículo no Ensino de Biologia”. Compuseram os anais 568 trabalhos apresentados;
- **VI Enebio e VIII Erebio da Regional 3**, realizados em Maringá em outubro de **2016** com o tema “ Políticas Públicas Educacionais – Impactos e Propostas ao Ensino de Biologia”. Compuseram os anais 699 trabalhos publicados;
- **VII Enebio e I Erebio da Regional 6**, realizados em Belém em setembro de **2018** com o tema “O que a vida tem a ensinar para o ensino de Biologia?” 902 trabalhos apresentados compuseram os Anais do evento.

Conforme se percebe, há um aumento gradativo na participação e apresentação de trabalhos no ENEBIO, somando-se, ao todo, 3423 trabalhos nas mais diferentes áreas temáticas do evento. Como nem toda edição teve os mesmos critérios para a escolha de áreas temáticas, optei por não categorizar os trabalhos a partir da área temática na qual ele foi apresentada.

Ao considerar regiões geográficas do Brasil, há, ainda, a predominância de participação em ENEBIO's realizados no eixo sul-sudeste, correspondendo a 1769 (correspondente a 51% de todas as publicações) apresentados em eventos realizados no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Enquanto o eixo norte-nordeste concentra 38,65% dos trabalhos; e o centro-oeste a percentagem de 6,39 % das publicações.

Destaque para os ENEBIO's de 2016 e 2018, respectivamente com 699 (20% de todos os trabalhos no período analisado) e 902 (26% do total) trabalhos, o que corresponde a quase metade de todos os trabalhos no período de 2005 a 2018 (46%). Concomitantemente a esses eventos, o Brasil atravessou um período de crise política instituída a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, e ascensão de movimentos reativos e conservadores contrários ao pensamento crítico, à produção e à democratização da ciência, disseminando *fake*

news e discursos anti-ciência nas mais diferentes instâncias sociais. Nesse sentido, é importante destacar o papel do ENEBIO na produção de conhecimento, no debate de temas sociais e da educação pública e no combate à desinformação, especialmente, com o registro da participação de diferentes pessoas que se alinham ao debate crítico e às propostas de um Ensino de Biologia também democrático.

Após esse primeiro tratamento analítico para percebermos os dados mais gerais, e considerando os trabalhos que abordassem as relações entre sexo/gênero, corpo, associados, direta ou indiretamente, às discussões de raça como categorias sociais, à partir das seguintes palavras-chave/descriptores: gênero, cisgênero, cisgeneridade, cis, transgênero, transgeneridade, pessoas trans, interseccional, raça, branquitude, negritude, binário, binariedade, binarismo, transexual, travesti, educação das relações étnico-raciais (ERER), sexo biológico, sexo masculino, sexo feminino e sexualidade.

É importante ressaltar que os Anais do ENEBIO não possuíam, até a data deste levantamento, um sistema organizado e padronizado de busca. Cada edição utilizou de formatações próprias para a configuração dos Anais, algumas, disponibilizando um documento em formato PDF, com centenas de páginas, sem um mecanismo refinado de busca por palavras-chave. Essa característica dificultou o processo de busca e exigiu de mim, como pesquisadora, um maior empenho para filtrar os parâmetros e selecionar os trabalhos aqui apresentados.

Nessa segunda fase de levantamento dos artigos, foram aplicados critérios de exclusão, na leitura de cada trabalho, para evitar a seleção de trabalhos que não estivessem diretamente relacionados com o objetivo da pesquisa, destacando a supressão das publicações que utilizavam genericamente as palavras "sexo masculino" ou "sexo feminino" (por exemplo: sexo para determinar peixes, anfíbios, mamíferos; indivíduos numa determinada população, entre outros). Da mesma forma, quando significados de gênero se relacionavam a gênero textual, musical, fílmico, e binário estava designando processos biológicos de divisão celular ou chaves dicotômicas da taxonomia, considerei que os artigos estavam em desacordo com o objeto de minha investigação. A aplicação desses critérios foi importante para

garantir a consistência e um número viável de artigos para análise, já que nas áreas de Ciências e Biologia termos como sexo (feminino e masculino) são polissêmicos e intensamente utilizados em dezenas de artigos com diferentes contextos.

As palavras-chave foram aplicadas com o auxílio do mecanismo textual de busca das páginas eletrônicas referentes aos Anais ou dos documentos disponibilizados no formato PDF, primeiramente, junto aos títulos, resumos e palavras-chaves dos próprios trabalhos, em seguida, ao corpo dos textos apresentados nos Anais de cada edição do ENEBIO.

Em seguida foram identificadas 48 pesquisas com a correspondência a seguir:

1. III - ENEBIO: 1 Trabalho;
2. IV - ENEBIO: 1 Trabalho;
3. V - ENEBIO: 5 Trabalhos;
4. VI - ENEBIO: 22 Trabalhos;
5. VII - ENEBIO: 19 Trabalhos;

Essas 48 pesquisas correspondem a apenas 1,40% do total de 3423 trabalhos registrados nos Anais do ENEBIO no período de 2005 a 2018. Embora haja um pequeno, mas considerável número de publicações, é importante frisar que a percentagem ainda é baixa.

Conforme De Carvalho (2018), a área de Ensino de Biologia ainda dá pouca credibilidade aos estudos de gênero, estudos feministas, relações étnico-raciais, educação para os gêneros - sexualidades e diferenças, relegando pesquisas e mesmo possibilidades interventivas nas escolas a um apêndice ou ao segundo planos; no que concerne às pesquisas, a autora também evidencia a forte presença androcêntrica na Ciência e a dificuldade de minorias subalternizadas socialmente alçarem postos de destaque. Considerando questões discutidas na literatura científica, tais como: importância das Ciências Biológicas na discussão de sexo/gênero e raça, a corporeidade, os avanços dos movimentos reativos, o

interesse das movimentações sociais nas disputas por esses temas, a necessidade de disseminar conhecimentos problematizadores acerca de sexo/gênero e raça no intuito de combater as intolerâncias, preconceitos e LGBTQfobias e transfobias.

Usando os mesmos descritores, pude observar que nas duas primeiras edições do ENEBIO (I Enebio “Ensino de Biologia: conhecimentos e valores em disputa”; II Enebio “10 anos da SBENBio e o ensino de Biologia no Brasil: histórias entrelaçadas”) não houve artigos com as temáticas correspondentes apresentados.

Para traçar a análise dos dados, os trabalhos foram organizados por ano de Edição, Título, Autoria e Tipologia conforme o Quadro 1, disposto ao fim desse capítulo.

Ao realizar a pré-análise dos 48 trabalhos contemplados com os descritores da busca, processei a leitura dos textos na íntegra para traçar a tipologia, ou seja, o perfil de cada artigo e elaborar as categorias de análise/descrição dos mesmos.

Quanto à tipologia do trabalho, ou seja, a metodologia empregada, optei por qualificar os trabalhos nas seguintes categorias:

- ENSAIO OU REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: Abarca trabalhos teóricos no formato ensaio/artigo de opinião e as revisões bibliográficas que fundamentam a compreensão teórica sobre sexo/gênero e raça. Os artigos 5, 14, 27, 34, 39, 43, 44, 45 e 48 (9 trabalhos) possuem essas características, correspondendo a 18,75% da amostra.
- ANÁLISE DE MATERIAL. DIDÁTICO: Conjunto que engloba os trabalhos cujo desdobramento é a análise de livros didáticos, filmes e outras produções acerca de sexo/gênero e raça. Os artigos 1, 17, 19, 22, 28, 36, 38 e 40 (8 trabalhos) possuem essas características, correspondendo a 16,67% da amostra.
- RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE/DISCENTE: Compreende os artigos que apresentam relatos de experiências de pesquisadoras/es/os ou grupos

nas temáticas pertinentes às discussões de sexo/gênero e raça. Os artigos 2, 7, 20, 21, 25, 29, 30, 47 (8 trabalhos) possuem essas características, correspondendo a 16,67% da amostra.

- LEVANTAMENTO DE PERCEPÇÃO E CONCEPÇÃO DOCENTE/DISCENTE: Artigos alinhados às pesquisas de concepções, percepções e representações docentes e discentes sobre sexo/gênero e raça. Os artigos 3, 6, 10, 15, 18, 23, 24, 26, 31, 33, 35, e 42 (12 trabalhos) possuem essas características, correspondendo a 25% da amostra.
- INTERVENÇÃO DIDÁTICA: Trabalhos com a aplicação de Sequências Didáticas, desenvolvimento de oficinas e outras atividades didático-pedagógicas com as temáticas sexo/gênero e raça. Os artigos 4, 8, 9, 11, 12, 13, 16, 32, 41 e 46 (10 trabalhos) possuem essas características, correspondendo a 20,83% da amostra.
- OUTRAS ABORDAGENS: Pesquisas de cunho etnográfico, Pesquisa participante, grupos focais, investigação-ação e participante com as temáticas sexo/gênero e raça. O artigo 37 possui essas características, correspondendo a 2,08% da amostra.

Podemos notar que há uma predominância de trabalhos cuja preocupação da autoria se volta à realização de intervenções didáticas respaldadas por planejamentos ou ações pedagógicas direcionadas ao desenvolvimento do tema sexo/gênero e raça nas escolas. Essas atividades são importantes para a articulação das discussões nas escolas, mas podem anunciar uma proposição que não corresponde, necessariamente, com uma mudança de atitudes ou valores.

O levantamento de percepções e concepções, seguido da análise de material didático, são tipologias importantes para se perceber como pensam professores e

estudantes, como, também, para se mensurar as limitações, erros conceituais, discursos focados apenas no aspecto biológico do sexo/gênero e raça.

Os ensaios teóricos sistematizam as discussões em pontos de vistas e em críticas sobre determinadas abordagens, a exemplo, a redução do gênero ao determinismo biológico, o avanço de movimentos como o Escola sem Partido, a crítica à cisgeneridade, etc.

Há o registro de trabalhos apresentados como relatos de experiências e também de poucos trabalhos com outras metodologias ou enfoques de produção e sistematização do conhecimento.

O terceiro tratamento dos dados foi realizado a partir de minha leitura dos trabalhos, descrevendo-os e os agrupando em categorias que evidenciam as diferentes frentes de análise e entendimento dos pesquisadores do ENEBIO acerca das questões de sexo gênero e raça. Essa sistematização materializa os resultados qualitativos e mais críticos da análise, estando descrita no próximo capítulo da dissertação. Os trabalhos foram numerados seguindo minha ordem de leitura realizada ano a ano de cada ENEBIO, e estão disponíveis no Apêndice 1, contendo Título, autoria.

Quadro 1: Trabalhos**III ENEBIO - 2010**

Título	Autoria	Tipologia
Livro didático, ensino de ciências e gênero: reflexões necessárias	Zaida Barros Dias; Lérida De Oliveira;	Análise De Material Didático

IV - ENEBIO - 2012

Título	Autoria	Tipologia
Grupo de estudos de sexualidade e relações de gênero no contexto escolar: uma experiência na formação inicial de professores de biologia	Sandro Prado Santos; Mônica Miguel de Paula; Fernanda Fernandes dos Santos Rodrigues;	Relato De Experiência Docente/Discente

V ENEBIO - 2014

Título	Autoria	Tipologia
Corpos dissidentes no espaço escolar: Normatizações e assujeitamentos	Sandro Prado Santos; Bruna Teixeira Castellan;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Contribuições do ensino de ciências à educação das relações étnico-raciais	Maria da Conceição Costa Melo;	Intervenção Didática
Diversidade sexual na escola: Iniciativas para o campo do ensino	Roberta Ribeiro De Cicco; Eliane Portes Vargas;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica

"Professora, a senhora gosta de homem ou de mulher"? Olhares de um grupo de estudantes sobre uma proposta de ensino sobre corpo, gênero e sexualidade na EJA	Fernanda Figueredo dos Santos; Marcos Lopes de Souza;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Currículo de Biologia: Planejamento e ensino do tema "diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo"	Luísa de Lemos Alves; Filipe Silva-Porto; Maria Margarida Gomes;	Relato De Experiência Docente/Discente
VI ENEBIO - 2016		
Título	Autoria	Tipologia
Para além de menino e menina: Estratégias educativas para desconstrução do binarismo	Viviane Carnevale; Pedro Vargas; Alexandre Brauns; Jacqueline Girão;	Intervenção Didática
Ser ou não ser: Eis as questões (de gênero)	Evanilson Gurgel de Carvalho Filho;	Intervenção Didática
Gênero e sexualidade na prática docente de professores de ciências: Investigação em uma escola pública de Fortaleza	Assis Wendell Claudino Cavalcante; Erika Freitas Mota;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Delineamento dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio	Bianca Araci de Figueiredo;	Intervenção Didática
Tópicos de Genética numa perspectiva CTS: As contribuições e limites de uma sequência didática para o 3º ano do ensino médio	Raviellen Vieira Barros; Paulo Marcelo Marini Teixeira; Ana Lúcia Biggi de Souza;	Intervenção Didática
Refletindo sobre os corpos: A importância da fundamentação teórica em sexualidade para formação docente em Biologia	Paulo Ricardo Santos de Sousa; José Roberto Feitosa Silva;	Intervenção Didática

Queimando livros e currículos: considerações sobre a histeria neofundamentalista nas discussões de sexualidade e gênero	Alexandre Luiz Polizel; Fabiana Aparecida de Carvalho;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
Enlaces em conceito de gênero, formação docente e ensino de biologia	Neilton dos Reis; Lana Cláudia de Souza Fonseca; Raquel Pinho;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Oficina sobre infecções sexualmente transmissíveis e sexualidade para adolescentes: um relato de experiência	Adriane Barreto Gôngora; Heloisa Santos Silva;	Intervenção Didática
Processos de subjetivação no ensino de ciências: A sexualidade para além do sexo biológico no desenho animado "Os pinguins de madagascar"	Helane Súzia Silva dos Santos; Maria dos Remédios de Brito; Carlos Augusto;	Análise De Material. Didático
Concepções de professores de ciências e biologia do município de Maringá, Paraná, sobre transexualidade	Naomi Neri Santana; Alexandre Luiz Polizel; Eliane Rose Maio;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Adolescência E Ritos De Passagem: Considerações Sobre Sexualidade Nos Livros Didáticos	Alexandre Luiz Polizel; Mateus Oka; Eliane Rose Maio;	Análise De Material. Didático
As Biopolíticas Para Os Seres E Para As Coisas: O Corpo Sob Diferentes Atravessamentos	Adalberto Ferdnando Inocêncio; Fabiana Aparecida de Carvalho; Alexandre Luiz Polizel; Tamires Tolomeotti Pereira; Mateus Oka de Farias; Naomi Neri;	Relato De Experiência Docente/Discente
Currículo De Biologia: Planejamento E Ensino Do Tema 'diversidade De Comportamentos Sexuais E Sociais Ligados Ao Sexo'	Luísa de Lemos Alves; Filipe Silva-Porto; Maria Margarida Gomes;	Relato De Experiência Docente/Discente

Educação Para As Sexualidades, Os Gêneros E As Diferenças: Para Além Da Biologia, As 'biopolíticas' Atuais	Fabiana Aparecida de Carvalho;	Análise De Material. Didático
Educação Em Ciências, Inclusão E Diversidade: Diálogos em Construção.	Lana Claudia de Souza Fonseca; Allan Rocha Damasceno;	Levantamento De Percepção E Conceção Docente/Discente
Ensino De Biologia E Gênero: O Que Dizem As Narrativas Não-Binárias?	Neilton dos Reis; Raquel Pinho;	Levantamento De Percepção E Conceção Docente/Discente
Gênero, Sexualidade E Formação Docente: Reflexão E Não Diretividade Para Construção Da Autonomia	Hylío Laganá Fernandes; Bianca Araci de Figueiredo;	Relato De Experiência Docente/Discente
Saberes Docentes E As Questões De Gênero No Ensino De Biologia	Vinícius Colussi Bastos;	Levantamento De Percepção E Conceção Docente/Discente
Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Regionais De Ensino De Biologia Rj/Es (2001-2015)	Raquel Pinho; Felipe Bastos;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
Aprendendo Com Modelos: A Turma Da Mônica E Suas Famílias	Marcos Allan da Silva Linhares; Ailson Nunes Sales; Sandra Nazaré Dias Bastos;	Análise De Material. Didático
"Diversidade No Âmbito Escolar: Diferentes Perspectivas Na Formação Docente"	Renata Alexandre Bianchi; Letícia Benavalli; Letícia Silveira Barcelos; Lúcia de Fátima Estevinho Guido;	Relato De Experiência Docente/Discente
VII ENEBIO - 2018		
Título	Autoria	Tipologia

Problematizando os Padrões de Gênero e Sexualidade disseminados na sociedade: Uma experiência no ensino fundamental II no âmbito do PIBID	Rafael Pelletti Fidelis Lopes; Ana Luisa Luisi Vieira; Tatiane Maris Gorska Falconi; Aline Nair Mende Costa;	Relato De Experiência Docente/Discente:
Conceitos de Sexualidade: A percepção de escolares concluintes da educação básica de instituições públicas e privadas residentes em Belém, Pará	Yuri Cavaleiro De Macêdo Coelho Gleice Carla Silva de Castro; Letícia Siqueira Moura; Maria Vasconcelos;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Contribuições pedagógicas por meio da parceria LESEX com CEFET RJ no ensino integrado de nível médio de Biologia	Jorge Luiz Silva de Lemos; Thamiris Henrique de Oliveira; Beatriz dos Santos Melo; Thainá Gulias Oliveira;	Intervenção Didática
Uma análise da disciplina de metodologia do ensino de Biologia da Universidade Federal de Lavras-MG na formação inicial de professores de biologia	Augusto Antonio de Paula; Paulo Antônio de Oliveira Temoteo; Antonio Fernandes Nascimento Junior;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Ensino de Ciências e Biologia, qual seu partido? Entre (Alinha)mentos e Fugas	Sandro Prado Santos; Matheus Moura Martins;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
Papéis sociais de gênero e perspectivas da participação da mulher no mercado de trabalho: avanços e possibilidades	Bianca Araci de Figueiredo; Hylio Laganá Fernandes;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente:
Sexo, sexualidade, educação sexual, orientação sexual e diversidade sexual: Análise das produções no ensino de biologia	Cristiano Figueiredo dos Santos; Vera de Mattos Machado;	Análise De Material. Didático
Mediação de professores de um cursinho popular: a abordagem do conceito de biodiversidade por meio de discussões de gênero e orientação sexual	Rúbia Amanda Guimarães Franco; Danilo Seithi Kato;	Outras Abordagens
"Coisas que garotos devem saber": Sexualidade e subjetivação no ensino de ciências e biologia	Dhemersson Warly Santos Costa; Carlos Augusto Silva e Silva;	Análise De Material. Didático

A Sexualidade pode ser trabalhada em sala de aula? O que dizem os documentos educacionais oficiais brasileiros?	Wellington Soares de Lima; Fernanda Aparecida Meglhioratti; Lourdes Aparecida Della Justina;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
A Questão Étnico-Racial No Ensino De Ciências E Biologia: Soluções Possíveis	Angelo Tenfen Nicoladeli; Eloisa Alves de Sousa;	Análise De Material. Didático
Jogo didático para Educação Sexual	Caroline Pinheiro da Silva; João Victor Robles Rosa; Hylio Laganá Fernandes;	Intervenção Didática
Universidade das crianças: Ciência, Gênero e a produção da normalidade	Juliane dos Santos Amorim; Débora D'ávila Reis; Francisco Ângelo Coutinho;	Levantamento De Percepção E Concepção Docente/Discente
Diversidade E Educação Em Ciências: O Estado Da Arte Das Pesquisas (2013-2017)	Bruno Batista Cassiano; Danilo Mota Gomes; Julia Bomfim Caetano; Nadjara de Medeiros Corrêa; Lana Claudia de Souza Fonseca;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
Abordagem Sobre Sexualidade No Contexto escolar Na visão dos adolescentes	Luciana Sirqueira Viana; Osalina da Silva Nascimento; Charlyan de Sousa Lima Andréa Martins Cantanhede;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
Educação Antirracista E Das Relações Étnico-Raciais No Ensino De Ciências E Biologia: Uma Análise Das Atividades Do Pibid Interdisciplinar Travessias Atlânticas	Luana Maria de Oliveira Ferreira; Rebeca Hennemann Vergara de Souza;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica
Cinema Na Escola: Roteiros Para Discutir Gênero, Sexualidade, Etnia E Muitas Outras Coisas...	Ailson Nunes Sales; Sandra Nazaré Dias Bastos;	Intervenção Didática

Povoando O Ensino De Biologia: Conexões E Linhas (In) Suspeitadas Com As Experiências De Pessoas Trans	Sandro Prado Santos;	Relato De Experiência Docente/Discente
Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Nacionais De Ensino De Biologia (2005-2016)	Raquel Pinho; Felipe Bastos;	Ensaio Ou Revisão Bibliográfica

Capítulo 3 - Resultados

Para a análise dos trabalhos selecionados nas edições do ENEBIO, elaborei um quadro, destacado como apêndice 2 da dissertação, onde apresento uma categorização a partir do referencial teórico e dos elementos pertinentes às questões de sexo/gênero e raça, considerando evidenciar as concepções dos autores sobre tais temáticas. Inicialmente, estava nos meus planos incluir essa tabela à minha pesquisa, pois ela me foi útil como fonte de dados, além de me auxiliar na identificação de categorias de análise e para a construção de uma percepção mais abrangente dos artigos publicados. À medida que avancei na escrita e interpretação dos dados, e por sugestão de minha orientadora, percebi que a tabela estava extensa e redundante, uma vez que apresenta descrições minuciosas das 48 pesquisas levantadas. Assim sendo, optei por incorporar os aspectos mais relevantes dessas descrições nas discussões e resultados apresentados neste capítulo.

Mesmo que eu esteja apontando discursos e conteúdos presentes em trabalhos da ENEBIO, é importante salientar que não realizei uma análise de conteúdo de acordo com os pressupostos de Bardin (2004) ou operei uma análise de discurso segundo Orlandi (2009). Embora tenha realizado um primeiro tratamento das pesquisas, categorizando os trabalhos a partir de suas tipologias (por exemplo "Análise de material didático, Ensaio ou revisão bibliográfica, etc.), com finalidade de compreender a "anatomia" dos trabalhos do ENPEC, as análises foram feitas e categorizadas a partir do referencial contra-colonial descrito no primeiro capítulo, referente às discussões de Marimba Ani e Oyèrónkẹ Oyěwùmí.

Assim, busquei nos trabalhos levantados, elementos que dialogam com as críticas ao pensamento colonial branco ocidental, de origem greco-romana-judaico-cristã-cartesiana, como, por exemplo, os dualismos, a cisheteronormatividade, a neutralidade e a universalidade da ciência, por meio de críticas, ou, reforçando essas mesmas ideias.

O referente contra-colonial parte do pressuposto da existência de um epistemicídio. Segundo o Filósofo sul-africano Mogobe Ramose (2011), tal processo

refere-se à destruição das práticas e dos conhecimentos dos povos africanos colonizados (e de grupos originários da América), operando pela neutralização e pelo esquecimento dos saberes, conhecimentos e práticas não alinhadas à moral cristã e à razão ocidental. O Epistemicídio, portanto, tornou-se um fenômeno e uma dinâmica histórica para as produções de conhecimentos do Ocidente.

Em contraponto, é importante destacar e reivindicar, cada vez mais, a crítica e o reposicionamento de possibilidades e perspectivas metodológicas, epistemológicas ontológicas e axiológicas de outros grupos humanos que não apenas o branco ocidental e colonizador para produção e a divulgação de conhecimentos na área do ensino em Ciências e Biologia. Essa iniciativa está de acordo com a Lei N.10.639 (BRASIL, 2003) e com a Lei N. 11.645 (BRASIL, 2008).

Através de uma análise Contra-colonial dos temas abordados nos ENEBIO sobre sexo, gênero e raça, espero instigar reflexões sobre como a ciência opera a favor da narrativa de uma história única, conforme propõe a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009). A autora argumenta que a história única, ou universal, é uma representação limitada e estereotipada de um grupo ou cultura perpetuada por narrativas ocidentais. Essa visão unidimensional pode levar a mal-entendidos e preconceitos, logo, a importância de diversificar as histórias e perspectivas para se obter compreensões mais abrangentes de mundo. Essas narrativas únicas, portanto, moldam a ciência para que ela reproduza estruturas de poder de origem na Asili, ou berço civilizatório branco europeu.

Assim, as categorias que se seguem emergiram quando observei que pesquisas divulgadas no ENEBIO apresentam críticas ou reproduzem estruturas de poder alinhadas com a cultura branca ocidental. Por exemplo, há pesquisas nas quais os autores reforçam a ideia de binaridade de gênero, dividindo estudantes em grupos de "homens e mulheres"; ou, na mesma via, apontam o sexo biológico como um dado natural e universal.

Outro elemento importante são os silêncios ou omissões, sendo um exemplo importantíssimo a ausência, quase absoluta, de trabalhos que se propuseram a discutir sexo/gênero como categorias racializadas.

É importante pontuar que um mesmo trabalho se encontra em mais de uma categoria, uma vez que não objetivei fechar a análise como quem agrupa as discussões em uma caixa fechada, mas, sim, buscar um direcionamento que relacionasse essas categorias com as reflexões contra-coloniais.

Assim sendo, as principais categorias ou discussões construídas no processo estão destacadas a seguir:

- O mito da ciência única e universal: englobando os trabalhos que criticam ou propagam as ideias de "neutralidade" na ciência, como, também, como essas discussões acontecem nos espaços escolares.
- Binarismos e a norma cisheterossexual compulsória: como binarismos, dualidades, masculinidade e heteronormatividade na ciência são abordados nos trabalhos publicados no ENEBIO como categorias que apontam para dispositivos de controle de raça e gênero.
- Sexo/gênero em sala de aula como tema "polêmico": compreendendo os trabalhos que alegam que discutir sexo/gênero em sala de aula seja um tema polêmico e as implicações dessa percepção
- Corpo como Máquina: a percepção de que o corpo humano pode ser interpretado como uma máquina "perfeita", desde que racional, branca e cisgênera e heterossexual. Essa ideia pressupõe que os corpos, assim como as máquinas precisam de um "padrão de qualidade" para funcionar e a falta de qualquer peça ou modelos fora do padrão são considerados defeituosos. Essa perspectiva aparece majoritariamente através de crítica *de autores* a essa noção de existência dentro do ensino de ciências.
- Ideologia de gênero e Pânico Moral: Como grupos conservadores com Movimento Escola Sem Partido tentam se apropriar de discursos científicos para atacar os direitos de pessoas LGBTQIA+ nas escolas

- Pessoas LGBTQIA + nas escolas: Como a escola lida com a presença de pessoas LGBTQIA +, e quais os desafios encontrados por essas pessoas nesses espaços?
- Discussões sobre raça e fragmentação epistêmica: a partir das reflexões de raça feitas nos trabalhos, observo a escassez de pesquisas que discutam sexo/gênero como categorias racializadas, ou mesmo, a forma como essas categorias se relacionam.

É importante salientar que o levantamento bibliográfico realizado nesta dissertação possui um recorte temporal que se encerra em 2018. Desde então, sobrevivemos a frentes ideológicas e a um governo declaradamente misógino, racista e transfóbico intervindo em políticas públicas e no reconhecimento dos grupos minoritários socialmente. No período citado, as discussões sobre sexo/gênero e raça tiveram uma explosão discursiva e se constituíram como temas acirrados no debate. Público. As edições do ENEBIO posteriores não foram computadas nas análises, logo, embora essa dissertação reflita parte da realidade desse recorte temporal, ela não captura, em sua totalidade, as complexidades sociais que passaram a ser discutidas em edições mais recentes do encontro. Assim, para pensar uma continuidade e sistematizar a forma como se discute sexo/gênero e raça nos ENEBIO, seriam necessárias outras pesquisas e análises atinentes aos desdobramentos políticos pré e pós-Bolsonaro, pré e pós pandemia de Covid-19, entre outros.

A seguir, apresento as discussões e o desdobramento dos trabalhos do ENEBIO.

3.1 - O mito da Ciência neutra e universal

Como discutido por Marimba Ani (1994), Oyèrónké Oyěwùmí (2021), Grada Kilomba (2020) e diversas outras pesquisadoras nas mais diversas áreas do conhecimento, a ciência não é neutra, seja em termos políticos, ideológicos ou

mesmo de corpus teórico, mas a ideia de neutralidade científica é, ainda, um aspecto fundamental nos mecanismos de dominação de raça e gênero do ocidente.

Nas pesquisas examinadas, observa-se que a concepção de neutralidade científica nem sempre é decodificada *pelos autores* como uma das estruturas de controle da cultura ocidental de raízes greco-romana-cristã-cartesiana, no entanto, esse conceito é reconhecido como uma ferramenta de poder e foi objeto de críticas sob diversas perspectivas epistemológicas, como à partir dos movimentos feministas. Essa crítica se mostrou presente de forma direta ou indireta em 21 das pesquisas analisadas (1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 33, 35, 38, 41, 43, 45 e 48), o que corresponde a 43,75% das pesquisas, e majoritariamente com teor de críticas, demonstrando preocupação na forma como essa ideia de neutralidade é compulsoriamente inserida em espaços escolares, livros didáticos na formação dos docentes.

Quase uma unanimidade nessas pesquisas, foi a percepção de que a ciência não é um empreendimento neutro, a exemplo da pesquisa 41, "Jogo Didático Para Educação Sexual", na qual a autora Caroline Pinheiro da Silva afirma que "A neutralidade é impossível em qualquer prática humana, e assim também ocorre na prática docente" (p. 1357). Nesse mesmo sentido, Raquel Pinho, em seu trabalho "Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Regionais De Ensino De Biologia Rj/Es (2001-2015)" (Pesquisa 27), já havia identificado que existe nas pesquisas desse evento um movimento crescente de crítica à falsa neutralidade científica reproduzida no campo das Ciências Biológicas, ainda que o mesmo seja tímido.

Alexandre Polizel, na pesquisa 19, "Adolescência E Ritos De Passagem: Considerações Sobre Sexualidade Nos Livros Didáticos", ao discutir a neutralidade científica diz que:

[...]Como as pesquisas científicas não são neutras em relação ao seu contexto social e histórico, muito menos ingênuas em relação às disputas políticas vigentes e ao status quo (FAUSTO-STERLING, 2002; HARAWAY, 2004), elas podem por acabar reproduzindo formas de tratamento à diversidade que as discriminem e as legitimem por meio dos conhecimentos produzidos. Discurso este da ciência fundado sob a luz da razão do sujeito

iluminista que passa a definir, de modo essencializado e cristalizado, os corpos normais... (POLIZEL, 2016, p 4404.)

O autor anuncia a relação entre a ideia de neutralidade científica com a racionalidade iluminista e suas raízes na cultura europeia, apontando como essas estruturas são usadas para marginalizar corpos considerados dissidentes, ou seja, fora da "normalidade", que aqui podemos entender como branca, cisgênera, heterossexual e sem deficiência. Para Polizel, o objetivo dessa pretensa neutralidade científica em conteúdos oficiais como livros didáticos é passar uma "impressão" de que essas informações não possuem nenhuma pretensão, como se o conteúdo didático e aqueles que o redigiram estivessem descolados da realidade social e política. Podemos assumir uma confluência interessante com o trabalho de Marimba Ani(1994), que aponta justamente esse mecanismo de controle a partir da racionalidade europeia, que atribui aos próprios corpos brancos, cisgêneros e europeus o privilégio "universal" de humanidade. Nesse contexto, o pressuposto de que corpos dissidentes não são racionais é usado como justificativa para sua desumanização.

Na pesquisa 14 (Queimando livros e currículos: considerações sobre a histeria neofundamentalista nas discussões de sexualidade e gênero), de Polizel e Carvalho (2016 p. 4402), ao se referirem à inserção de discussões sobre sexualidades na construção do livro didático, apontam que "o currículo é sexualizado e a todo o momento fala sobre sexualidade com pretensa neutralidade". A sexualidade é um fenômeno que o ocidente atribui ao corpo, ligado à emoção e nesse contexto é adjetivada como não racional. Seguindo a lógica de dualidade, já discutida por Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2021), Marimba Ani (1994), Anne Fausto-Sterling (2002), razão e corpo/emoção são termos que se contrapõem e, para cultura branca, apenas a razão deve ser valorizada. Isso coloca a sexualidade numa posição desfavorecida, para dizer o mínimo. Isso, associado a todo caráter de origem cristã que envolve nossa sociedade Ocidental, contribui para tornar sexualidade um assunto tabu, especialmente no que tange a discussões de corpos

fora do padrão estético/cultural e fenotípico idealizado como ideal por essa mesma cultura.

A pesquisa 20 "As Biopolíticas Para Os Seres E Para As Coisas: O Corpo Sob Diferentes Atravessamentos" de Inocêncio, De Carvalho e Polizel, também faz uma crítica à neutralidade científica e discorre sobre como o corpo é tratado de forma fragmentada pela ciência ocidental, despido de suas facetas sociais e psicológicas. Essa fragmentação que é localizada na ciência ocidental dialoga diretamente com a crítica feita por Marimba Ani à fragmentação do pensamento ocidental como estratégia de dominação.

Algumas críticas vieram também de forma propositiva, em que autores defendem que, para além de identificar, devemos romper com essa suposta neutralidade científica. Na pesquisa 40, "A Questão Étnico-racial No Ensino De Ciências E Biologia: Soluções Possíveis", os autores enfatizam que "depois de um longo histórico de produções científicas que serviram como mecanismos de justificação da escravização e do racismo estrutural, torna-se essencial evidenciar o caráter mutável das verdades científicas, bem como reforçar a não neutralidade destas verdades" (p. 3996).

Outro aspecto importante abordado nas pesquisas foi a forma como grupos conservadores tendem a se apropriar dessa ideia de neutralidade para justificar a exclusão de conteúdos tidos por eles como indesejáveis nos conteúdos curriculares.

Na pesquisa 34, "Ensino de Ciências e Biologia, qual seu partido? Entre (Alinha)mentos e Fugas" os autores Santos e Martins denunciam como o Movimento Escola sem partido se apoia nesses ideais para atacar questões raciais e de gênero nas escolas, classificando esses conteúdos como "Ideologia de gênero". Segundo os autores:

O MESP ao advogar pela suposta neutralidade política e ideológica do Estado obscurece as relações de poder-saber que fabricam a expressão da diferença na escola e legitimam (no escudo de valores morais e religiosos das famílias que se crê desideologizado) a naturalidade e essencialidade da sequência sexo-gênero-sexualidade e da heteronormatividade. Nesse contexto tem se consolidado um discurso de ameaça, de ataque e de perseguição do conhecimento com perspectivas históricas e políticas distintas, pois essas são desinteressantes para as ideologias e para a moral da tradição dominante. (Santos e Martins, 2018, p. 3560)

Ao examinarem mais profundamente a questão, os autores da pesquisa 34 chegaram à conclusão que, de fato, esses grupos não manifestam um desejo pela neutralidade no ensino (até porque ela não existe), mas sim, um desejo pelo ensino do conservadorismo, do fascismo e da violência como parte de um projeto político. É interessante pontuar que para esses grupos conservadores a ideia de neutralidade científica faz sentido, pois, na tentativa de manipular o debate público, eles próprios se inferem como esse sujeito neutro e universal. Em contraponto, esse grupos são majoritariamente compostos por pessoas brancas, geralmente homens, defendem interesses de uma elite masculina e branca e se valem da suposta neutralidade científica para atacar corpos que são pretos, indígenas, dissidentes de gênero ou marginalizados. Uma estratégia que, como aponta Marimba Ani (1994) já é utilizada há séculos para justificar e executar epistemicídios e genocídios.

Ainda sobre a ideia de neutralidade, a pesquisa 15 "Enlaces em conceito de gênero, formação docente e ensino de biologia" de Dos Reis, Fonseca e Pinho, discute também sobre a ideia de neutralidade do conceito de sexo biológico, o que pode ser interpretado como um exemplo da ideia de neutralidade científica aplicada a um conceito mais restrito, cujo objetivo final é o mesmo. Ao usar dessa pretensa neutralidade política, social e histórica, o conceito de sexo pode ser tratado como algo natural e, portanto, verdadeiro.

3.2 - Binarismos e a norma cisheterossexual compulsória

A dicotomização de aspectos complexos da natureza é um dos principais mecanismos de controle para o poder utilizados através do cientificismo moderno, e segundo Marimba Ani (1994), esses aspectos binários serão percebidos como opostos e um termo será valorizado enquanto o outro será desvalorizado, reforçando temas de confronto e modos de controle. Surge então uma visão de mundo polarizante, que irá perdurar nas ciências através de suas práticas

metodológicas, constituindo um empirismo de opostos e justificando verdades universais.

O termo binarismo é mencionado em 13 das pesquisas levantadas (3, 8, 11, 15, 17, 18, 20, 22, 24, 25, 27, 29, 33), mas é discutido com mais profundidade nas pesquisas 11,15, 24, 25, que buscam contextualizar e descrever seus sinificados. Segundo Bianca Araci Figueiredo, na pesquisa "Delineamento dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio" (Pesquisa 11), corpos são educados para seguirem um ideal de binarismo que é justificado a partir de uma ideia de sexo biológico, o que vai ao encontro da discussão sobre cisgeneridade proposta por Viviane Vergueiro Simakawa (2015), feita no capítulo um, na qual ela defende que um dos pilares para compreendermos a cisgêneridade e justamente a binariedade, em que os corpos "normais" são definidos a partir da dualidade macho/fêmea, homem/mulher, logo, corpos que fogem dessa lógica são automaticamente percebidos como anormais.

Na pesquisa 25 "Gênero, Sexualidade E Formação Docente: Reflexão E Não Diretividade Para Construção Da Autonomia" as pesquisadoras refletem que:

Os corpos são educados para seguirem o binarismo normatizado baseados no sexo biológico, porém gênero é uma construção histórica e social onde o sujeito também é ativo em sua determinação (LOURO, 2000; 2014); desse modo questões de gênero são transformadas em produtos da atividade sociocultural e não necessariamente segue a pré-determinação biológica (Fernandes, de Fugueiredo; 2016 p. 2214).

Aqui podemos notar outro aspecto pilar da cisgeneridade proposto por Viviane Vergueiro, que é a permanência, a premissa de que os corpos "normais" apresentam características físicas e psicológicas coerentes com aquelas esperadas de seu "sexo biológico". E, segundo a pesquisa 25, essas características são compulsórias no processo educacional.

A concepção da binariedade atribuída aos corpos é definida como um componente de natureza biológica, sugerindo uma autoridade científica subjacente que como discutimos se presume neutra. Em contrapartida, o gênero é compreendido como uma construção social e histórica e que, portanto, não tem a

autoridade concedida pelo aspecto de "natureza". Nessa dicotomia, a binariedade biológica é o termo valorizado culturalmente, enquanto o gênero e as discussões sobre não-binariedade não o são.

Nessa lógica binária, que se expressa no conceito de permanência que discutimos a partir de Simakawa (2015), "meninas são educadas para serem comportadas, organizadas, sentimentais e silenciosas; enquanto que aos meninos é permitido falar alto, se impor, que sejam dominadores e desorganizados" a partir de uma interpretação que se dá em associação direta entre os órgãos genitais e papéis de gênero no ocidente - Pesquisa 25 (Fernandes, de Figueiredo; 2016, p. 2213).

Há no texto uma preocupação na forma como os corpos são educados a naturalizar o binarismo em sala de aula, mas também fora dela, já que essa concepção também é aprendida e reproduzida nas famílias e na cultura popular:

[..]os estudantes ao ingressar numa licenciatura já carregam anos de experiências de sala de aula, estão impregnados de representações culturais e exemplos concretos dos professores que tiveram, certamente presentes na elaboração de "modelos docentes" (MIZUKAMI, 1996) que trazem estruturados. (Fernandes, de Figueiredo; 2016 p. 2210)

Na pesquisa "Ensino De Biologia E Gênero: O Que Dizem As Narrativas Não-Binárias?" (pesquisa 24), as *autores* Dos Reis e Pinho trazem ainda uma associação importante entre o binarismo e as categorias de sexualidades (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, etc.) que também são concebidas dentro de uma lógica binária. Essas categorias são importantes de se analisar, especialmente para identificação de preconceitos em sala de aula. Segundo a pesquisa:

Quando a docente de Biologia reforça a sexualidade em um discurso médico e heteronormativo, ele impede que identidades não-binárias ocupem espaços legítimos e possíveis. Esse lugar, reforçado pelos currículos culturais, são continuamente marginalizados e, as identidades neles alocadas, têm seus direitos repetidamente violentados (Dos Reis, Pinho 2016 p. 3720).

É o corpo binário sendo universalizado como padrão de normalidade, enquanto identidades não-binárias são negadas de sua própria existência. São corpos que não serão representados em livros didáticos e outros documentos oficiais, além do próprio discurso docente, que dificilmente é preparado para abordar essas questões com o mínimo de respeito e propriedade.

Não posso deixar de citar que a reprodução de estereótipos binários também foi verificada, como por exemplo na pesquisa 32 "Contribuições pedagógicas por meio da parceria LESEX com CEFET RJ no ensino integrado de nível médio de Biologia". A pesquisa lida com estudantes de educação básica e, em determinado momento, separa a turma em "meninos" e "meninas".

Essa abordagem pode contribuir para o reforço de estereótipos de gênero, e, para além disso, não fica claro quais os critérios foram utilizados para essa separação. Seria possível presumir que o autor tenha usado o sexo biológico, mesmo que ao longo do texto se refira a estudantes apenas como meninos e meninas, ignorando talvez, a existência de corpos trans que existem e podem se sentir bastante constrangidos em situações como essa.

Essa reprodução de estereótipos binários também vai ao encontro de outro pilar que Viviane Vergueiro Simakawa (2015) propõe para compreendermos a cisgeneridade: A pré-discursividade que se materializa na expectativa de que sexo e gênero possam ser lidos a partir de critérios objetivos e de certas características corporais como genitália e caracteres sexuais secundários mais visíveis. Aqui também podemos fazer uma relação com as pesquisas de Oyèrónké Oyěwùmí (2021) que aborda a visão como sentido utilizado para estabelecer demarcações de poder, já que é a primariamente a partir da visão que esses caracteres sexuais primários ou secundários vão ser identificados e a partir disso discriminados.

Outras questões a pontuar sobre a pesquisa 32 é que os autores parecem perceber o sexo biológico como um dado natural, ligado principalmente à genitália sendo apenas gênero construído socialmente, como é possível perceber através de uma dinâmica onde é pedido para que os estudantes identifiquem diferenças anatômicas existentes entre meninos e meninas, ou seja, elencando características

fenotípicas para diferenças de gênero e utilizando essas categorias como sinônimos para sexo masculino e feminino respectivamente.

A pesquisa 35 "Papéis sociais de gênero e perspectivas da participação da mulher no mercado de trabalho: avanços e possibilidades", busca fazer uma intervenção didática para trazer essas discussões para estudantes de 16-18 anos numa escola de São Paulo, mas acaba por cair numa armadilha semelhante ao trabalho anterior, pedindo para estudantes classificarem imagens como "de homem ou de mulher". Embora a pesquisa não se aprofunde nas discussões de gênero, é possível verificar que existe uma crítica à forma normativa com que essas temáticas são discutidas em sala de aula e à forma como são construídas em cima de expectativas sociais sobre sexo biológico.

3.3 - Sexo/Gênero em sala de aula: Um tema polêmico

No Brasil das últimas décadas, mais especificamente a partir da virada do século XXI, os temas relacionados a sexo/gênero têm assumido gradativamente maiores proporções nos ambientes acadêmicos através da realização de congressos e outros eventos similares, de dimensões nacionais e internacionais, a exemplo do "Fazendo Gênero" na Universidade Federal de Santa Catarina, que se internacionaliza a partir dos anos 2000, e do "Desfazendo Gênero", realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2015. Esses e outros eventos contribuem para uma confluência histórica entre as discussões sobre sexo/gênero nas produções de conhecimento na academia e os movimentos sociais.

Essas movimentações ampliam as discussões para as escolas e para as construções de políticas públicas, provocando debates acalorados entre a população civil e os poderes públicos, fundamentados por um pânico moral justificados especialmente pelo cristianismo e pelo conservadorismo. A exemplo disso, foram as discussões que ocorreram nos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação em todo país, a partir de 2015. Conforme aponta Oyèrónké Oyèwùmí (2021), o pânico moral é uma fenômeno idealizado sobre a ideia de degeneração. O pânico moral é ligado ao medo dessa cisgeneridade branca,

conservadora e cristã dos corpos trans, pretos, homossexuais, pobres, dissidentes ou com deficiência, e vai buscar no tabu do sexo o combustível para alimentar o ódio contra essas pessoas, já que há "proliferação" de corpos dissidentes.

A reverberação dessas discussões feitas nos âmbitos políticos pode ser observada na quantidade dos trabalhos que passam a discutir sexo/gênero a partir deste período nos ENEBIO.

Um dado recorrente, que apareceu em pelo menos 22 das pesquisas que levantei (1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 21, 24, 25, 26, 27, 30, 33, 38, 47), foi a afirmação de que discutir sexo/gênero em sala de aula seria um assunto polêmico. Por exemplo na pesquisa 27 que mapeia os sentidos sobre sexualidade nos anais dos EREBIO RJ/ES entre 2001 e 2015, a autora afirma que "Acreditamos que esta é uma temática ainda pouco explorada por professoras e pesquisadoras, possivelmente por ser interdisciplinar e encarada como polêmica pelas docentes" (p. 5604), e completa afirmando que nos ENEBIO, a maioria dos trabalhos sobre gênero foram feitos por mulheres. Na pesquisa 8, "Para além de menino e menina: Estratégias educativas para desconstrução do binarismo", as autoras pontuam que "É importante ressaltar que o tema dos sistemas reprodutores masculinos e femininos atravessam questões culturais, sociais e consideradas "polêmicas" (p. 192).

A meu ver, essa polêmica vem justamente da necessidade de se abordar outros corpos e práticas que não os cisgêneros, brancos e heterossexuais, pois eles existem e estão em sala de aula. Cria-se uma polêmica artificial em torno de gênero que, na realidade, é uma forma de silenciar experiências afetivas, sexuais e cotidianas de pessoas trans, homossexuais, experiências raciais de pessoas pretas e assim por diante.

Nesse contexto, gostaria de retomar as contribuições de Cida Bento com o conceito de pacto narcísico da branquitude, aqui me atento aos silêncios e tabus relacionados à questão racial que também compreendem esse pacto narcísico. Nesse sentido, seria possível extrapolar essa dinâmica para a esfera de gênero? Afinal, gênero é uma categoria originada na mesma Asili, ou núcleo cultural de raça,

de forma que ambas atuam em conjunto. Seria razoável argumentar que os tabus e silêncios relacionados às dissidências de gênero representam um fenômeno análogo ao pacto narcísico da branquitude? Faço essa reflexão tendo em mente as particularidades políticas e sociais existentes entre essas categorias, que são muitas e precisam de um trabalho de investigação por si só para, de fato, estabelecer essa relação, que me parecem operar segundo uma lógica que apresenta semelhanças. Acho importante salientar que essa reflexão não é uma proposta de que se crie um novo termo como "pacto narcísico da cisgeneridade", em primeiro lugar porque parto da premissa contra-colonial de que gênero e raça são diferentes aspectos de um mesmo fenômeno, portanto esses silenciamentos sobre gênero seriam também uma manifestação do pacto narcísico da branquitude, pois gênero é uma criação da cultura branca ocidental e é uma categoria racializada, e os silêncios e tabus que permeiam gênero, sob essa perspectiva se originam do mesmo lugar e, portanto, não acredito ser necessário a criação de um novo termo. Em segundo lugar, não creio que seja ético, enquanto uma pessoa branca, me apropriar tão levemente de um conceito já estabelecido por uma pesquisadora preta.

Na pesquisa 6 ""Professora, a senhora gosta de homem ou de mulher"? Olhares de um grupo de estudantes sobre uma proposta de ensino sobre corpo, gênero e sexualidade na EJA", a pesquisadora denuncia a escola como um espaço de práticas regulatórias de gênero e sexualidade, baseadas na estabilidade de corpos masculinos e femininos. De acordo com a pesquisa, professores possuem pouco ou nenhum preparo para abordar esses temas, e quando tentam, frequentemente o fazem de forma sexista, reforçando estereótipos de gênero. A autora deixa explícito que "em algum momento da trajetória da humanidade convencionou-se uma hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã" (p.2019), que se faz muito presente nas salas de aulas. Aqui acho interessante pontuar que embora faça uma reflexão importante, a autora me parece cair numa armadilha do pensamento ocidental ao afirmar sobre "trajetória da humanidade" aparentemente se refere apenas ao Ocidente e isso não fica demarcado, o que

corroborar as reflexões de Marimba Ani sobre como ideias de universalidade povoam nosso pensamento ocidental de origem greco-romana-judaico-cristã- cartesiana. O texto possui críticas abertas à heterossexualidade compulsória que se afirma se pelo uso da violência e é justificada pela biologia, que é uma poderosa ferramenta para silenciar expressões culturais, sexuais, raciais e de gênero e que tende a homogeneizar os conhecimentos sob um status neutro e universal. A pesquisa ainda aborda os corpos intersexuais, e como elus borram a fronteira do gênero e da sexualidade, permitindo romper com idealizações e questionar normalizações estabelecidas pela própria biologia.

Nesse mesmo sentido, na pesquisa 8 "Para além de menino e menina: Estratégias educativas para desconstrução do binarismo" as *autores* descrevem a escola como lugar de conflitos, por ser palco de discussões que colocam em xeque padrões normalizados. De acordo com as *autores*, institucionalmente, os PCN definem a sexualidade como um dado estritamente natural e biológico, focando em temas como IST 's, gravidez na adolescência, uso de preservativos etc, evitando discussões que abordam sexo/gênero já que essas são consideradas polêmicas. O artigo aponta a dificuldade em se encontrar material didático para tratar de gênero e sexualidade, inclusive na formação inicial de professores, que sentem receio em trabalhar o tema tanto por falta de preparo quanto por medo de abordar temas cercados por "polêmicas".

As *autores* ainda abordam que a dificuldade de se discutir temas de sexo e gênero não se restringe à escola, já que existe grande dificuldade dos pais em falar abertamente sobre essas temáticas com seus filhos devido ao receio de gerar essas "polêmicas" na própria família. Isso gera um efeito cascata, onde a responsabilidade dessas discussões volta sobre a escola, que também tem receio de abordá-los. A pesquisadora conclui que essa polêmica, não é algo inerente aos temas raça, gênero e diversidades sexuais e são criadas para como estratégia para impedir que essas discussões ocorram (e portanto se mostram bastante eficientes), o que além das consequências diretas na vida de pessoas LGBTQIA+, também causa dúvida nos professores sobre como tratar desses assuntos no espaço escolar.

Além da polêmica fabricada para impedir a discussão de sexo/gênero nas escolas, uma série de pesquisas indicam a falta de preparo de docentes para lidar com aspectos políticos e sociais, que tangenciam temáticas de raça e gênero, assim como, dificuldade destes para identificar situações de violências como racismo, homofobia e transfobia. Sobre isso, Ferreira, na pesquisa 45 "Educação Antirracista E Das Relações Étnico-Raciais No Ensino De Ciências E Biologia: Uma Análise Das Atividades Do Pibid Interdisciplinar Travessias Atlânticas", diz que:

Quando a lei (10.639/2003) se tornou vigente, os docentes se sentiram despreparados e demonstraram resistência para trabalhar suas disciplinas inserindo em seus conteúdos temas relacionados à história e cultura africana e afro-brasileira (ANJOS, 2014). Tal resistência é justificada em grande parte por falta de formação. Para Munanga (2005), devemos considerar o despreparo como reflexo do nosso mito de democracia racial não podendo ainda esquecer-nos que somos produtos de uma educação eurocêntrica. (Ferreira, De Souza; 2018)

Voltada à discussão de gênero, mas no mesmo sentido, a pesquisa 18 faz uma reflexão acerca da percepção do docente sobre corpos trans no espaço escolar:

Voltamo-nos a pensar, o professorado não encontra-se preparado para trabalhar com tais temáticas. A presença destes temas nos currículos, de modo generalizado, não leva à revisão de conteúdo, políticas públicas e fomento de cursos de formação inicial e continuada. O que nos leva a pensar: Quem olha aos/às invisíveis? Se o professorado não os conhece e consideram que estes/as não frequentam o mesmo espaço, mesmo a escola sendo uma instituição de passagem obrigatória a todas as pessoas em período formativo, onde estarão estas pessoas? (Santana, Polizel; 2016 p.5062)

Nos dois casos fica evidente que apenas a inclusão de conteúdos ligados às discussões étnico-raciais e de gênero no currículo, sem devido preparo docente não garantem que estes de fato sejam discutidos com a devida profundidade e respeito por alunos e professores. É importante salientar que professores, para além da atividade docente também são ensinados em outros espaços para além dos acadêmicos a reproduzir as estruturas de violência racial e de gênero que fundamentam a sociedade ocidental e, acredito, portanto, que para se iniciar o

processo de desconstrução desses ideais, seja necessário que exista na formação docente capacitações que atuem no sentido de letramento racial e de gênero, que vão para além de disciplinas optativas.

Além de não se sentirem preparados, muitos professores sentem receio de trabalhar esses temas em sala de aula, justamente por ter medo de discutir um tema permeado por polêmicas, como exposto no seguinte relato presente na pesquisa 8:

Santos et al (2005) comenta as dificuldades enfrentadas por professores de ciências em promover o exercício da cidadania, identificando três principais: a forma tradicional de organização do currículo dividido em disciplinas específicas; o receio de muitos professores, principalmente na área de ciências, em discutir questões relacionadas a valores morais; o distanciamento entre os conceitos científicos aprendidos em sala de aula e questões científicas de verdadeira relevância na vida das pessoas. Bastos (2015) também percebe, ao entrevistar docentes de ciências sobre como dialogar gênero e sexualidade com ensino de ciências, que a maioria das respostas considera o tema como “polêmico” e, portanto, difícil de ser trabalhado em sala de aula. (VARGAS et al. 2016 p. 200).

Nesse mesmo sentido, a pesquisa de número 15, intitulada "Enlaces entre o conceito de gênero, formação docente e ensino de biologia", conduziu entrevistas com professores que abertamente abordam questões de gênero e sexualidade em suas salas de aula. Segundo as entrevistas realizadas, os professores revelaram uma concepção binária de sexo/gênero permeada por estereótipos de gênero fortemente influenciados pelas construções sociais. As *autores* dessa pesquisa destacam que a formação inicial de professores não os prepara adequadamente para lidar com questões relacionadas a sexo e gênero, resultando em lacunas e silenciamento nesse espaço formativo. É relevante ressaltar que os docentes reconhecem a presença de preconceitos e discriminações relacionados às diferenças de gênero e concordam que esses fenômenos não deveriam ocorrer. No entanto, eles frequentemente enfrentam resistências no ambiente escolar quando tentam abordar essas temáticas em suas práticas de ensino.

Podemos concluir que polemizar discussões sobre sexo/gênero e raça se mostra uma estratégia efetiva para excluir essas discussões dos ambientes escolares, amedrontando professores e incitando pais contra professores que se

aprofundam nessas questões, sob uma justificativa de pânico moral. Mas quais discussões sobre sexo/gênero então são "permitidas" em sala de aula?

3.4 - Corpo como máquina

Num contexto de pânico moral, temas como sexo/gênero tendem a ser debatidos majoritariamente sob uma perspectiva puramente biológica e médica, reduzindo a complexidade desses temas a questões como Prevenção de ISTs, gravidez na adolescência, puberdade etc. Essa crítica ao viés puramente biológico e medicalista de sexo/gênero aparece diretamente em 19 pesquisas levantadas (2, 5, 7, 8, 10, 11, 14, 16, 18, 21, 25, 31, 33, 35, 37, 38, 39, 44, 48).

Já na pesquisa 1, "Livro didático, ensino de ciências e gênero: reflexões necessárias", de 2010, as autoras, que analisaram principalmente os livros didáticos, problematizam a forma como esses materiais podem propagar preconceitos e desinformações, geralmente ligados a concepções "tradicionais", androcêntricas e universais de ciência, demonstrando um claro desprezo ou desconhecimento das ciências constituídas por trabalhos feministas. Os resultados da pesquisa mostram que num livro do 6º ano, mais de 70% das representações humanas são figuras masculinas - não especificam raça - e esses corpos são apoiados em discursos deterministas que garantem a posição de homens e mulheres como funcionalmente opostas na sociedade: ou seja, homens nos espaços públicos e mulheres nos espaços domésticos como já discutido a partir dos referenciais de gênero do capítulo 1 (OYĚWÙMÍ, 2018a; CHODOROW, 1978)

Na pesquisa 39 - "A Sexualidade pode ser trabalhada em sala de aula? O que dizem os documentos educacionais oficiais brasileiros?", as pesquisadoras constataram que :

Embora o tema 'orientação sexual' seja proposto como transversal, em específico nos volumes de Ciências Naturais dos PCNs (BRASIL, 1997; BRASIL 1998) evidenciaram-se poucos termos associados à sexualidade e quando apresentados geralmente eram relativos aos aspectos biológicos e de saúde. (Lima, Meghioratti; 2018 p. 5466)

A pesquisa ainda evidencia com preocupação que esse esvaziamento das temáticas de sexo/gênero ocorre no momento em que os adolescentes iniciam sua vida sexual e, portanto, possuem muitas dúvidas a respeito dos diferentes temas.

Em outra pesquisa (44 - Abordagem Sobre Sexualidade No Contexto Escolar na Visão dos Adolescentes), a autora aponta que essa perspectiva essencialista da biologia separa o corpo biológico do cultural, produzindo visões normalizadoras e hegemônicas dos discursos sobre sexo/gênero. Sobre sexualidade, ela diz:

[...]muitas vezes, quando o professor tem a oportunidade para abordar o tema, o enfoque é dado principalmente a anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino, prevenção das DSTs/HIV/AIDS e métodos contraceptivos. Por outro lado, Oliveira (2011) relata em pesquisa que restringir a noção de que o aparelho sexual é apenas reprodutivo, leva o indivíduo a ponderar que os tipos de relações normais são exclusivamente as heterossexuais e que o corpo é destituído de sensações de prazer. (Da Silva, Cantanhede; 2018 p. 5540)

Esse viés reducionista vem no sentido de legitimar discursos cis-heteronormativos, já que prevenção de IST's para pessoas homossexuais e trans nas escolas sequer é cogitada, e o mesmo vale para puberdade e gravidez de adolescentes trans. Ainda segundo a autora, "essas temáticas são frequentemente motivo de desconforto e insegurança para os professores, sendo por isso deixadas de lado ou tratadas sob uma perspectiva puramente biológica e/ou associada à saúde" (p. 5126). As consequências desse fenômeno, segundo a pesquisa 7 - "Currículo de Biologia: Planejamento e ensino do tema "diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo" é que essas discussões não permitem aos estudantes ampliar suas compreensões sobre seus próprios corpos.

Ainda sobre esse viés essencialista, pelo menos 11 pesquisas (7, 8, 14, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 37 e 38) criticam direta ou indiretamente a perspectiva, muito disseminada na biologia, de que o corpo humano seria como uma máquina. Essa percepção pode ser problemática pois é fácil cair na armadilha de categorizar

corpos fora da norma estabelecida - de sexo, gênero, raça e corpo - como corpos defeituosos, como apontado no trabalho 18: "Concepções de professores de ciências e biologia do município de Maringá, Paraná, sobre transexualidade" da pesquisadora trans Naomi Neri (2016 p.5054), que entrevista professores de Ciências e Biologia acerca de suas concepções sobre Transexualidade, e afirma que "Os livros representarão corpos higienizados, padronizados e relacionados a uma maquinaria fisiológica onde nenhuma peça pode faltar" a autora ainda completa posteriormente:

É notório entre os sujeitos entrevistados um olhar biologicista aos corpos, de modo a tratar estes como máquinas complexas entre morfológicas e fisiológicas. Contudo esta estipulação de discurso seleciona os desvios como patologias, e funda os atuais discursos de ódio para com travestis e transexuais, considerando estas pessoas como menos humanas (Naomi Neri, 2016 p.5062).

Ou seja, essa analogia permite a criação de um modelo "ideal" de corpo, e de todas as peças que o compõem, classificando as diferenças como "defeitos" ou desvios que precisam ser corrigidos, para o bom funcionamento deste corpo/máquina, separando-o de todo contexto social no qual ele possa estar inserido. O corpo que não se encaixa no ideal branco ocidental de "máquina", é portanto, um corpo degenerado, é o outro.

Em outro dos trabalhos analisados, "Currículo de Biologia: Planejamento e ensino do tema "diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo" (pesquisa 7), Luiza de Lemos Alves diz que:

Muitos professores baseiam essas aulas em livros didáticos que, de acordo com Macedo (2005), costumam tratar o corpo humano sob uma perspectiva mecanicista, ou seja, como uma máquina que funciona devido à interação de suas partes. Essa visão se contrapõe a uma necessidade dos alunos de reconhecimento e entendimento de seu próprio corpo. Levando em conta que é papel da escola "a formação dos alunos enquanto sujeitos sociais e culturais" (MACEDO, 2005, p. 133), atividades de ensino que consideram apenas a perspectiva biológica não possibilitam aos estudantes ampliar sua compreensão sobre seus corpos. Nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a sexualidade é definida como "fatores biológicos, culturais, sociais e de prazer", mostrando a importância de abordagens mais abrangentes (ALVES, 2014, p. 5126).

Nesse sentido, é importante ressaltar o apontamento da pesquisadora de que os PCN preveem a inclusão de outras perspectivas que não apenas a médica e/ou biológica ao discutir corpo, no entanto a ideia de um corpo como máquina persiste com força nos ambientes educacionais. Os corpos considerados "máquinas ideais", que estão presentes e representados nos livros, materiais didáticos e imaginário dos professores, são majoritariamente os corpos brancos, cisgêneros e heterossexuais, apagando outras possibilidades de existência.

Ao naturalizar as identidades, a biologização do corpo humano torna a identidade estável e fixa, não permitindo ir além das fronteiras de significação corpóreas e visibilidade de identidades, onde negociações pela diferença ocorrem (MACEDO, 2005; MACEDO, 2006). A fixidez de identidade branca, patriarcal e heteronormativa limita uma política voltada para a diversidade e respeito a diferenças (VARGAS, 2016, p. 199).

Não é surpresa que esses sejam os corpos representados, já que a escola tende a reproduzir valores da cultura branca ocidental de raízes greco-romana-cristã-cartesiana na qual está inserida. Uma cultura que estabelece o branco, cisgênero e heterossexual como padrão não só de corpo, mas de humanidade e que vai utilizar de vários mecanismos políticos e sociais para reproduzir esses valores, entre eles, a educação.

É bastante simbólico o discurso que associa o corpo humano a uma máquina, e que está presente no ensino de ciências e em livros didáticos, como diversos trabalhos apresentados no ENEBIO apontam. Máquinas são artefatos tecnológicos que facilmente associamos à razão, e comumente são compreendidos como produtos dela, e nesse sentido máquinas não possuem emoção, ou mesmo espírito sendo, portanto, na cultura ocidental uma expressão máxima dessa racionalidade.

Não coincidentemente, esses "corpos máquinas", representados em livros didáticos são brancos, cisgêneros, heterossexuais, e sem deficiência, uma metáfora perfeita dos valores ocidentais que universalizam o eu racional como exclusividade desses corpos. Aqueles corpos pretos, indígenas, transgêneros e dissidentes que

não estão representadas nos livros, também não seriam "máquinas", mas sim corpos que existem apenas a partir da emoção, e não da razão. Simbolicamente essa dicotomia "razão x emoção" também se traduz na dicotomia "nós x eles", de forma que o branco e cisgênero implicitamente se posicionará como "nós" universal, racional e, portanto, superior a "eles", emocionais, inferiores, passíveis de dominação.

Essa metáfora do corpo humano branco e cisgênero como "máquina perfeita" também traz paralelos interessantes com a ideia de progresso, que no ocidente é visto como um aspecto extremamente desejável do ponto de vista cultural, que sempre avança e jamais pode ser impedido. As máquinas surgem nesse contexto de avanço irrefreável do progresso e habitam no imaginário ocidental esse lugar de fascinação pelo avanço tecnológico. O corpo branco, enquanto máquina, se vê como "corpo do progresso", que avança sem sentir, e não pode jamais ser detido (ANI, 1994).

Se as representações de corpos dentro do ensino de biologia consideram "máquinas defeituosas" corpos de pessoas com deficiência ou corpos que não se adequam a padrões cisheteronormativos e brancos, é possível afirmar que o ensino de biologia tem historicamente conduzido estudantes e professores a formular concepções e sentidos a partir de perspectivas que são desde sua origem capacitistas, racistas, homofóbicas e transfóbicas e, portanto, cabe também à ciência e à biologia, se responsabilizar por esse dano de proporções históricas e atuar firmemente no sentido de desconstruir esses ideais.

3.5 - "Ideologia de Gênero" e Pânico Moral

Três trabalhos (14, 34, 39) apresentados nos ENEBIO se dedicaram diretamente a abordar e compreender a incursão fundamentalista cristã e conservadora sobre o ensino de temáticas relacionadas a sexo, gênero e sexualidades nas escolas, sobre a égide da chamada "ideologia de gênero". Nos trabalhos voltados especificamente a este fenômeno, as discussões foram feitas em

dois sentidos: o primeiro, para compreender se e como as temáticas de sexo, gênero e sexualidade poderiam ser tratadas em sala de aula e, o segundo, em fazer considerações sobre as intenções, alinhamentos e estratégias políticas utilizadas pelos grupos fundamentalistas neoconservadores.

Wellington Soares de Lima (2018), na pesquisa 39, intitulada "A Sexualidade Pode Ser Trabalhada Em Sala De Aula? O Que Dizem Os Documentos Educacionais Oficiais Brasileiros", relata um esvaziamento dos temas de sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do ensino médio, que ocorre justamente quando esses jovens iniciam sua vida sexual e, portanto, quando essas orientações seriam mais pertinentes. Ainda segundo o autor, os PCN deixam explícita a compreensão de que sexualidade não deve ser limitada a uma dimensão biológica, mas também abraçar aspectos culturais e sociais, a fim de reafirmar sua manifestação de diversas formas, em diferentes fases da vida. No entanto, apesar dessa compreensão, a palavra "sexo" quase não é citada no volume de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias e as chamadas questões de gênero são discutidas de "forma sutil". O trabalho finaliza apontando que os PCN seriam substituídos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja versão homologada até então não trazia nenhuma discussão de gênero e abordava sexualidade de forma bastante simplista, justamente por pressão de grupos conservadores e neo-fundamentalistas. Um último apontamento, refere-se à observação do autor sobre não existir nenhuma menção às pessoas não binárias nos documentos educacionais oficiais Brasileiros.

A pesquisa 14 "Queimando livros e currículos: considerações sobre a histeria neofundamentalista nas discussões de sexualidade e gênero" faz reflexões sobre as questões de gênero e étnico-raciais presentes nos documentos que norteiam a educação no Brasil, fazendo uma crítica contundente à normatização dos corpos nos materiais didáticos, que são percebidos como máquinas perfeitas, normalmente brancas, magras, jovens, e cisheteronormativas. As *autores* contextualizam a evolução dos significados do termo "ideologia" e sua apropriação pelas políticas neofascistas para promover exclusivamente seus próprios interesses

que também são ideológicos. Ela exemplifica como a oposição às diversidades sexuais tornou-se uma bandeira de movimentações fascistas no Brasil, e afirma que é possível notar nos discursos conservadores um "apelo à vigília da sexualidade familiar, da sexualidade infantil, da sexualidade adolescente e a correção das sexualidades homossexuais (p. 3598).

Algumas conclusões interessantes também podem ser encontradas em "Ensino De Ciências E Biologia, Qual O Seu Partido? Entre(Alinha)Mentos E Fugas." de Sandro Prado Santos (2018). Essa pesquisa busca compreender a quem serve o programa Escola sem Partido, trazendo uma crítica à forma "biologizante" e cisheteronormativa como gênero é trabalhado em sala de aula, ou seja: tratando o corpo como instância única e exclusiva da biologia, num falho exercício de "imparcialidade", transitando pela ideia de "neutralidade científica". Nesse sentido, isso seria uma fragilidade, que permitiria a grupos ligados a radicais conservadores, como o MESP, impedir discussões acerca do corpo e das identidades de gênero na escola, por considerar outras corporeidades, que não a cisgênera, depravadas e impróprias para o espaço escolar, numa clara demonstração de não se importarem de fato com nenhuma neutralidade, mas sim o apreço pelas próprias ideologias fascistas, transfóbicas e violentas. Além disso, vale lembrar que a ideia de uma raça negra, foi construída pela biologia¹⁰ como "hipersexualizada", o que também implica na sua exclusão das discussões educacionais, a partir deste mesmo mecanismo.

Um ponto importantíssimo apontado por esta pesquisa é a de que para esses grupos, tão perigosa quanto a "ideologia de gênero" são as discussões sobre relações étnico-raciais, consideradas também "questões ideológicas" e que devem a qualquer custo serem extirpadas do ambiente escolar.

Nesse mesmo sentido, de volta à pesquisa 14 (p. 3599), *as autores* Alexandre Polizel e Fabiana de Carvalho afirmam que a educação nessa perspectiva se conclama como salvadora, apagando recortes de classe, raça,

¹⁰ Ver, por exemplo a "vênus negra" e sua trajetória na construção da hipersexualização das mulheres negras. <https://www.geledes.org.br/sarah-baartman-a-chocante-historia-da-africana-que-virou-atracacao-de-circulo/>

regionalidade, gênero e diversidade sexual. A pesquisa ainda acrescenta que à medida que as discussões dos movimentos sociais (direitos das mulheres, lgbtsqia+, negros, PCD's, etc.) ganham espaço e se inserem em nas políticas públicas e educacionais, os movimentos conservadores reagem, reprimindo coercitivamente para que a escola e o estado se silenciam sobre esses temas, com objetivo de restringir os direitos desses grupos.

É possível traçar uma relação muito direta estabelecida entre o discurso feito pelos fundamentalistas cristãos, conservadores e militaristas em defesa dos valores de uma família idealizada, que estaria ameaçada pela falácia da ideologia de gênero, e o conceito de depravação moral e biológica, ferramenta que constantemente é usada no ocidente para destilar ódio contra corpos considerados outros. Esse ódio se manifesta primeiro na ideia de epistemicídio, que antecede o próprio genocídio (MBEMBE, 2018), ou seja: primeiro criminalizam nossas ideias e formas de pensar, e assim naturalizam as violências contra nossos corpos. Se esses grupos hegemônicos são constituídos e liderados majoritariamente por homens brancos, é de se esperar que velhas táticas de controle da branquitude se repitam para oprimir e atuar sobre corpos "indesejados".

Nesses discursos conservadores, é comum nos depararmos com o apelo a uma biologia quase sagrada, evocada apenas quando é vantajoso, mas sumariamente ignorada quando confrontam suas posições religiosas e/ou espirituais, buscando justificar uma ideologia de violência e ódio contra pessoas jogadas no limbo da "dissidência". A degeneração se mostra mais uma vez como forma bastante conveniente de condenar e violentar corpos que quebram a norma heterocisnormativa branca. Toda essa movimentação ideológica impactou diretamente as políticas públicas educacionais, e os resultados estão reverberando até hoje. Segundo Borges (2018), o Plano Nacional de Educação (PNE) agrega diretrizes e metas para educação brasileira a serem atingidas entre 2014 e 2024. Usadas como referência na formulação e adequação de planos educacionais, tais diretrizes se organizam em quatro eixos e propõem garantir o direito à educação

básica, redução das desigualdades, valorização da diversidade, valorização dos profissionais da educação e metas para o ensino superior.

Ainda de acordo com Borges, a partir do pânico moral (também relacionado a um medo biológico, mas aqui de gênero) criado pelos defensores da suposta "ideologia de gênero", entre 2011 e 2014, o PNE sofreu uma série de ataques por intermédio de emendas, especialmente no eixo "redução das desigualdades e valorização da diversidade" que inclui as questões de gênero e sexualidade, que resultou na modificação de "igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual", por "cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação" (BORGES, 2018, p. 3). Importante notar que tanto as menções à discriminação de raça quanto de gênero são silenciadas nesses documentos. Já em 2015, com grande pressão política a favor dessa ideologia conservadora, foram retiradas de diversos planos estaduais e municipais de educação questões e temas relativos a gênero e sexualidade, numa demonstração truculenta de autoritarismo, homofobia e transfobia.

3.6 - Pessoas LGBTQIA+ nas escolas

Os trabalhos 3, 5, 11, 18, 23, 29, 30, 31, 33, 38 e 47 abordam de forma mais direta a presença de pessoas LGBTQIA+ nas escolas. Por mais que pareça óbvia, a afirmação de que pessoas trans e LGBTQIA+ existam no ambiente escolar, ela levanta uma série de supostas "polêmicas", não apenas no que diz respeito à presença de estudantes trans, mas, especialmente, professores trans. Para grupos conservadores, a presença de um educadore trans ou LGBTQIA+ na escola, que discute abertamente questões de gênero é considerada inaceitável e não é incomum que esses professores enfrentem perseguições por parte de pais, outros docentes ou até mesmo da própria instituição. Fato é que essas pessoas, como quaisquer outras, existirão nesses espaços e caberá às instituições acolhê-las ou ignorar sua existência.

Duas pesquisas (5 e 11) abordam com preocupação o comportamento de estudantes, especialmente meninos do sexo masculino que frequentemente reproduzem comportamentos homofóbicos. Esse comportamento não surge nos estudantes espontaneamente, mas é um reflexo do que esses jovens aprendem em casa, na mídia e no convívio social em geral. Na pesquisa 11 "Delineamento dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio" a autora justifica que no Brasil, os estudantes "são educados para seguirem o binarismo normatizado baseado no sexo biológico."(p. 2267). Ainda nesse sentido, a autora propõe o seguinte recorte de classe:

[...] os estudantes de classe popular apresentaram particularidades fortemente patriarcais, enquanto que os estudantes de classe média foram mais abertos quanto à equidade social de gênero. Esse resultado pode ser o reflexo do alto investimento das famílias de classe média em atividades extraescolares e preparo para o futuro, permitindo códigos mais igualitários e relações mais simétricas entre meninos e meninas. Já dentro das famílias de classe popular, há uma grande participação das meninas no cuidado da casa e dos meninos para o provimento familiar, de modo que as particularidades de gênero têm grande impacto na inserção social da criança. Portanto, os papéis de gênero são mais facilmente naturalizados por crianças de classes populares e conseqüentemente são de alta complexidade para desconstrução. (FIGUEIREDO; 2016 p. 2273)

Para essa afirmação, a autora cita o trabalho "Análise dos usos do tempo entre crianças acerca das relações de gênero e de classe social" de Marie Jane Soares Carvalho e Juliana Brandão Machado (2006), que realmente aponta para esse fenômeno no qual estudantes de escolas de classe "baixa" apresentariam um comportamento mais patriarcal e do qual, enquanto estudante que estudou a vida toda em escola pública, sendo de baixa renda, irei discordar. Ao buscar o trabalho original, temos a impressão de que escolas voltadas à classe média alta estariam mais "avançadas" na luta pela igualdade de gênero, como podemos observar no trecho:

" Na medida em que situamos grupos com maior capital econômico e cultural, maiores são as relações de simetria e igualdade entre meninos e meninas. Há diferenças significativas entre os grupos pesquisados: o grupo de classe popular tem forte diferenciação do tempo por sexo. (CARVALHO, MACHADO; 2006 p. 80)

Por mais que essas afirmações possam aparentar estar bem fundamentadas num primeiro momento, quero defender aqui que seria ingenuidade acreditar que escolas de classe mais alta seriam mais "igualitárias" se tratando de gênero, pois temos que levar em consideração que esses espaços não estão em condição de igualdade para que um resultado como esse possa ser firmado com base em comparação. Explico, segundo *as autoras*: "as crianças de classe média alta têm uma vida confortável, desfrutam de espaço, lazer e atenção" (p.79) e também: "Nenhuma criança de classe média alta trabalha de fato, nem mesmo em casa. O que fazem está restrito a alguma ajuda, geralmente acompanhados pela empregada e, menos, pela mãe ou pelo pai." (p.80), enquanto as crianças de escolas populares, quando não são forçadas a trabalhar, em casa ou fora devido às circunstâncias, tendem a ter atividades de lazer restritas ao entorno de suas próprias casas. A principal justificativa usada para classificar estudantes de escolas populares como "mais patriarcais" são os trabalhos domésticos, que segundo as autoras são bastante marcados por gênero e, portanto, isso levaria os alunos dessas classes a se comportar dessa forma na escola. De que forma poderíamos usar trabalhos domésticos como métrica de "equidade de gênero" sendo que estudantes de classe média alta sequer o fazem?

Vejo essa colocação como bastante injusta, pra não dizer preconceituosa já que estudantes de classes populares, muitas vezes, precisam realizar trabalhos domésticos e/ou fora de casa estão em óbvia desvantagem em relação aos estudantes de classe alta, cuja principal preocupação seria estudar e se divertir, que aparentemente são atividades menos marcadas por gênero do que limpar a casa ou procurar fontes de renda informais para ajudar a família. Fosse verdadeira essa

hipótese, não deveríamos ver maior igualdade de gênero também nos espaços de poder ocupados por pessoas de classes mais altas, como CEOs de grandes empresas, diretorias de centros de pesquisa e cargos políticos? Será que escolas de classe mais alta seriam, portanto, um lugar mais acolhedor para pessoas LGBTQIA+? Talvez a solução para a desigualdade de gênero esteja em todes nascerem ricos.

Enquanto isso não acontece, a pesquisadora Naomi Neri Santana na pesquisa 18 aborda com preocupação a curta expectativa de vida de pessoas trans, e como essa população enfrenta dificuldades para chegar no ensino superior, ao mesmo tempo em que são jogadas compulsoriamente na prostituição, que é socialmente percebida como o lugar "natural" para essas pessoas, vistas como imorais, depravadas e ligadas ao corpo (em oposição à mente racional, segundo o raciocínio de Marimba Ani), e portanto ao sexo. Sobre isso, Naomi Neri diz que:

Quando nos deparamos com a temática transexualidade sempre se voltam o olhar à hipervisibilidade nas avenidas sob objetos de prostituição, e a tais corpos este é o único lugar permitido (BENTO, 2015). Na escola, não se veem pessoas trans. As/os trans mostram-se como seres tão invisíveis que a identidade de gênero transgênero se esconde à sombra da orientação sexual gay. A delineação do que é ser trans é difícil de categorizar vista que não há chaves de identificação válidas nas taxonomias e na formação dos sujeitos de pesquisa. Sob qual luz então esse corpo trans vai ser lido em sala de aula? Dissecado a luz das Ciências? Crucificado à luz da "escola laica"? Excluído do discurso e dessas aulas? Estes corpos estarão nas escolas? (SANTANA, POLIZEL; 2016 p. 5055)

Aqui acho importante contextualizar que "à sombra da orientação sexual gay" se refere à concepção genérica de que pessoas trans seriam nada mais do que "gays de saia", um estereótipo bastante disseminado no senso comum que desconsidera, e muitas vezes desconhece outras identidades trans para além da travesti, e mesmo essa, é percebida através de uma caricatura genérica existente no imaginário popular. Ainda sobre a invisibilidade de pessoas trans na escola, a

autora tece críticas às representações de corpos em livros didáticos que são sempre brancos, normativos e higienizados, como máquinas e pessoas trans, nas raras ocasiões que são citadas nesses materiais são ao se discutir IST's e perversidades. Nesse sentido, a discussão sobre corpos trans fica à mercê do professorado que na maioria das vezes, como também já discutimos anteriormente, não é preparado para acolher essas pessoas.

Num dado momento, a pesquisadora entrevistou alguns professores e perguntou se eles conhecem ou já conviveram com outras pessoas trans. Os professores entrevistados, justificaram o não conhecer com afirmações como: não frequentar os mesmos espaços, não reconhecer ou até mesmo por não ter afinidade. Segundo a autora:

Nos indagamos quanto ao que produziria uma falta de afinidade para com uma pessoa trans? Evidencia-se um processo de estereotipação e não relação para com travestis e transexuais. É neste processo que a vida destas é considerada menos humana, e sujeita a erradicação via rituais, que desfiguram seus corpos (BENTO, 2015). O não frequentar espaços comum vem de encontro a ideia de trans* ligadas apenas a espaços noturnos e de prostituição. Espaços espetaculosos com show de Drags. (SANTANA, POLIZEL; 2016 p. 5061)

Esses relatos são um indicativo preocupante da forma como estereótipos sobre pessoas trans moldam negativamente o imaginário de pessoas que nunca conviveram com uma pessoa trans. Na pesquisa 3, "Corpos dissidentes no espaço escolar: Normatizações e assujeitamentos" as *autores* se perguntam o que é ameaçador ou perigoso nos corpos trans? Essa pesquisa traz reflexões interessantes, mas antes de discuti-los quero me ater a um incômodo que tive ao ler, que não diminui outros apontamentos importantes feitos pela pesquisa mas acredito ser importante pontuar. Ao discutir corpos marcados pela dissidência no espaço escolar, os autores parecem equiparar a marginalização imposta a pessoas trans ou homossexuais, com pessoas que usam piercing, como no trecho:

A aproximação com as diferenças que estão transitando no espaço escolar, tais como corpos marcados pela gravidez, pelo piercing, pelas transgressões de masculinidade e feminilidade, sobretudo as situações envolvendo travestilidades e as homossexualidades, é reveladora desse espaço como estranho para tais sujeitos e ao mesmo tempo esses sujeitos tornam-se estranhos nesse espaço. (SANTOS, CASTELLAN; 2014 p. 6789)

Essa afirmação, que aparece outras vezes no texto me parece vir de um lugar de desconhecimento da experiência real do que é ser uma pessoa trans no dia a dia, que talvez só possa ser descrita por outra pessoa trans, já que por mais que pessoas com piercing possam sofrer com algum tipo de preconceito devido a sua escolha estética, isso não é nem de longe comparado ao que passa uma pessoa trans no país em que travestis têm uma expectativa de vida média de 35 anos (SÃO PAULO; 2021). Dito isso, a pesquisa se debruça em discutir sobre a existência de corpos marcados e não marcados, sendo os marcados aqueles tachados como marginalizados, e qual o espaço desses corpos dentro da escola, e nesse sentido, traz uma discussão sobre o uso de banheiro por pessoas trans na escola. Para isso, no trabalho é citado uma situação real onde uma estudante trans foi impedida por seguranças de usar o banheiro feminino e masculino ao realizar uma prova do ENEM. O segurança sugeriu que essa pessoa utilizasse um banheiro desativado que se localizava entre esses dois banheiros. *As autores* refletem que:

E, este pode ser mais um dos elementos que leva a presença da travesti nas escolas ser tão desafiadora: “temos banheiros para homens ou mulheres e as pessoas “podem” ser homens ou mulheres. Para os valores que hegemonicamente vigoram fica difícil decidir o que fazer com aqueles(as) que ousam escapar ao binarismo. A figura da travesti aparece como problemática”.

[...]

Nesse contexto, problematizamos que urinar é uma necessidade fisiológica, portanto biológica e é justamente esta necessidade que não encontra espaço num território que defende o biológico como fundador das diferenças” (SANTOS, CASTELLAN; 2014, p. 6794)

Aqui observamos mais uma vez a biologia sendo invocada como mantenedora de estruturas de opressão de gênero, como já discutimos a partir de Oyěwùmí e Marimba Ani. Usar o banheiro, uma coisa aparentemente simples pra qualquer pessoa, torna se um desafio para uma pessoa trans, que se vê num espaço potencial de violência. Como é apontado na própria pesquisa, há casos de alunas trans que sofrem com infecção urinária frequente "por passar todos os horários da escola segurando a urina, por vergonha de utilizar o banheiro" (p. 6792), uma situação absolutamente inaceitável já que utilizar o banheiro é uma necessidade básica para todes, mas é também um espaço projetado para reprodução de corpos generificados.

Outra questão importante apresentada no texto é o uso de nome social em ambiente escolar e como a recusa de professores em fazê-lo incentiva os demais estudantes a adotarem atitudes hostis para com pessoas trans.

Quero terminar essa sessão com a análise da pesquisa 34 "Ensino de Ciências e Biologia, qual seu partido? Entre (Alinha)mentos e Fugas" de Santos Martins, que busca compreender a quem serve o programa Escola sem Partido, e quem se beneficia da censura de temas como relações étnico-raciais, diversidades e direitos humanos na escola. Os pesquisadores reconhecem que existe interesse de grupos conservadores e neoliberais em cercear tanto as discussões sobre gênero e sexualidade, como as das relações étnico raciais, consideradas por eles, pautas ideológicas. O estudo reconhece que existe uma norma cisgênera e heteronormativa nas escolas e faz uma crítica à forma "biologizante" como gênero é trabalhado em sala de aula, tratando o corpo como instância única e exclusiva da biologia, num exercício de "imparcialidade" que satisfaz o ideal ocidental e branco de neutralidade, sufocando assim outras perspectivas. Acho pertinente trazer um dos últimos parágrafos desta pesquisa, que diz o seguinte:

Na pesquisa 'Corpos que ensinam e (des)organizam o discurso biológico: reflexões e diálogos na formação inicial de professores/as de Ciências e

Biologia' (SANTOS; ARAUJO, 2015) convivemos com pessoas que se autoidentificam como travestis ou transexuais. Elas nos trouxeram desafios para pensarmos outros modos que tornam inteligíveis corpos, gêneros e sexualidades que não podem ser explicados dentro da lógica heteronormativa pré-determinada. Estamos experimentando as potencialidades e agências das travestilidades e transexualidades, ao invés de negligenciá-las, capturá-las no campo da anormalidade ou das experiências ilegítimas. Consideramos que tal experimentação pode ser potente para esburacar as invenções de corpo, gênero e sexualidade assentadas na racionalidade do MESP. Racionalidade que elimina a feita de subjetividades singularidades no cotidiano escolar, por isso tem como alvo preferencial exclusões das homossexualidades e das transexualidades como experiências legítimas. Arriscamos a dizer que a presença das transexualidades, no espaço escolar, afeta o MESP, pois potencializa e agencia o afrouxamento/desfocalização das amarras do sistema sexo/gênero tão engessada pelo 'Escola Sem Partido'. (SANTOS, MARTINS 2016 p. 4563)

Vejo como bastante simbólica a consideração dos autores sobre como a presença de pessoas trans foi importante para que eles tivessem uma percepção mais abrangente sobre o tema, e que inevitavelmente me remete à pesquisa discutida anteriormente, na qual professores reforçam uma série de estereótipos sobre pessoas trans que nunca sequer conheceram. A presença de pessoas trans nos espaços que nos marginalizam, como a escola, desafia e redefine as normas e práticas educacionais, e possibilita uma compreensão mais ampla e inclusiva de nossas identidades de gênero e sexualidades. Essa presença não apenas coloca em xeque barreiras e estereótipos tradicionalmente associados ao ambiente escolar, mas também questiona a lógica cisheteronormativa vigente. Não acredito que somente a inclusão seja suficiente para gerar uma mudança significativa na educação e que promova uma cultura de aceitação, inclusão e respeito pelas diferenças, mas sem inclusão, isso certamente jamais acontecerá.

3.7 - Discussões sobre Raça e fragmentações epistêmicas

Assim como as discussões de sexo e gênero, raça também é colocada no lugar de "tema polêmico" para ser trabalhado em sala de aula, considerada por grupos conservadores como MESP parte de uma suposta "doutrinação ideológica".

Na pesquisa 4 "Contribuições do ensino de ciências à educação das relações étnico-raciais" a autora Costa Melo discute a forma como o que ela mesmo chama de "nossa sociedade contemporânea", preza pela "valorização de traços do branco europeu como a norma social e natural dos seres humanos" (p.5364). Acho importante contextualizar que "nossa sociedade contemporânea" deve ser interpretada como a cultura ocidental, embora isso não fique explícito no texto. A pesquisa aponta que livros didáticos reforçam esses estereótipos sobre povos pretos e supervalorizam produtos culturais europeus, o que é coerente com as reflexões feitas por Marimba Ani, sobre o ocidente e como a estética do corpo "normal" branco e heteronormativo torna-se central para criação desse imaginário de poder que busca desumanizar outros corpos.

A autora parte de um estudo de 2006 realizado por Munanga chamado "Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia", propondo que o termo etnia seria mais adequado que raça para abordar as relações étnico-raciais pois não emprega o sentido biológico atrelado à raça e, portanto, isso poderia colaborar na superação da ideia de que a humanidade se divide em raças superiores e inferiores, que como já discutimos a partir do próprio Munanga nesse artigo, é um conceito inoperante. Essa pesquisa também aponta para a Biologia, como um espaço predominante nas discussões raciais feitas pela escola. O texto, cita um documento que aponta os estados brasileiros mais violentos para pessoas negras e homossexuais, trazendo explicitamente uma associação das violências de gênero raça e orientação sexual, defendendo que esses temas deveriam ser mais bem trabalhados em sala de aula.

Já a pesquisa 19 "Adolescência E Ritos De Passagem: Considerações Sobre Sexualidade Nos Livros Didáticos" de Polizel e Oka indica que sexualidade e

gênero, são discutidas de forma a naturalizar as transformações da puberdade apenas como algo puramente biológico, usando exemplos de ritos de passagens de uma comunidade indígena, que nos livros didáticos apareciam como "ritos exóticos", enquanto nossos próprios ritos de passagem ocidentais são considerados simplesmente o "caminho natural da adolescência para vida adulta". Esse ponto é importante, pois demonstra o caráter racista presente nos livros didáticos também no trato com povos indígenas, percebidos como exótico, ou seja, algo "do outro", que é estranho à cultura branca ocidental. Esse lugar de "outro", reflete todo caráter racial de desumanidade atribuído a esses povos considerados outros e que vai se materializar na forma institucionalizada de violência que atinge essas pessoas. A análise dos livros também aponta com preocupação que os corpos representados nos conteúdos e textos principais dos livros são sempre brancos, cisgêneros, heterossexuais e magros e os indígenas, corpos gordos e velhos são discutidos em sessões como a caixa de texto extra e no espaço não saudável.

Na pesquisa "Educação Em Ciências, Inclusão E Diversidade: Diálogos em Construção" (23), de Fonseca e Damasceno, ao se referir à falta de discussões sobre diversidades, *as autores* indicam que "o campo da Educação em Ciências nos parece ainda pautado em um etnocentrismo científico e em um encarceramento epistemológico", indicando a centralidade nas perspectivas brancas e masculinas existente nesses campos. Também existe uma crítica ao pensamento ocidental como o único considerado válido e este é baseado numa ideia de "racionalidade científica" com raízes europeias e ocidentais.

Em "A Questão Étnico-Racial No Ensino De Ciências E Biologia: Soluções Possíveis" (40) de Nicodeli e De Souza, é traçada uma associação direta das epistemologias brancas europeias ao racismo através de ferramentas como a degeneração para controle desses corpos, assim como descrevem respectivamente Marimba Ani e Oyěwùmí. *As autores* reconhecem que relações étnico-raciais e privilégios da branquitude devem ser assuntos presentes nas disciplinas de ciências e biologia e faz pontuações incisivas sobre o lugar epistemológico eurocêntrico e branco das ciências ocidentais que precisa ser superado.

Neste levantamento não encontrei diretamente trabalhos que se aprofundassem nas relações que podem ser estabelecidas entre Sexo Biológico/Gênero com Raça. É importante salientar que o que busco aqui não são trabalhos que abordem sexo/gênero e raça a partir de uma perspectiva interseccional e sim pesquisas que se propusessem a discutir essas categorias a partir de referenciais contra-coloniais. Evito partir de um referencial interseccional a partir do texto da socióloga estadunidense Patricia Hill Collins chamado “se perdeu na tradução?” (COLLINS, 2017), no qual a autora argumenta que o termo Interseccionalidade foi cunhado para nomear um movimento político encabeçado por mulheres pretas nos anos 80/90 que se propunha a estabelecer diálogos e lutas políticas nas intersecções entre gênero, raça e classe. Patricia argumenta que a partir do momento que esse fenômeno foi descrito dentro do ambiente acadêmico houve um esforço de pesquisadoras que buscavam tornar esse movimento mais "palatável" para um contexto político extremamente neoliberal e, no decorrer dos anos, o significado da luta daquelas mulheres foi se perdendo, dando espaço para um discurso raso, mais teórico do que prático e que pouco se relacionava de fato com a luta realizada nos movimentos sociais. Um exemplo deprimente de como a Universidade atua firmemente como ferramenta do capital branco ocidental para deslegitimar lutas históricas de pessoas marginalizadas.

Um segundo motivo, que é pessoal, mas acho relevante contextualizar, parte do significado não do conceito de interseccionalidade, mas da palavra Intersecção, que vem do campo da matemática e se refere ao cruzamento de duas linhas ou duas superfícies, ou ainda o ponto em que se cruzam duas linhas ou duas superfícies. Embora o conceito de interseccionalidade seja muito mais complexo para se definir, também parte do pressuposto de que sexo, gênero e raça por exemplo são categorias distintas, mas que se interseccionam e, a partir dessas intersecções, podemos estabelecer possibilidades políticas. Nessa pesquisa compreendo essas categorias partindo de um referencial contra-colonial que localiza sexo, gênero, raça e até mesmo classe não como categorias diferentes que se interseccionam, mas como facetas de uma mesma estrutura de poder, que emerge

da Asili europeia de raízes greco-romana-cristã-cartesiana. O gênero é uma categoria racializada, fundada pelo ocidente como verdade universalizante sobre o corpo.

Tendo em mente essas duas formas de perceber as relações entre sexo/gênero e raça, é preciso dizer que nenhuma delas (interseccional ou contra-colonial) é discutida com profundidade nas pesquisas levantadas nos ENEBIO, e o mais próximo disso são algumas ideias de feminismo interseccional que são citadas em alguns momentos. Isso não significa que essas categorias não foram conectadas nestas pesquisas, muito pelo contrário, diversos textos reconhecem que violências de Gênero, Raça e Classe se relacionam e precisam ser superadas. Foi bastante recorrente que nos trabalhos que se propunham a discutir Gênero, encontrar Raça sendo elencada junto com Classe, Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Credo, num esforço de trazer uma panorama mais plural e refletir sobre a importância de localizar a Educação em Ciências a partir desses saberes, como na pesquisa 34:

[...] assumimos uma perspectiva multiculturalista, entendida como um importante instrumento de luta política e, assim como afirma Silvia (2017), um posicionamento que nos permita entender que o gradiente da desigualdade em matéria de educação e currículo não pode ser reduzido à dinâmica de classe somente, mas que ocorre em função de outras dinâmicas como as de gênero, raça e sexualidade, por exemplo (SANTOS, 2018, p. 3926).

E no trabalho 46:

Dessa forma, é importante estimular a educação visual de jovens alunos do Ensino Médio no sentido de fomentar discussões a respeito dos seguintes temas: sexualidade, gênero, etnia, raça e condição social e com isso fomentar a adoção de valores e atitudes direcionados à eliminação de atitudes preconceituosas que tem justificado práticas de discriminação e exclusão de determinados grupos (negros, pobres, mulheres,

homossexuais, etc.) (SALES, 2018, p. 3657).

Fenômeno semelhante ocorreu nos trabalhos voltados ao Ensino das Relações Étnico-raciais, que também elencam o gênero ao descrever outros grupos considerados politicamente minoritários, como na pesquisa 4:

[...] Assim, o Ensino de História de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas, dá constatação da discriminação por cor, gênero e orientação sexual no Brasil, embora estas temáticas sejam trabalhadas pedagogicamente pelas Áreas de Ciências Sociais, o Ensino de Ciências tem muito a contribuir [...] (MELO, 2014, p. 5369).

Podemos notar que existe um esforço para inserir no ensino de ciências e de biologia, discussões acerca de Gênero e Raça. No entanto, quando presentes, foi comum que esses fossem tratados como temas separados, cuja relação mais evidente, num primeiro momento é se referirem a grupos definidos pelo ocidente como minorias políticas. Quais as consequências dessa fragmentação nos processos de ensino e aprendizagem e o que isso nos diz sobre a forma como temos conduzido pesquisas nessa área?

Para Marimba Ani, uma das características que marca a cultura e o pensamento Ocidental é a fragmentação do ser, inclusive do próprio conhecimento. Essa fragmentação tornaria mais simples o processo de dominação através da alienação dos indivíduos da complementaridade e totalidade da natureza. A partir desse raciocínio acredito ser pertinente refletir a respeito da fragmentação que podemos observar nos trabalhos do ENEBIO, com relação às discussões sobre sexo, gênero e raça.

Mas seria injusto afirmar que nenhuma pesquisa buscou relacionar essas categorias. Como vimos, a pesquisa 23, faz um esforço de agrupar as questões de gênero e étnico-raciais como parte de uma mesma luta que busca sua inserção na escola. A autora cita explicitamente o racismo epistêmico da educação em ciência, como entrave ao desenvolvimento de discussões aprofundadas sobre raça e gênero presentes nas escolas e crítica o conhecimento considerado "válido" como aquele

que só pode ser justificado pela a racionalidade científica de raiz europeia e ocidental. Embora a partir de outros referenciais, o trabalho possui paralelos notáveis com os referenciais contra coloniais que utilizo em minha pesquisa, relacionando o racismo epistêmico às questões de gênero e raça e como a ciência ocidental se utiliza da racionalidade para justificar violências a corpos que não se adequam a esses ideais da cultura branca ocidental de origem greco-romana-judaico-cristã-cartesiana.

Ainda que os assuntos tenham sido discutidos e debatidos com bastante profundidade em suas respectivas áreas teóricas nos trabalhos do congresso, existiu pouca relação entre essas pesquisas que discutiam sexo/gênero ou raça no seguinte sentido: trabalhos focados em temática de gênero pouco discutiam sobre questões raciais e vice-versa, fenômeno já indicado pelo o trabalho da travesti afrofrentelectual Megg Rayara em sua tese "O Diabo Em Forma De Gente: (R)Existências De Gays Afeminados, Viados E Bichas Pretas Na Educação"

Partindo do pressuposto de que essas opressões possuem raízes ocidentais, de origem judaico-cristã cartesiana, é estratégico que sejam tratadas como expressões de dominação dessa mesma cultura, diferentes faces de uma mesmo dado (já que moedas são binárias), pois a desconstrução de mecanismos e dispositivos de opressão, tanto de raça quanto de gênero partem da compreensão de uma mesma estrutura que origina essas categorias: o ocidente. Essa fragmentação, portanto, favorece as próprias estruturas de dominação racial e de gênero, na medida em que, segmentadas, essas pautas terão mais dificuldade em dialogar entre si, e assim estabelecer estratégias que em conjunto possam ter uma maior força e potência de desmobilização e desconstrução das estruturas de poder e opressão.

Capítulo 4 - Contra-Propostas Civilizatórias...

Algumas considerações

A presente dissertação teve como objetivo um olhar para os trabalhos publicados no ENEBIO, em especial, na conjuntura sexo/gênero e raça. O evento foi escolhido pois congrega as produções da comunidade acadêmica da área de Educação em Biologia, por um lado, e, sob outro prisma, também baliza como as discussões estão sendo afetadas ou modificadas ao longo do tempo, especialmente a partir da atuação de grupos sociais considerados minorias sociais.

Nas últimas décadas, sexo/gênero e raça ocuparam certa centralidade nos debates acadêmicos e culturais encabeçados especialmente por pesquisadores pretos. Disputas sobre o que se diz acerca desses temas incidem na conformação de políticas públicas, currículos e mesmo pesquisas acadêmicas. Apesar dessa conjuntura, a ciência moderna praticada nas academias e centros de pesquisa ainda carrega as marcas de um passado colonialista, modelando-se nas perspectivas ideológicas eurocêntricas, brancas, cisheteropatriarcais, masculinistas e misóginas. Por outro lado, por pressão dos movimentos sociais, temáticas como sexo, gênero, raça, outridade, feminismo, educação para a sexualidade têm se adensado nas pesquisas, ainda que timidamente, especialmente a partir da pesquisa de mulheres e pessoas LGBTQIA+.

Nesse contexto, o ENEBIO se destaca como um evento onde essas discussões encontram espaço e, a cada nova edição, notamos um aumento significativo na atenção e no espaço dedicado a essas temáticas. Isso pode ser atribuído em parte a um cenário político de pânico moral e à implementação de políticas de cotas, que abriram espaço na universidade para uma diversidade de corpos que vão além dos cisgêneros e brancos, por exemplo. Apesar disso, nenhuma das pesquisas analisadas explorou uma perspectiva contra-colonial para a compreensão dos fenômenos relacionados a sexo, gênero e raça e esse fenômeno também reflete a tendência universalista da ciência ocidental, muitas vezes deixando pouco ou nenhum espaço para outras perspectivas não por "má intenção",

de quem pesquisa, mas pelo desconhecimento de que existem outras possibilidades!

Ainda que perspectivas contra-coloniais não tenham sido observadas nos ENEBIO, vários dos mecanismos ocidentais de controle foram sim pontuados, problematizados e discutidos. Aspectos como a "neutralidade científica", por exemplo, que, como discutimos nos resultados, foi reconhecida como um dos mecanismos de controle da cultura ocidental. Também os dualismos, a ideia de "nós" contra "eles", e o racionalismo científico, por exemplo.

Para além daquilo que foi discutido, verificamos que os trabalhos não conectam de forma efetiva discussões de sexo, gênero e raça, já que essas discussões ocorrem de forma fragmentada. A fragmentação do conhecimento também é um dos aspectos pontuados por Marimba Ani (1994), que constituem a Asili da Cultura europeia.

Apesar da violência e opressão que têm caracterizado a sociedade ocidental, é fundamental reconhecer a presença contínua dos movimentos que resistem aos mecanismos de dominação. As conquistas políticas e culturais dos movimentos preto, indígenas, de mulheres e LGBTQIA+ possibilitaram e sustentam a nossa existência, fazem parte de um processo ancestral que se renova a cada geração historicamente. Devemos reverenciar essas conquistas com nosso compromisso em promover mudanças possíveis nas nossas realidades, e aqui reforço, a partir de nossas ações individuais, mas, sobretudo, pelo esforço COLETIVO e comunitário. Esses caminhos não são únicos e muito menos lineares, precisam ser aprimorados, criticados e complementados coletivamente, pelos que estejam trilhando essa mesma luta.

Com base nesse princípio, e a partir de minhas limitações, espero contribuir com possibilidades de resistência no contexto da nossa realidade acadêmica e cotidiana. Não tenho intenção de simplesmente compilar estratégias de luta, mas, sim, refletir, também comigo mesma, sobre alguns caminhos que podem nos direcionar a uma compreensão mais profunda das estruturas de dominação ocidental que permeiam nossas vidas. É essencial salientar que esses caminhos

não são únicos, lineares e muito menos universais; eles requerem aprimoramento, crítica e complementação coletiva, o que significa que qualquer pessoa que esteja envolvida nessa mesma luta e se sinta à vontade para fazê-lo é bem-vinda à contribuir para esse processo.

Considero crucial que possamos identificar as raízes das opressões que buscamos combater. Assim, a partir da leitura de Marimba Ani (1994), não acredito nas abordagens que se concentram apenas no patriarcado, no capitalismo, nas mudanças climáticas e outras questões separadamente, pois isso tende a gerar lutas fragmentadas, cada uma criando seus próprios "demônios". Por exemplo, como discutimos anteriormente no caso das Feministas brancas de segunda onda, ao focarmos exclusivamente na luta contra o patriarcado, podemos perder de vista a importância das lutas raciais, deixando de abordar o papel das masculinidades negras na sociedade ocidental, entre muitas outras questões relevantes. Gênero, raça, capitalismo e as mudanças climáticas têm raízes profundas na Asili da cultura branca ocidental, são interligados e operam num mesmo sentido que é perpetuar essa lógica até que não existam mais recursos.

Fenômenos como racismo, transfobia, homofobia, gordofobia, por exemplo, são produções culturais da sociedade ocidental e branca e é preciso problematizá-los e contextualizá-los historicamente a fim de que possamos direcionar a energia de mudança na luta contra essa que é raiz de uma série de obstáculos civilizatórios que estamos enfrentando atualmente. É preciso localizar o ocidente, a branquitude e a cisgeneridade e destrinchar as suas estratégias, ferramentas e subterfúgios de dominação, processo que deve ocorrer conjuntamente com atitudes práticas de desarmá-las e neutralizá-las. Como aponta Marimba Ani (1994), a fragmentação destas lutas não é feita ao acaso, mas planejada estrategicamente para fortalecer as estruturas de controle e dominação ocidental e, portanto, deve existir um esforço coletivo na localização e união dessas lutas que são coletivas, mas ainda encontram-se fragmentadas.

Refletindo sobre as pesquisas levantadas para este trabalho, deduzo ser relevante que pessoas brancas e cisgêneras se permitam estabelecer uma

convivência respeitosa com pessoas trans, pretos, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos e ativamente se engajem em discussões e movimentações políticas sem silenciar questões de raça e gênero, mas ainda mais importante é compreender que apenas isso não é suficiente para que ocorram mudanças significativas. É preciso lutar por ações afirmativas e que de fato incluam outros corpos que não apenas os brancos em lugares de privilégio e decisão, buscar possibilidades e políticas públicas que de fato atuem para mitigar os efeitos do racismo, da misoginia e transfobia estruturais.

Me chamou a atenção o estudo 34, no qual os autores compartilharam como a convivência com pessoas trans foi fundamental para revisar e aprimorar suas percepções acerca do gênero e a maneira como se situam em relação aos seus próprios corpos. É importante notar que essa convivência requer uma dose significativa de respeito, sensatez e autoavaliação de pessoas cis e brancas, uma vez que a violência racial e de gênero geralmente se origina de indivíduos destes indivíduos. Portanto, é fundamental que essas pessoas estejam dispostas a abordar esses aspectos de sua própria existência com extrema seriedade para não causar danos às pessoas em seu convívio.

Acho importante demarcar que não estou sugerindo e não acho orgânico que pessoas brancas e cisgêneras busquem "Totens", de forma compulsória, a fim de estabelecer interação com indivíduos de outras corporalidades como um meio de obter uma espécie de "iluminação". É crucial reconhecer que pessoas trans e negras, por exemplo, podem optar por não compartilhar suas vidas com pessoas cisgêneras e brancas, a fim de evitar experiências potencialmente violentas. Entretanto, a reflexão sobre a relevância da inclusão e valorização de nossos corpos em diversos âmbitos, como no ambiente escolar, no cenário acadêmico, nas relações afetivas e em posições de autoridade, continua sendo pertinente.

A Linguagem Neutra também é uma estratégia de resistência utilizada especialmente por e para pessoas trans, como forma de descolonizar o gênero de nossa linguagem, evidenciando a presença de outros corpos em nossa sociedade ocidental para além dos masculinos e femininos. Particularmente, prefiro chamar

essa linguagem de inclusiva por entender que de neutra, a linguagem não tem nada. Explicando melhor, o neutro se refere à qualidade desses pronomes não se referirem nem a algo do gênero masculino ou feminino, localizando-se em uma região "neutra" entre essa dicotomia. No entanto, essa nomenclatura ainda mantém a binaridade de gênero como ponto de referência, colocando o "pronome neutro" em um espaço de negação dessa binariedade (nem masculino, nem feminino). Portanto, a expressão "linguagem inclusiva" me parece mais adequada, já que explicitamente retira o protagonismo da binaridade de gênero.

Como discutimos, segundo Lera Boroditsky (2003) em seu trabalho sobre os impactos do gênero na linguagem em diferentes países, a impressão de gênero afeta não apenas corpos, mas também objetos e símbolos generificados. Mas esses efeitos são sentidos mais intensamente entre pessoas que vivem no limiar, ou fora desses padrões estabelecidos de gênero. Às pessoas trans, nesses locais de dissidência, não é permitido nem mesmo o reconhecimento da linguagem. Uma passagem na nota de tradução do Livro "A invenção das mulheres, de Oyěwùmí, diz que:

[Na língua portuguesa] Não apenas pronomes e substantivos são marcados pelo gênero, mas também a maior parte das palavras designativas das qualidades, função e atividades humanas também são (OYĚWÙMÍ; 2021 p.07)

Essa necessidade compulsória de generificar a tudo e a todos, materializada na linguagem, coloca as pessoas trans numa posição de constante violência da própria identidade, mesmo em contextos simples do dia a dia, em que o gênero não deveria ser um marcador relevante. É nesse contexto que pessoas trans, num movimento de cuidado e afeto coletivo entre outras pessoas trans, passam a criar e utilizar a linguagem inclusiva, num esforço para destilar das palavras o gênero, que tem como principal função a demarcação de territórios nos corpos e coisas.

Oyěwùmí (2021) nos lembra que existem linguagens que são ou foram isentas de gênero, como o lorubá antes do processo de colonização europeia. É importante ter essa informação em mente, pois é fácil naturalizar "as coisas como elas são" e perder de vista que linguagem é uma tecnologia construída cotidianamente, que se transforma à medida que as sociedades também se transformam.

Ainda sobre linguagem, mas num aspecto mais técnico, a própria ideia de sexo biológico em si é generificada e, muitas vezes, como aponta Oyěwùmí (2021), dada a inseparabilidade desses termos no Ocidente, os termos "Sexo" e "Gênero" são observados essencialmente como sinônimos. É comum então que se use as categorias de gênero no lugar de sexo, igualando homem e mulher, respectivamente a sexo masculino e feminino (OYĚWÙMÍ, 2021). Isso corrobora a pesquisa de Lera Boroditsky (2003), já que passamos a atribuir qualidades e papéis de gênero ao sexo.

Exemplo notável disso é o "conto de fadas biológico" que discutimos no capítulo 1, a partir de Keller (2006). Nesse contexto, são atribuídos papéis de gênero extremamente estereotipados aos espermatozoides e óvulos, o que perpetua o estereótipo padrão cis-heteronormativo de gênero. Para piorar, ideias como essas muitas vezes são utilizadas como fontes de autoridade e justificativa para discursos transfóbicos que negam a identidade e dignidade de pessoas trans, como ocorreu na pesquisa 31, onde as *autores* citam um personagem que se identifica como homem trans em uma novela da globo, utilizando pronomes femininos, desconsiderando sua identidade de gênero em detrimento dos conceitos de "sexo biológico"

Nesse sentido, Oyěwùmí (2021) aborda o que pode ser uma alternativa para essas questões: a autora discute o uso dos termos "obìnrin" e "okùnrin" que na língua lorubá eram utilizados para se referir a corpos e tinham correlação com as noções de fêmea/mulher e macho/homem. Os prefixos desses termos, "obin" e "okun", estavam relacionados a variações do que Oyěwùmí descreve como "Anamacho" (macho anatômico) e "Anafêmea" (fêmea anatômica). No contexto

iorubá, ao contrário do que ocorre no Ocidente, essas características não eram utilizadas para estabelecer uma binariedade social marcada pela hierarquização dos corpos.

Existem também estudos que propõem a utilização dos termos "sexo ovariano" e "sexo testicular" em substituição, respectivamente, aos termos "sexo feminino" e "sexo masculino" (ANTUNES, 2017). Essa abordagem poderia permitir uma análise das características sexuais com certo distanciamento do viés da ciência ocidental que tende à generificação dos corpos. Isso é importante, pois, segundo essa perspectiva, qualquer dado relacionado a sexo masculino ou sexo feminino, por uma questão de linguagem, como aponta Lera Boroditsky (2003), apresentará vieses de gênero que carregam consigo estereótipos. Embora eu não acredite que a simples substituição desses termos resolva a questão, a mudança de perspectiva em relação a essas categorias poderia oferecer mais conforto, por exemplo, às pessoas trans em situações como consultas médicas e outras experiências onde a identificação do sexo possa ser relevante.

É fundamental para todes aqueles que busquem a partir de suas éticas, compreender e dismantelar as estruturas de poder ocidentais presentes nas próprias práticas, ter abertura para perceber e compreender essa cultura a partir de perspectivas não ocidentais, como as africanocentradas e indígenas, por exemplo. Isso implica em um esforço de quem pesquisa, para possibilitar a construção de uma ciência que se fundamenta na pluriversalidade, como propõe Marimba Ani, em vez da universalidade imposta pelo ocidente.

O Sociólogo Bas'Illele Malomalo, em sua obra reflete sobre outras noções de humanidade para além da ocidental. Segundo Malomalo:

[...] me afilio à linha teórica pós-positivista e pós-colonial. Nessa direção é que tenho preferido usar o termo de campo de investigação que pode se dividir em sujeitos humanos, ou seja, a comunidade-bantu, e sujeitos não humanos investigados, ou seja, a comunidade-sagrado-ancestral e a comunidade-universo-natureza. (MALOMALO, 2021 p.45)

Em uma cultura universalizante, a noção de humanidade também tende à universalização, assim como valores éticos e morais. Malomalo nos mostra que outras noções de humanidade são possíveis, e com elas novas possibilidades e arranjos civilizatórios que atuam num sentido pluriversal.

O pesquisador também apresenta evidências de que diversos campos do conhecimento, dentro da ciência ocidental, possuem uma origem historicamente mentirosa. A sociologia, por exemplo, que segundo a ciência moderna teria surgido em meados do Século XIX, é apontada por Malomalo como tendo origem desde a África pré-colonial

Isto significa dizer que desde que os primeiros seres humanos surgiram na África e fundaram as primeiras comunidades, portanto, já estavam fundamentadas as estruturas de um pensamento e uma práxis sociológicos genuinamente africanos. É inconcebível que os africanos tenham sido os primeiros seres humanos a projetar as instituições sociais e não refletir sobre as mesmas. (MALOMALO; 2021 p.36)

Essa perspectiva recebe o nome de Tese de Anterioridade, e reivindica, a partir de perspectivas epistemológicas africanas, o reconhecimento histórico, filosófico, científico e cultural apagados pelo epistemicídio europeu. O campo da sociologia africana, leva em conta aspectos espirituais marginalizados pelo Ocidente, e entende que as comunidades humanas existem em conexão com a comunidade-universo-natureza e a comunidade-sagrado-ancestral. Esses são aspectos que, segundo Malomalo, as Sociologias modernas e ocidentais não dão conta:

A suspensão do sagrado, na feitura da Sociologia, traz limitações na compreensão das Sociedades investigadas pelos sociólogos secularizados. Ademais, o seu racismo religioso para com o sagrado africano tem criado empecilhos por parte dos sociólogos ocidentais e africanos ocidentalizados, para compreender, conforme Abong (2000), a finalidade que deu sentido à

realidade africana, ou seja, o devir sociobiocósmico das sociedades africanas. O Sagrado, a Comunidade sagrado-ancestralidade, nos possibilita compreender a dialética existente entre a finalidade cognitiva e a finalidade normativa. Ou seja, a complementaridade radical existente entre a epistemologia, política, estética e a ética, ou seja, a espiritualidade (MALOMALO; 2021 p.47)

A espiritualidade africana, para o autor, é percebida como a prática da ética africana de forma radical e plena, algo que não pode ser acessado pela razão instrumental, mas pela sensibilidade. Essas reflexões destacam a existência de aspectos do conhecimento que a ciência ocidental não dá conta ou que podem ser insuficientes para fornecer reflexões satisfatórias. Além disso, considerando a prática do epistemicídio, fica evidente a importância desse resgate de conhecimentos fundamentados em outras cosmopercepções de mundo, a fim de buscar soluções civilizatórias pelos problemas criados pela cosmovisão europeia.

É importante salientar que, como pessoa branca, criada e educada dentro da cultura ocidental, não estou livre de perpetuar armadilhas epistemológicas da cultura ocidental, e sem dúvida, faço. A busca por novas perspectivas representa um processo gradual para identificar essas armadilhas à medida que desvendamos os mecanismos de opressão relacionados à questão racial e de gênero

Nenhuma dessas possibilidades discutidas deve ocorrer de maneira espontânea. É fundamental reivindicar ativamente, nos espaços universitários, artísticos, sociais, políticos, afetivos e recreativos, um compromisso com o respeito, a justiça e a reparação histórica em relação às questões raciais e de gênero. Especificamente no contexto acadêmico, é crucial ressaltar que não é viável dissociar o corpo do conhecimento produzido e é necessário exigir das instituições que incorporem outros corpos e saberes, além dos brancos e cisgêneros, em posições de destaque e autoridade na estrutura da organização dessas comunidades.

As possibilidades que apresento são apenas algumas contribuições, e reconheço que não tenho a pretensão de abordar toda a complexidade envolvida na busca por soluções para todas as questões discutidas aqui. Essa tarefa é, na

verdade, o desafio de nossa geração, que enfrenta uma crise civilizatória profunda. Essa crise coloca em risco, de maneira literal, a existência das diversas concepções de humanidade, inclusive a ocidental.

Acho importante pontuar algumas fragilidades que existem nesse trabalho que não consegui dar conta pelas minhas próprias limitações de tempo e para com a academia. Em meu processo de pesquisa, me aproximei bastante de perspectivas afrocentradas, a partir de colegas e amigos já bastante experientes com essas perspectivas e que puderam compartilhar comigo referências, experiências, vivências e afetos e que de uma forma ou de outra foram se agregando nesse texto. E em dado momento me dei conta de como meu trabalho estava carente de outros referenciais contra coloniais que partiram também de perspectivas indígenas, latino americanas para além do Brasil. Ainda que traga algumas referências de pessoas trans, especialmente travestis, esse trabalho carece de referenciais de pesquisadores transmasculinos e não-binários.

Nesse sentido acredito na continuidade desse trabalho, de forma que seja possível agregar essas perspectivas que são complementares e necessárias a tudo que foi discutido nesse texto. Também acredito numa continuidade vinda de outras pesquisadoras que também busquem construções contra-coloniais para as grandes questões de nossa contemporaneidade e se sensibilizem com essa escrita, e também minha, academicamente, nas movimentações cotidianas ou nos processos artísticos e políticos que desenvolvo coletivamente com companheiros trans ativistas dentro do Apocalypse Cùier, que por ser um processo artístico torna-se mais livre para que possamos coletivamente construir nossas resistências da forma que acreditamos. Sobre gênero, Apocalypse Cùier sugere que:

Enfia o Gênero no Cu

Enfia o Sexo no Cu

A Biologia vai no Cu

E suas normas merecem Cu (Cùier, 2023)

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, p. 575-585, 200.

ANI, Marimba. **Yurugu: An African-centered critique of European cultural thought and behavior**. Trenton, NJ: Africa World Press, 1994.

ANTUNES, Bianca Rubim. **O Sexo Feminino**. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2017.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque. Ciência e crítica feminista. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org). **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: Redor, 2002. p. 67-77..

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 207-228, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2004.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: Assassinatos E Violência Contra Travestis E Transexuais No Brasil Em 2018**. 2018. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre Branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, p. 5-58, 2002.

Boroditsky, Lera ; Schmidt, Lauren A. & Phillips, Webb (2003). Sex, syntax, and semantics. In Dedre Getner & Susan Goldin-Meadow (eds.), **Language in Mind: Advances in the Study of Language and Thought**. MIT Press. p. 61-79.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. p. 1- 23

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003

BRASIL, Presidência da República. **Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática

“História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U., 10 jan. 2003. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> . Acesso em: 28 nov. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Lei 11.645, de 10 de março de 2008

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; JÚNIOR, Álvaro Lorencini. Os discursos biológicos para os gêneros, as sexualidades e as diferenças no Brasil: um panorama histórico. **Revista Valore**, v. 3, p. 575-586, 2018.

CARVALHO, Marie Jane Soares; MACHADO, Juliana Brandão. **Análise dos usos do tempo entre crianças acerca das relações de gênero e de classe social. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 1, p. 70-81, 2006.

CHODOROW, Nancy. **The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley: University of California Press, 1978.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? **Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DE JESUS BARBOSA, Maria Rita. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei n. ° 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016.

DE LIMA, Helen Taner. Não-Binariedade: Uma Saída Da Colonialidade De Poder-Saber-Ser E De Gênero. **Revista Seara Filosófica**, n. 21, p. 170-184, 2020.

DIOP, Cheikh Anta. **The African Origin of Civilization: Mith or Reality?** Westport: Lawrence Hill, 1974.

DO REGO GOMES, António. Carlos. **Bullying transfóbico: experiências de discriminação e violência de pessoas trans em contexto escolar**. Universidade do Porto–Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2014

Dos REIS, Neilton; PINHO, Raquel. Ensino de Biologia e gênero: o que dizem as narrativas não-binárias? **Revista da SBenBio**, n.9, 2016, p. 3716-3727.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: **EDUFBA**, 2008.

FAUSTO-STERLING, Anne. Cuerpos sexuados. La política de género y la construcción de la sexualidad, v. 526, Barcelona, **Melusina**, 2006 (p. 45)

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

FISCHER, André. Manual prático de linguagem inclusiva. Vila Madalena: **Tecidas Consultoria**, 2021.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 2, p. 291- 308, 2007.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: **Atlas**, 2009.

GOMES, Nadielene Pereira et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. 504-508, 2007.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. O Diabo em forma de gente: [r]existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1ª ed. Salvador - BA: Editora Devires, 2020.

GOULD, S. J. A falsa medida do homem. Tradução de Valter Lellis Siqueira. - 3. ed. São Paulo: - **WMF Martins Fontes.**, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL; Secretaria De Políticas Para Mulheres. Manual para o uso não sexista da linguagem: o que bem se diz bem e entende. Rio Grande do Sul: **Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital**, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf Acesso em 15/03/2022

HANCHARD, Michael. "Americanos", Brasileiros E A Cor Da Espécie Humana: Uma Resposta A Peter Fry. **Revista Usp**, n. 31, p. 164-175, 1996.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, 2007.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 13-14, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 107-125, 1998.

MALOMALO, Bas Ilele. Anterioridade E Feitura Da Sociologia Africana. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 36, p. 32-60, 2021.

MAGNOLI, Demétrio. Uma gota de sangue: história do pensamento racial. São Paulo: **Editora Contexto**, 2015.

MARTIN, Emily. The egg and the sperm: How science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles. **Signs: journal of women in culture and society**, v. 16, n. 3, p. 485-501, 1991.

MATOS, Maria Izilda S. DE. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. **Margem**. São Paulo, n. 15, p. 237-252, 2002.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 **Edições**, 2018.

MENEZES, Aline Beckmann; BRITO, Regina Célia Souza; HENRIQUES, Alda Loureiro. Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 245-252, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”-Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Branquitude invisível: pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Editora Appris, p. 53-89, 2017.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do. XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida, n. 3º, p. 1-17, 2004.

NASCIMENTO, Carolina Cavalcanti. **As relações étnico raciais e a formação de professores**. Início: 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica)-Universidade Federal de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. Representações sociais de Branquitude em salvador: um estudo psicossocial exploratório da racialização de pessoas brancas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 6, n. 13, p. 30-46, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: **Pontes**, 2009.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. **Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA**, 2021.

OYĒWÙMÍ, Oyeronké. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **Descolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 171-182, 2018a.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké; De Freitas Neto, Leonardo; Pinho, Osmundo. **Visualizando o corpo**: Teorias ocidentais e sujeitos africanos. *Novos Olhares Sociais*, v. 1, n. 2, p. 294-317, 2018b.

PAGAN, Alice. Entre o bélico e o diplomático. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 7, n. Especial, p. 1-19, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PIZA, Edith. O caminho das águas: personagens femininas negras escritas por mulheres brancas. São Paulo: **Edusp/Fapesp**, 1998.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 25-37, 1998.

RAMOSE, Mogobe. “Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana”. **Ensaios filosóficos**, v. 4, p. 6-23, 2011.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de, Centro De Estudo De Cultura Contemporânea: **Mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo**. São Paulo, 2021

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Priscila Elisabete da et al. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: **Appris**, p. 19-32, 2017.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da Cisgeneridade como normatividade. 2015.

DE JESUS SOARES, Simaria; DA FONSECA, Valter Machado. Pesquisa científica: uma abordagem sobre a complementaridade do método qualitativo. **Quaestio-Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 3, 2019.

SOUZA, Leandro Corsico; DINIS, Nilson Fernandes. Discursos sobre homossexualidade e gênero na formação docente em biologia. **Pro-Posições**, v. 21, n. 3 (63), p. 119-134, 2010.

TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa; PRADO, Marco Aurélio Máximo. As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 41-55, 2016.

VAN VALEN, Leigh. The red queen. **The American Naturalist**, v. 111, n. 980, p. 809-810, 1977.

YAMAGUCHI, Larissa Caldas Farias; JORDÃO, Rosana dos Santos. Concepções sobre Gênero: o que pensam professores de Biologia da rede pública de ensino. **XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências–XII ENPEC**, p. 1-7, 2019.

ZANELLA, Larissa et al. **Entre silêncios e resistências**: sentidos sobre gênero e sexualidade nas licenciaturas em ciências biológicas. 2018.

Apêndice A

Tabela com resumos dos trabalhos levantados

Quadro 1: Trabalhos e Resumos		
III ENEBIO - 2010		
Título	Autoria	Resumo
Livro didático, ensino de ciências e gênero: reflexões necessárias	Zaida Barros Dias; Lérica De Oliveira	O presente texto tem como objetivo examinar os papéis de gênero inscritos nas representações imagéticas de um livro didático de ciências do 6º ano, tendo como base os estudos culturais na sua vertente pós-estruturalistas e nos estudos de autores como Hall, Bordieu e Louro. No final ficou evidente que a identidade hegemônica de gênero ainda é o masculino
IV - ENEBIO - 2012		
Título	Autoria	Resumo
Grupo de estudos de sexualidade e relações de gênero no contexto escolar: uma experiência na formação inicial de professores de biologia	Sandro Prado Santos; Mônica Miguel de Paula; Fernanda Fernandes dos Santos Rodrigues	O presente trabalho procurou relatar e analisar as aprendizagens, em Sexualidades e Gêneros, de 7 futuros/as professores/as de Biologia no âmbito de um Grupo de Estudos. A pesquisa está embasada em pressupostos metodológicos qualitativos. Os dados foram coletados por meio de Roda de Conversas e analisados a partir do referencial teórico adotado. Esses apontaram que as atividades desenvolvidas no Grupo estão contribuindo na formação inicial desses/as professores/as, configurando se como um espaço de: esclarecimento de dúvidas; repensar atitudes e pré-conceitos; amenizar estereótipos; conviver com as diferenças; desinibição no diálogo familiar e entendimento do caráter interdisciplinar da sexualidade.

V ENEBIO - 2014

Título	Autoria	Resumo
Corpos dissidentes no espaço escolar: Normatizações e assujeitamentos	Sandro Prado Santos, Bruna Teixeira Castellan	Este trabalho é resultado de uma investigação dos relatos de professoras e das estratégias escolares em lidar com corpos atravessados pela gravidez, pela utilização dos piercings e pelas identidades de gêneros e orientações sexuais dissidentes dos padrões heteronormativos durante um projeto de extensão. Esses/as foram registrados/as em um caderno de bordo e analisadas segundo pressupostos metodológicos da Pesquisa Qualitativa em Educação e nos fundamentos da Análise de Conteúdo. As problematizações pautaram-se em teóricos/as que lêem os corpos escolares marcados pela normalidade. Os resultados mostraram que a presença desses corpos desestabiliza a escola e perturba a ordem, ocasionando a rejeição e a exclusão desses sujeitos, por meio das violências simbólicas e físicas. Palavras-Chave: Corpos, Gêneros, Sexualidades, Espaço escolar.
Contribuições do ensino de ciências à educação das relações étnico-raciais	Maria da Conceição Costa Melo	Este trabalho discute contribuições do Ensino de Ciências para o cumprimento da Lei 10.639/2003, pela qual o Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira é obrigatório no país e, das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, conforme Parecer CP 03/2004. Nessa perspectiva foi realizada uma oficina, no Curso de Pedagogia, na disciplina de Pesquisa de Prática Pedagógica V e Seminários, numa Universidade Pública, no Estado de Pernambuco, focada na construção das ideias científicas segundo o contexto sócio-cultural-econômico e histórico, no qual são construídas. Com base no corpus do discurso escrito, pelos futuros docentes a partir da resolução de uma situação-problema, foram constituídas duas categorias de análise: determinismo biológico e determinismo cultural. A análise aponta o Ensino de Ciência como uma prática extremamente promotora da igualdade dos sujeitos, independentemente do seu pertencimento étnico-racial. Abordagem da Ciência como uma atividade humana, sócio histórica e cultural, utilizada para interpretar a realidade, mas que não é a realidade, por meio de uma linguagem, nomeada científica, que tem se modificado ao longo de sua história, nas aulas de Ciências favorece a (des)construção de ideias arraigadas no

		<p>imaginário da sociedade brasileira, podendo contribuir dessa maneira para a Educação das Relações Étnico-Raciais.</p> <p>Palavras-chave: Formação inicial, História das Ciências, Educação das Relações Étnico-Racial.</p>
Diversidade sexual na escola: Iniciativas para o campo do ensino	<p>Roberta Ribeiro De Cicco, Eliane Portes Vargas</p>	<p>Este artigo objetiva contribuir para o ensino de ciências focalizando a diversidade sexual e a família nas ações escolares, a serem consideradas como temáticas relevantes nos processos formativos e inerentes ao contexto escolar tendo em vista o papel decisivo da escola na construção do conhecimento científico e de propostas para o enfrentamento da violência e discriminação das minorias neste espaço. As reflexões constantes da presente análise conjugam as perspectivas sociológicas e antropológicas conduzidas a partir de uma abordagem qualitativa com um levantamento realizado em documentos oficiais e/ou projetos associados à temática da diversidade sexual nas escolas, bem como a identificação de iniciativas e projetos, que fortalecem o respeito à diversidade sexual. As reflexões apresentadas abordam as atuais tentativas de implementação de propostas sobre diversidade sexual no campo do ensino, somadas às questões da participação da família nestes debates, que se refletem, por sua vez, no âmbito das políticas públicas. Coloca ainda desafios ao envolver a consideração deste novo contexto de práticas sexuais e arranjos familiares, nas propostas e projetos voltados ao cenário escolar contemporâneo. Deste modo, reafirma-se a necessária problematização em torno desta temática na tentativa de melhor compreender alguns dos elementos em jogo presentes neste debate, bem como identificar possíveis lacunas existentes nas formulações de políticas públicas com vistas às suas aplicabilidades no âmbito do ensino.</p> <p>Palavras-chaves: diversidade sexual, escola, ensino, família.</p>
"Professora, a senhora gosta de homem ou de mulher"? Olhares de um grupo de estudantes sobre uma proposta de ensino sobre	<p>Fernanda Figueredo dos Santos, Marcos Lopes de Souza</p>	<p>Este trabalho analisa os pensamentos e as opiniões de discentes sobre a realização de uma proposta de intervenção sobre corpo, gênero e sexualidade na disciplina de Ciências.</p> <p>O trabalho foi desenvolvido com 20 alunos do 2º segmento (8º e 9º ano) da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública municipal de Jequié-BA durante os meses de outubro a dezembro de 2013. A metodologia envolveu a abordagem qualitativa e os dados foram coletados</p>

corpo, gênero e sexualidade na EJA		por meio do diário de campo e do uso de questionários. Constatou-se que as ideias dos discentes em relação aos corpos foram desestabilizadas por meio da discussão sobre intersex, porém houve questionamentos em relação à sexualidade da professora pesquisadora e muitos discentes ainda se interessavam em saber sobre doenças sexualmente transmissíveis. Palavras chave: Educação sexual, gênero, ensino de Ciências, Educação de Jovens e Adultos.
Curriculo de Biologia: Planejamento e ensino do tema "diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo"	Luísa de Lemos Alves; Filipe Silva-Porto; Maria Margarida Gomes;	O presente trabalho é o relato de uma experiência de planejamento e execução de uma aula sobre o tema “Diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo”, realizada durante a Prática de Ensino no Colégio de Aplicação da UFRJ, no contexto da formação inicial de professores de Ciências e Biologia. Considerando o importante papel do currículo na construção das identidades dos alunos, a proposta da aula foi trazer os conteúdos de sexualidade e gênero a partir de uma abordagem que incluísse fatores históricos e culturais além dos conteúdos biológicos, buscando a desconstrução de preconceitos e estereótipos. A partir das reações dos alunos durante a realização da aula e da avaliação escrita posterior, consideramos que foram atingidos os objetivos propostos. Palavras-chave: biologia, currículo, gênero, prática de ensino, sexualidade
VI ENEBIO - 2016		
Título	Autoria	Resumo
Para além de menino e menina: Estratégias educativas para desconstrução do binarismo	Viviane Carnevale, Pedro Vargas, Alexandre Brauns, Jacqueline Girão,	Movimentos sociais têm ganhado cada vez mais espaço na arena social na luta por reconhecimento e direitos igualitários. Como o currículo é um campo político em que há negociação entre diferentes manifestações culturais, sendo transpassado pelo poder de discursos hegemônicos, a escola pode se transformar em um local de conflito. Ao analisar os guias curriculares, o corpo aparece recortado, descontextualizado e sem uma identidade. Pensando nas problemáticas encontradas nisso, propomos estratégias educativas que visam a desconstrução do binarismo nas questões de gênero e sexualidade no ensino de ciências naturais. Apesar de ser considerado polêmico, esse caráter dificulta a abordagem em espaços escolares, sendo preciso ultrapassar tal barreira para promover a diversidade, alteridade e respeito.

		PALAVRAS-CHAVES: corpo humano, identidade de gênero, currículo inclusivo.
Ser ou não ser: Eis as questões (de gênero)	Evanilson Gurgel de Carvalho Filho	A célebre frase de Shakespeare foi a propulsora de uma sequência didática de biologia com o objetivo de discutir questões intrínsecas à sexualidade, corpos e gêneros. Esse artigo é o relato de uma experiência que ocorreu em duas turmas do 1º ano do Ensino Médio em uma escola da rede privada da cidade de Natal/RN. Tal atividade nasceu pela necessidade de se discutir essas temáticas após observar o gosto de alguns alunos por músicas que inferiorizam a figura feminina em detrimento da masculina. Com o título de “Ser ou não ser: Eis as questões (de gênero)”, busquei suas compreensões sobre “ser homem” e “ser mulher” e trago no presente texto o resultado dessa experiência. Conclui que a maioria dos alunos relacionaram as ideias de ser homem/ser mulher atrelado à genitália inerente a cada sexo. PALAVRAS-CHAVE: gênero, sexualidade, ensino de ciências e biologia.
Gênero e sexualidade na prática docente de professores de ciências: Investigação em uma escola pública de Fortaleza	Assis Wendell Claudino Cavalcante, Erika Freitas Mota	Com tantas formas de discriminação e desigualdade, faz-se necessário discutir nas escolas temas como gênero e sexualidade. Este trabalho buscou informações do conhecimento e abordagem dos docentes de Ciências sobre o assunto. Para tanto, foram feitas entrevistas com professores de Ciências de uma escola pública de Fortaleza-CE. Os educadores foram questionados sobre sexo biológico, sexualidade, gênero e abordagem desses assuntos em aula. Eles demonstraram compreender o conceito de sexo biológico, mas se equivocaram com os termos gênero e sexualidade. A dificuldade dos professores em abordar sobre gênero e sexualidade é ainda maior dependendo da formação dos mesmos. Evidencia-se a necessidade de capacitar os docentes nos conteúdos de educação e orientação sexual. PALAVRAS-CHAVE: Temas transversais, Gênero, Sexualidade, Abordagem em Ciências.
Delineamento dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio	Bianca Araci de Figueiredo	Este trabalho teve como foco a desconstrução dos papéis de gênero com estudantes do primeiro ano do ensino médio. O tema foi trabalhado a partir de imagens representativas de características e atividades socialmente aceitas como masculinas ou femininas. A perspectiva do trabalho partiu do pressuposto de que os papéis sociais historicamente construídos para as mulheres as conduziram à invisibilidade através da segregação social, política e na ciência. Os resultados

		demonstraram forte relação entre classe social e papéis de gênero, de modo que a segregação de espaços prevalece até os dias atuais e há grande necessidade em discutir a construção social das identidades e dos papéis de gênero dentro das escolas. PALAVRAS-CHAVE: papéis de gênero, atividades, invisibilidade, classe social e espaços
Tópicos de Genética numa perspectiva CTS: As contribuições e limites de uma sequência didática para o 3º ano do ensino médio	Raviéllen Vieira Barros, Paulo Marcelo Marini Teixeira, Ana Lúcia Biggi de Souza	O artigo trata de uma pesquisa de natureza interventiva, realizada com o objetivo de avaliar as contribuições e limites de uma sequência didática com conteúdos de Genética e estruturada conforme os referenciais do Enfoque CTS (Ciência, Tecnologia, Sociedade). O trabalho foi realizado junto a 12 alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola estadual no município de Jequié/BA. A sequência teve por título “Nossos genes, nossas escolhas” e teve duração total de 28 horas, com aulas ministradas em forma de um minicurso. Os resultados obtidos foram analisados considerando-se categorias específicas a fim de que pudéssemos identificar os aspectos positivos e negativos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos. PALAVRAS-CHAVE: Sequência Didática, Ensino de Biologia, Movimento CTS, Genética
Refletindo sobre os corpos: A importância da fundamentação teórica em sexualidade para formação docente em Biologia	Paulo Ricardo Santos de Sousa, José Roberto Feitosa Silva	Corpos, gêneros e sexualidades são termos usados na escola quando se fala sobre educação sexual para esclarecer a diferença entre sexo biológico e identidade sexual. Educador@s devem possuir um bom embasamento teórico ao abordar esse assunto com seus alun@s, para lidar com diversas problemáticas. O Projeto “Corpos: Expressões e Impressões” foi iniciado pelo PIBID Biologia UFC e trabalhado na EEM Liceu do Conjunto Ceará com outros PIBIDs, de forma interdisciplinar, através de quatro oficinas. Uma destas, retratada neste texto proporcionou o esclarecimento de dúvidas d@s alun@s e a reflexão de suas concepções sobre o tema, além de ter fornecido uma experiência interdisciplinar para @s ministrantes, que compartilharam experiências a partir de diferentes formações disciplinares. PALAVRAS-CHAVE: corpo humano; gêneros; sexualidades; identidade sexual; formação docente.
Queimando livros e currículos: considerações	Alexandre Luiz Polizel,	O pensar políticas públicas é refletir sobre as eleições de saberes dados como formativos, e os artefatos que garantem a implementação destes como verdades em meio às tradições inventadas.

sobre a histeria neofundamentalista nas discussões de sexualidade e gênero	Fabiana Aparecida de Carvalho	O presente ensaio teórico discute as influências neofundamentalistas e conservadoras junto às questões curriculares de gênero e diversidade sexual. São trazidas as intervenções dos Planos Nacionais e Estaduais de Educação, como, também, a influência de discursos conservadores em artefatos culturais, entre eles, o livro didático. Destaca-se o plano de tensões e de correlações de forças entre a imposição de regras e normatividade e a visibilidade de pessoas LGBTs com a pretensão de se contribuir para esclarecimentos e para a educação para sexualidades nas escolas. PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Sexualidades; LGBTs; Currículos, Livros didáticos.
Enlaces em conceito de gênero, formação docente e ensino de biologia	Neilton dos Reis, Lana Claudia de Souza Fonseca, Raquel Pinho	Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa que analisou práticas pedagógicas realizadas no Ensino de Biologia acerca das temáticas de gênero e sexualidade. Os resultados aqui elencados e discutidos concernem a entrevistas com quatro professoras de Biologia do Ensino Médio do Rio de Janeiro sobre suas conceituações de gênero e sexualidade, bem como sobre a relação dessas conceituações com o campo teórico e suas formações docentes. Objetivamos, assim, suscitar uma reflexão que relacione a formação docente aos saberes docentes da área de gênero e sexualidade. Apostamos que debater as tais temáticas no âmbito das licenciaturas em Biologia pode auxiliar na compreensão sobre identidade e diferença, e no posterior trabalho nas salas de aula. PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Saber docente; Formação docente; Ensino de Biologia
Oficina sobre infecções sexualmente transmissíveis e sexualidade para adolescentes: um relato de experiência	Adriane Barreto Gôngora, Heloisa Santos Silva	O presente trabalho descreve as experiências adquiridas em uma oficina desenvolvida com adolescentes do Ensino Médio, a qual retrata a temática “Infecções Sexualmente Transmissíveis e Sexualidade”. Para tanto, fez-se o uso de questões pertinentes ao tema no âmbito biológico e cultural, incluindo comportamentos, crenças e tabus. Espera-se que essa experiência possa embasar novos trabalhos que abordam os saberes: IST’s, sexualidade, gênero e orientação sexual na escola, visando problematizá-los para gerar reflexões e para propor uma visão mais positiva de sexualidade. PALAVRAS-CHAVE: Infecções Sexualmente Transmissíveis. Sexualidade. Escola.
Processos de subjetivação no ensino de ciências: A	Helane Súzia Silva dos Santos,	Neste trabalho, fragmentos do episódio “Tá Miss Estranhando?” do desenho animado “Os pinguins de Madagascar” são utilizados para pensar sobre o uso destas mídias no ensino de

<p>sexualidade para além do sexo biológico no desenho animado "Os pinguins de madagascar"</p>	<p>Maria dos Remédios de Brito, Carlos Augusto</p>	<p>ciências. A principal questão levantada é: que processos de subjetivação referentes à sexualidade estão sendo reforçados no ensino de ciências? A ciência reforça o discurso de que o comportamento relacionado ao que é ser “fêmea” ou ser “macho” deve ser dado a partir da determinação do sexo biológico, colocando-se como produtora da “verdade” sobre a sexualidade. Dessa maneira, torna-se necessário fomentar outras discussões sobre o corpo e os processos de subjetivação no ensino de ciências, pensar outras possibilidades sobre as configurações de ser, estar e vivenciar os desejos que extrapolam os conhecimentos biológicos. PALAVRAS-CHAVE: Ensino de ciências. Sexualidade. Processos de subjetivação.</p>
<p>Concepções de professores de ciências e biologia do município de Maringá, Paraná, sobre transexualidade</p>	<p>Naomi Neri Santana, Alexandre Luiz Polizel, Eliane Rose Maio</p>	<p>Objetivamo-nos em discorrer sobre as representações de professores/as de Ciências e Biologia sobre a temática transexualidade. Entrevistamos, por meio de questionário semiestruturado contendo quatro questões abertas, doze professores/as atuantes na rede pública de ensino do município de Maringá, Paraná. Após entrevistas, realizamos análise de discurso das respostas. Evidenciamos que o professorado compreende uma linearidade entre sexo-gênero-sexualidade, determinada de maneira essencialista pela biologia dos corpos. Entre os/as entrevistados/as estes/as desconhecem qual pronome de tratamento utilizar, e consideram não conhecer pessoas trans* por não conviverem nos mesmos espaços. Vemos assim uma defasagem na formação de professores/as e nos currículos no que tange a temática transexualidade. PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade; Transexualidade; Gênero; Formação Docente; Concepções.</p>
<p>Adolescência E Ritos De Passagem: Considerações Sobre Sexualidade Nos Livros Didáticos</p>	<p>Alexandre Luiz Polizel; Mateus Oka; Eliane Rose Maio</p>	<p>Objetivamo-nos à investigar as representações sobre corpos e sexualidade presente nos livros didáticos de Ciências. Foram analisados, sob a perspectiva de análise de conteúdo, capítulos sobre sistemas reprodutor/sexual em seis livros do oitavo ano do Ensino Fundamental da rede pública de Maringá, Paraná. As representações designadas pelos livros mostraram-se normativas, reiterando uma sexualidade reprodutiva, genital, cromossômica, heterossexual e binária sob o discurso da neutralidade científica. O viés preventivo dos conhecimentos acerca da sexualidade foca-se no campo da adolescência, construindo essas identidades e subjetividades de maneira a disciplinar esses corpos. Questionamos em que medida os livros didáticos e o saber docente estão comprometidos com a regulação e não com a ética.</p>

<p>As Biopolíticas Para Os Seres E Para As Coisas: O Corpo Sob Diferentes Atravessamentos</p>	<p>Adalberto Ferdnando Inocêncio; Fabiana Aparecida de Carvalho; Alexandre Luiz Polizel ; Tamires Tolomeotti Pereira; Mateus Oka de Farias; Naomi Neri</p>	<p>O presente trabalho, na forma de relato de experiência, considera como os estudos de Michel Foucault nos levaram a (re)pensar alguns atravessamentos nas áreas de conhecimento e, principalmente, as produções de enunciados discursivos e posicionamentos epistêmicos nas ciências biológicas e suas interfaces com as políticas e as humanidades. Com o aporte teórico de alguns conceitos foucaultianos, pretende-se colocar em evidência o corpo sob o crivo analítico que serviu de base para discussões que compuseram um ciclo de estudos e um evento acadêmico no ano de 2015. A noção de episteme teorizada foi de fundamental importância para visibilizar os contornos dos modos com que algumas biopolíticas arregimentaram esse corpo em novos sentidos produtivos. Palavras-chave: Corpo; Discurso; Episteme; Biopolíticas.</p>
<p>Currículo De Biologia: Planejamento E Ensino Do Tema ‘diversidade De Comportamentos Sexuais E Sociais Ligados Ao Sexo’</p>	<p>Luísa de Lemos Alves; Filipe Silva-Porto; Maria Margarida Gomes;</p>	<p>O presente trabalho é o relato de uma experiência de planejamento e execução de uma aula sobre o tema “Diversidade de comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo”, realizada durante a Prática de Ensino no Colégio de Aplicação da UFRJ, no contexto da formação inicial de professores de Ciências e Biologia. Considerando o importante papel do currículo na construção das identidades dos alunos, a proposta da aula foi trazer os conteúdos de sexualidade e gênero a partir de uma abordagem que incluísse fatores históricos e culturais além dos conteúdos biológicos, buscando a desconstrução de preconceitos e estereótipos. A partir das reações dos alunos durante a realização da aula e da avaliação escrita posterior, consideramos que foram atingidos os objetivos propostos. Palavras-chave: biologia, currículo, gênero, prática de ensino, sexualidade</p>
<p>Educação Para As Sexualidades, Os Gêneros E As Diferenças: Para Além Da Biologia, As ‘biopolíticas’ Atuais</p>	<p>Fabiana Aparecida de Carvalho</p>	<p>Discutem-se, neste ensaio, alguns atravessamentos junto à educação para as sexualidades, os gêneros e as diferenças, destacando a centralidade dessas questões para se pensar discursos e dispositivos presentes em currículos, discussões políticas e contextos educacionais. Na reflexão, problematizam-se biopolíticas (domínio do corpo por táticas de governo) que irão determinar o que é aceito ou não e por em circulação representações sobre</p>

		<p>corpo, sexos, identidades, subjetividades, desejo e relações humanas. As explicações biologizadas são criticadas como conhecimentos hegemônicos que contribuíram na construção de significados binários, masculinistas e sexistas. A discussão de gêneros e sexualidades como relacionais desestabiliza a fixação sexo/gênero e requer posicionamentos que contemplem direitos e visibilidades.</p> <p>Palavras-chave: Sexualidades; Gêneros; Biopolíticas; Políticas Educacionais; Currículos.</p>
<p>Educação Em Ciências, Inclusão E Diversidade: Diálogos em Construção.</p>	<p>Lana Claudia de Souza Fonseca; Allan Rocha Damasceno</p>	<p>Realizamos uma reflexão inicial sobre as relações entre Educação em Ciências e diversidade, apresentando uma síntese das atividades realizadas, em nível de graduação e pós-graduação, por dois grupos de estudos e pesquisas em uma Universidade Federal no estado do Rio de Janeiro. Com base nas reflexões realizadas encontramos pistas de que a área vem tratando a questão da diversidade e da inclusão ainda numa perspectiva limitada, que acaba por reproduzir a lógica hegemônica presente na construção do conhecimento científico. Percebemos a dificuldade em encontrarmos na área referenciais teórico-metodológicos sobre a diversidade e a inclusão, o que nos revela uma superficialidade epistemológica no que diz respeito à forma como a área assumiu essa discussão. Propomos um aprofundamento no diálogo entre a Educação em Ciências e as questões relativas à diversidade e à inclusão no sentido de (re)pensarmos epistemologicamente a área.</p> <p>Palavras-chave: Diversidade, inclusão, Educação em Ciências</p>
<p>Ensino De Biologia E Gênero: O Que Dizem As Narrativas Não-Binárias?</p>	<p>Neilton dos Reis; Raquel Pinho</p>	<p>Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa que visou o levantamento e análise de práticas pedagógicas realizadas no Ensino de Biologia acerca das temáticas de gênero e sexualidade. Os resultados aqui elencados e discutidos concernem a entrevistas com jovens estudantes e egressos do Ensino Médio do Rio de Janeiro que possuem identidades não-binárias para o gênero e suas percepções acerca das aulas de Ciências e de Biologia, bem como das experiências de discriminações relacionadas a tais diferenças vividas no ambiente escolar. Objetivamos, assim, suscitar uma ação reflexiva que relacione as aulas de Ciências e Biologia com a diversidade trazida por tais estudantes.</p> <p>Palavras-chave: Gênero; Diversidade; Discriminação; Ensino de Biologia</p>

<p>Gênero, Sexualidade E Formação Docente: Reflexão E Não Diretividade Para Construção Da Autonomia</p>	<p>Hylío Laganá Fernandes; Bianca Araci de Figueiredo</p>	<p>Este trabalho apresenta como principal foco a formação do professor, foi desenvolvido durante atividades de estágio supervisionado e partiu das experiências vivenciadas por uma licencianda ao abordar temáticas de gênero e sexualidade na escola. As reflexões aconteceram em dois níveis: o primeiro situado nas vivências e problematizações na escola com os jovens, que serviu como base empírica para as reflexões; o segundo nível foi a reflexão sobre a própria formação. O marco teórico pautou-se pela não-diretividade das ações, considerando nesse processo os saberes forjados na experiência e a reflexão sobre e na ação. Os resultados apresentam-se consistentes e coerentes com a proposta humanista adotada, contribuindo de forma decisiva na construção da autonomia. Palavras-Chave: Formação Docente, experiência, genero/sexualidade e autonomia</p>
<p>Saberes Docentes E As Questões De Gênero No Ensino De Biologia</p>	<p>Vinícius Bastos; Colussi</p>	<p>Pesquisas que se dedicam à investigação das relações de gênero presentes na Educação em Ciências problematizam, entre outras coisas, os motivos pelos quais a Educação Científica supostamente não despertaria o interesse de jovens mulheres por carreiras científicas e tecnológicas. Diversas podem ser as razões, como: a imagem masculina atribuída historicamente às Ciências, o desconhecimento das carreiras científicas, os modos tradicionais de ensinar Ciências, e a dificuldade em identificar e trabalhar pedagogicamente com essas questões. Assim, que Saberes Docentes são necessários para efetivar um trabalho pedagógico considerando questões de gênero no Ensino de Biologia? Meu objetivo foi investigar tais saberes. Como resultado, construí uma tipologia desses saberes e destaquei nesta base a importância dos Conhecimentos do Conteúdo, Pedagógicos Gerais e Pedagógicos do Conteúdo. Palavras-chave: Saberes Docentes; Questões de Gênero; Ensino de Biologia, Formação Docente.</p>
<p>Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Regionais De Ensino De Biologia Rj/Es (2001-2015)</p>	<p>Raquel Pinho; Felipe Bastos;</p>	<p>Este trabalho objetiva compreender os sentidos da sexualidade nas sete edições do Encontro Regional de Ensino de Biologia (EREBIO) da Regional II RJ/ES. Todos os títulos de comunicações orais e pôsteres foram lidos e triados. Selecionamos os que continham termos relacionado à temática, tais como sexo, gênero, DST, gravidez e outros. Concluímos que a sexualidade ainda é um tema pouco expressivo, representado por cerca</p>

		<p>de 3% de trabalhos aprovados. Estes trabalhos foram majoritariamente escritos por autoras mulheres, de universidades públicas, submetidos à categoria Pesquisa Acadêmica e relacionados ao Ensino Fundamental. Praticamente todos apresentaram aspectos biológicos, mas também verificamos abordagens socioculturais, psicológicas e éticas.</p> <p>Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; EREBIO</p>
<p>Aprendendo Com Modelos: A Turma Da Mônica E Suas Famílias</p>	<p>Marcos Allan da Silva Linhares; Ailson Nunes Sales; Sandra Nazaré Dias Bastos;</p>	<p>O objetivo deste trabalho foi investigar e mapear discursos que determinam e normalizam modos de existência para a família e os papéis que desenvolvem em sociedade. Para isso tomamos como corpus de pesquisa histórias em quadrinhos da Turma da Mônica. Nesse universo as famílias invariavelmente são constituídas por pai, mãe e filhos. Enquanto as mulheres são representadas como o “sexo frágil” por serem emotivas e cuidadoras, os homens constituem o “sexo forte” por serem racionais, provedores e protetores. Ao trazer esses recortes nossa intenção é tensionar representações que de tão acomodadas nos são invisíveis. Com isso é possível traçar linhas de resistência através de um posicionamento crítico e atento às formulações que sutilmente tendem a nos engessar em identidades fixas.</p> <p>Palavras chave: Pedagogia Cultural, Mídia, Histórias em Quadrinhos, Família.</p>
<p>“Diversidade No Âmbito Escolar: Diferentes Perspectivas Na Formação Docente”</p>	<p>Renata Alexandre Bianchi; Letícia Benavalli; Letícia Silveira Barcelos; Lúcia de Fátima Estevinho Guido</p>	<p>Este texto tem como finalidade relatar a experiência a partir da oficina “Diversidade: que não se permita o fundo vermelho” realizada em uma Escola Municipal na cidade de Uberlândia, MG. A prática teve como intuito a construção de temas sobre intolerância de gênero, étnico racial e cultural, valorizando assuntos que aproximam os(as) estudantes dos processos sociais e culturais. A utilização de estratégias e recursos didáticos como jogos e vídeos foram instrumentos facilitadores da aproximação dos(as) estudantes da educação básica com a temática abordada. A oficina é parte do trabalho desenvolvido na disciplina de Biologia e Cultura de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas.</p> <p>Palavras-chave: Diversidade, Culturas; Formação Docente;</p>
<p>VII ENEBIO - 2018</p>		

Título	Autoria	Resumo
<p>Problematizando os Padrões de Gênero e Sexualidade disseminados na sociedade: Uma experiência no ensino fundamental II no âmbito do PIBID</p>	<p>Rafael Pelletti Fidelis Lopes, Ana Luisa Luisi Vieira, Tatiane Maris Gorska Falconi, Aline Nair Mende Costa.</p>	<p>Esse é um relato de experiência sobre uma sequência didática investigativa, que trabalhou os temas gênero e sexualidade. O trabalho se dá no contexto do PIBID, subprojeto Biologia, e conta com a participação de seis licenciandos e uma professora supervisora. Aprendemos como fenômenos sociais podem ser trabalhados de forma investigativa da mesma forma que fenômenos naturais. Nosso trabalho envolveu o desenvolvimento de uma Sequência Didática Investigativa sobre gênero e sexualidade. Buscamos através de perguntas e problemas definir o que é gênero, identificar a desigualdade de gênero, a influência da cultura sobre a orientação sexual, e questionar os valores que estão inseridos nas músicas presentes no cotidiano das estudantes. PALAVRAS CHAVE: Ensino por Investigação; PIBID; Sexualidade; Gênero.</p>
<p>Conceitos de Sexualidade: A percepção de escolares concluintes da educação básica de instituições públicas e privadas residentes em Belém, Pará</p>	<p>Yuri Cavaleiro De Macêdo Coelho Gleice Carla Silva de Castro, Letícia Siqueira Moura, Maria Vasconcelos</p>	<p>A sexualidade humana é um tema cercado de dúvidas e tabus. O objetivo desta pesquisa é analisar a percepção de estudantes concluintes do Ensino Médio sobre seis conceitos relacionados à sexualidade. Assim, 48 estudantes, de quatro escolas, responderam a um questionário. Destes, 66% eram do sexo feminino e 50% estudavam em escolas particulares. Os respondentes que mais reconhecem os conceitos são mulheres, estudantes da rede privada e menores de 18 anos. Transexualidade e gênero foram os conceitos que tiveram maior e menor frequência de respostas apropriadas, respectivamente. Indivíduos que tiveram contato com os conceitos durante todas as etapas da educação básica reconheceram com maior frequência os conceitos. É possível concluir que ainda há desinformação acerca de conceitos básicos relacionados à sexualidade. PALAVRAS-CHAVE: Orientação Sexual. Temas Transversais. Ensino.</p>
<p>Contribuições pedagógicas por meio da parceria LESEX com CEFET RJ no ensino integrado de nível médio de Biologia</p>	<p>Jorge Luiz Silva de Lemos, Thamiris Henrique de Oliveira,</p>	<p>Reprodução, infecções sexualmente transmissíveis, anatomia e, mais atualmente, as questões contemporâneas sobre sexualidade perpassam o ensino de biologia e demandam do professor conteúdos que pouco são vistos durante sua formação. Entendendo isso como uma questão de grande relevância para a formação de professores, a LESEX articula o tripé acadêmico para fomentar essas discussões dentro e fora do curso de ciências biológicas. Para viabilizar esses</p>

	Beatriz dos Santos Melo, Thainá Gúlias Oliveira	objetivos a LESEX e o CEFET-Maracanã montaram um projeto que visa levar as produções universitárias de forma adaptada em atividades práticas voltadas para alunos do ensino médio. Essa experiência possibilitou a criação de um ambiente dentro de sala de aula no qual os alunos se sentissem mais livres para discutir sobre sexualidade. PALAVRAS-CHAVE: LESEX; ensino de biologia; educação sexual
Uma análise da disciplina de metodologia do ensino de Biologia da Universidade Federal de Lavras-MG na formação inicial de professores de biologia	Augusto Antonio de Paula Paulo Antônio de Oliveira Temoteo Antonio Fernandes Nascimento Junior	O presente trabalho traz discussões acerca da formação inicial de professores a partir da realização de uma avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino de Biologia do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Lavras-MG. Este texto busca contribuir para uma reflexão sobre o atual contexto em que a formação docente está inserida. Para a realização da análise deste trabalho foi utilizado a categorização, método derivado da análise de conteúdo. A análise foi feita a partir do registro escrito dos alunos. A partir da realização da análise foi possível perceber que a disciplina contribuiu de forma significativa na formação inicial dos licenciandos, preparando-os para enfrentar as contradições que existem nas escolas. PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial de professores, Metodologia de Ensino, Ensino de Biologia, Ensino de Genética.
Ensino de Ciências e Biologia, qual seu partido? Entre (Alinha)mentos e Fugas	Sandro Prado Santos, Matheus Moura Martins	A composição de corpos, gêneros e sexualidades aviva disputas do Movimento Escola Sem Partido (MESP). O debate coloca sob ameaça, no espaço escolar, as disciplinas de Ciências e Biologia. O propósito do texto foi, a partir de pesquisas realizadas com professores, problematizar: Ensino de Ciências e Biologia, qual o seu partido? O Ensino de Ciências e Biologia é colocado como um território onde a teia do poder ora conecta as prescrições do MESP, ora introduz linhas de fuga em suas formações conservadoras. As pesquisas apontaram que a institucionalização das manobras legislativas já encontram-se em operação na escola. Nossa aposta tem sido nas potencialidades e agências das experiências Trans para esburacar as invenções de corpo, gênero e sexualidade assentada na racionalidade do MESP. PALAVRAS-CHAVE: 'Ideologia de Gênero'; Direitos Humanos; Ensino de Biologia
Papéis sociais de gênero e perspectivas da participação	Bianca Araci de Figueiredo,	Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, o mercado de trabalho passou por grandes transformações. A inserção e o crescimento da participação feminina foi uma das

<p>da mulher no mercado de trabalho: avanços e possibilidades</p>	<p>Hylío Laganá Fernandes</p>	<p>mudanças sociais mais significativas já ocorridas. Entretanto, em algumas atividades, assim como em cargos de destaque, a presença das mulheres é rara e o enfrentamento de discriminações é grande. Esse trabalho buscou discutir percepções de estudantes sobre diferentes possibilidades de carreiras para mulheres e homens. A pesquisa foi realizada com estudantes de 16-18 anos de uma escola periférica do interior de São Paulo. Foi observado que a aprendizagem cultural de diferenciação dos papéis sociais de gênero impacta a vida profissional das mulheres por meio de restrições e direcionamento das escolhas. PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho. Mulheres. Papéis sociais. Gênero</p>
<p>Sexo, sexualidade, educação sexual, orientação sexual e diversidade sexual: Análise das produções no ensino de biologia</p>	<p>Cristiano Figueiredo dos Santos Vera de Mattos Machado</p>	<p>Algumas das entradas para a discussão da sexualidade no contexto escolar parecem ser as disciplinas de ciências e biologia. O objetivo deste trabalho foi o de analisar as produções sobre as temáticas do sexo, da sexualidade, da educação sexual, da orientação sexual e da diversidade sexual na Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia no período compreendido entre 2007 e 2017. Os resultados indicam que a produção é relativamente escassa, além de concentrada em algumas instituições e regiões do país. Apesar disso, parece haver uma tendência de crescimento no volume de publicações, que se mostrou majoritariamente vinculado a instituições públicas de ensino superior, muito provavelmente em razão dos programas de pós-graduação. PALAVRAS-CHAVE: Discurso, Documentos, Ciências.</p>
<p>Mediação de professores de um cursinho popular: a abordagem do conceito de biodiversidade por meio de discussões de gênero e orientação sexual</p>	<p>Rúbia Amanda Guimarães Franco, Danilo Seithi Kato</p>	<p>Este relato de pesquisa consiste em um recorte de uma dissertação de mestrado, que no contexto de um cursinho popular que trabalha com métodos alternativos de ensino, e tem como objetivo compreender como ocorre o processo de mediação dos professores e de que maneira emergem discussões acerca da Biodiversidade. Para essas discussões partimos dos referenciais que discutem a Educação popular e a abordagem intercultural de educação. Adotamos uma abordagem qualitativa, em uma perspectiva etnográfica com ênfase na análise do cotidiano escolar. Para a construção dos dados, foram utilizados os registros do caderno de campo, trechos de interações verbais entre alunos e professores obtidos por meio de gravações. Os resultados evidenciam de que maneira no processo de mediação o conceito de Biodiversidade emergiu no decorrer da aula, a partir da interações entre os professores-alunos, por meio de discussões sobre</p>

		gênero e orientação sexual. PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular, Mediação de Professores, Biodiversidade.
"Coisas que garotos devem saber": Sexualidade e subjetivação no ensino de ciências e biologia	Dhemersson Warly Santos Costa, Carlos Augusto Silva e Silva	Este artigo almeja fomentar o debate sobre os processos de subjetivação no ensino de ciências no que se refere à sexualidade a partir do livro “Coisas que garotos devem saber”. O problema que se desvela nesta pesquisa é: que processos de subjetivação estão sendo reforçados, a cerca da sexualidade, nos artefatos pedagógicos utilizados como facilitadores para o ensino de ciências? O artefato analisado apresenta uma teia de discursos científicos que reduzem a sexualidade a meras concepções anatômicas e fisiológicas do corpo, negando todas as possibilidades de existência fabricadas em uma sala de aula e, emitindo signos de verdade que todos os garotos devem saber, naturalizar e reproduzir, demonstrando todo o seu potencial de pedagogização e formação de sujeitos. PALAVRAS-CHAVE: Subjetivação; Sexualidade; Ensino de Ciências.
A Sexualidade pode ser trabalhada em sala de aula? O que dizem os documentos educacionais oficiais brasileiros?	Wellington Soares de Lima, Fernanda Aparecida Meglhioratti, Lourdes Aparecida Della Justina	Discute-se na sociedade de quem é a responsabilidade de se debater sexualidade, sendo protagonistas a escola e a família. Tendo em vista que muitos professores trabalham o tema em sala de aula, procurou-se investigar o que trazem os documentos educacionais oficiais brasileiros sobre a sexualidade e o ensino da mesma. Para tanto, analisou-se documentos normativos educacionais da esfera federal que estão presentes na construção dos planos e planejamentos curriculares escolares do Ensino Fundamental e Médio. Observou-se que as leis não abordam sobre o ensino da sexualidade e os documentos educacionais apresentam as discussões em todos os níveis de ensino pesquisados. Evidenciou-se que os professores e as escolas têm autonomia ao trabalhar a sexualidade em sala de aula. PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual; Identidade de Gênero; Educação Básica; Legislação Educacional.
A Questão Étnico-Racial No Ensino De Ciências E Biologia: Soluções Possíveis	Angelo Tenfen Nicoladeli; Eloisa Alves de Sousa	As novas diretrizes curriculares têm proposto um ensino que abarque e valorize a diversidade, o respeito e o combate às desigualdades étnico-raciais. Desta forma, este trabalho busca refletir e evidenciar o caráter eurocêntrico e racista que historicamente a construção do conhecimento humano tem demonstrado, e como tal construção tem influenciado o ensino de ciências e biologia. A análise do currículo de formação de professores de Ciências Biológicas da UFSC, denota que, em disciplinas de formação geral pouco se discute a relação entre ciência e

		<p>sociedade sob a ótica da história e da filosofia da biologia e suas consequências político-sociais. Este trabalho apresenta uma proposta de aula sobre racismo científico que ousa desconstruir a neutralidade da ciências e explorar as formas como a ciência reforçou e reforça o racismo. Por fim, reforçamos que é necessário que se faça uma reflexão consciente sobre a história da biologia enquanto ciência, sobre o ensino desta nas escolas e sobre a formação dos professores de biologia dentro das universidades para que novas formas de ensinar sejam efetivas e ofereçam possibilidades reais de transformação do ambiente escolar.</p>
Jogo didático para Educação Sexual	<p>Caroline Pinheiro da Silva; João Victor Robles Rosa; Hylio Laganá Fernandes;</p>	<p>Apesar de ser considerado tema transversal pelo MEC, a sexualidade ainda é tabu em nossa sociedade, enfrentando diversos obstáculos em sua abordagem dentro de sala de aula, os quais foram notados na escola em que o projeto foi realizado. Para facilitar a abordagem deste tema, foi produzido um jogo didático sobre educação sexual baseado em um jogo já presente no mercado, chamado Perfil. Para que o jogo estivesse dentro da realidade dos educandos, estes foram protagonistas em seu processo de produção. O projeto necessitou de diversos recursos didáticos e estratégias pedagógicas para sua execução. Com a produção do jogo foi possível observar a concepção de educação sexual presente nos educandos, bem como os avanços obtidos com as aulas e discussões que ocorreram durante a execução do projeto. Palavras-Chave: Sexualidade, Escola, Jogo, Tema, Comunidade, Pibid.</p>
Universidade das crianças: Ciência, Gênero e a produção da normalidade	<p>Juliane dos Santos Amorim; Débora D'ávila Reis; Francisco Ângelo Coutinho</p>	<p>A proposta deste trabalho foi pautada em estudo realizado durante a disciplina de pós-Graduação intitulada Ecologia das Práticas Científicas (2017.1) na Faculdade de Educação (FaE) da UFMG. Interessa-nos, sobretudo, discutir a participação da ciência moderna na constituição dos padrões normativos de gênero. Tivemos como objeto de análise um banco de perguntas apresentadas por crianças (8-13 anos) dentro do projeto de extensão Universidade das Crianças UFMG. As perguntas selecionadas supostamente revelam a preocupação das crianças com a padronização e fisiologia do corpo feminino/masculino e também questões relacionadas ao gênero, essas questões</p>

		foram discutidas à luz dos ensinamentos da autora Isabelle Stengers e outras autoras que discutem ciência moderna. PALAVRAS-CHAVE: Padrões normativos; Ciência; Gênero; Feminino
Diversidade E Educação Em Ciências: O Estado Da Arte Das Pesquisas (2013-2017)	Bruno Batista Cassiano; Danilo Mota Gomes; Julia Bomfim Caetano; Nadjara de Medeiros Corrêa; Lana Claudia de Souza Fonseca	Pensar a diversidade é essencial à Educação em ciências, pois ela se apresenta no cotidiano dessa área do conhecimento sob diferentes formas; nas relações entre alunos e com os professores, nas questões de gênero, raciais ou religiosas. Entender como os pesquisadores pensam e enxergam é necessário para estabelecer uma discussão epistemológica aprofundada, bem como elaborar metodologias que permitam uma reflexão crítica da realidade. O presente trabalho propõe uma reflexão do modo como o tema é abordado por nós e como podemos, a partir dos resultados aqui apresentados, repensar nosso trabalho a fim de contribuir para, não só o entendimento da amplitude e importância desse tema, mas também para evidenciar pontos que são tratados, quase, como invisíveis em nossa rotina, acadêmica e escolar. Palavras-chave: Biodiversidade, Estado da arte, Reflexão, Pesquisa.
Abordagem Sobre Sexualidade No Contexto escolar Na visão dos adolescentes	Luciana Sirqueira Viana; Osalina da Silva Nascimento; Charlyan de Sousa Lima Andréa Martins Cantanhede;	Este trabalho objetivou analisar a forma que a sexualidade vem sendo abordada numa escola pública em Chapadinha-MA. Foi possível observar que a sexualidade nem sempre é comentada pelos professores na escola, poucos pais conversam sobre o tema com seus filhos e que alguns alunos não se sentem à vontade para expressar suas dúvidas sobre o tema. Identificamos muitos relatos preconceituosos associados a visões de estereótipos binários num discurso de “normalidade”. É necessário romper com a visão homogeneizadora promovendo práticas educativas a partir de situações em que seja possível o reconhecimento entre os diferentes promovendo relações interculturais positivas. Nesse sentido, a escola é um espaço privilegiado para construção e desconstrução das dúvidas e ansiedades dos adolescentes. Palavras-chave: Educação sexual, Tabu; Escola.
Educação Antirracista E Das Relações	Luana Maria de Oliveira Ferreira;	Este trabalho trata da educação antirracista no ensino de Ciências e Biologia e objetiva analisar as atividades desenvolvidas por um subprojeto PIBID da Universidade Estadual do Piauí entre 2015 a 2017.1 através de estudo documental dos planejamentos. As atividades planejadas são de

<p>Étnico-Raciais No Ensino De Ciências E Biologia: Uma Análise Das Atividades Do Pibid Interdisciplinar Travessias Atlânticas</p>	<p>Rebeca Hennemann Vergara de Souza</p>	<p>caráter lúdico e diferenciado de metodologias tradicionais e multidisciplinares. Apesar dos limites estruturais dos planejamentos, conclui-se que eles indicam que é possível adotar a perspectiva antirracista e das relações étnico-raciais no ensino de Ciências e Biologia de forma interdisciplinar. Palavras-chave: Ensino de Ciências e Biologia. Planejamento. Relações étnico-raciais. PIBID.</p>
<p>Cinema Na Escola: Roteiros Para Discutir Gênero, Sexualidade, Etnia E Muitas Outras Coisas...</p>	<p>Ailson Nunes Sales; Sandra Nazaré Dias Bastos;</p>	<p>O cinema tem se reafirmado com uma enorme potencialidade como recurso pedagógico em sala de aula. Visando isso, este trabalho se propôs a pensar o cinema não apenas como recurso didático ou fonte de entretenimento, mas como uma forma de pensamento que produz discursos, institui regimes de verdade fabricando sujeitos. Objetivando estimular a educação visual de jovens alunos e de fomentar discussões a respeito dos temas: sexualidade, gênero, etnia e raça nas escolas, apresentamos os filmes acompanhados de um roteiro para auxiliar a implementarem por meio do cinema discussões que levem à adoção de valores e atitudes direcionados a eliminação preconceituosas que tem justificado práticas de discriminação e exclusão de determinados grupos (negros, pobres, mulheres, homossexuais, etc.). Palavras chave: Ensino de Ciências, Mídia; Subjetivação.</p>
<p>Povoando O Ensino De Biologia: Conexões E Linhas (In) Suspeitadas Com As Experiências De Pessoas Trans</p>	<p>Sandro Prado Santos</p>	<p>As marcas no campo dos ENEBIO's têm mostrado uma produção pouco engajada nas discussões das experiências de pessoas trans alinhavadas com o Ensino de Biologia. Instala-se um ruído, pois as questões que atravessam tais experiências permanecem sendo ensinadas na escola. Isso me instigou a fazer outras criações no Ensino de Biologia com uma pesquisa de doutorado na área de Educação que aposta no encontro do que chamo Ensino de Biologia-experiências de pessoas trans. Aqui apresento elementos que compuseram um caminhar entre os emaranhados discursivos dos ENEBIO's e EREBIO's. Cartografei silenciamentos, durezas, bem como sinalizações de fissuras, experimentações, deslocamentos, racionalidades e tensões criativas que estão sendo produzidas no encontro com o ensino de Biologia. Palavras-chave: Ensino de Biologia; Transexperiências; linhas de fuga.</p>

	<p>Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Nacionais De Ensino De Biologia (2005-2016)</p>	<p>Raquel Pinho; Felipe Bastos</p>	<p>Este trabalho objetiva compreender os sentidos da sexualidade nas seis edições do ENEBIO. Os 2517 trabalhos foram triados através de ferramentas digitais de busca, tendo sido selecionados 100, que se encaixam no recorte desejado: temáticas relativas a sexualidade, tais como sexo, gênero, DST, gravidez. Concluímos que a sexualidade é uma temática em consolidação, pois sua participação aumenta ao longo dos anos. Os trabalhos foram majoritariamente escritos por autoras mulheres, de universidades públicas. De modo geral, as pesquisas têm como foco estudantes e professoras da educação básica, principalmente o ensino fundamental. Quantitativamente, a abordagem sociológica supera a biológica. Também foram analisadas abordagens psicológicas e éticas nos trabalhos. Palavras-chave: Sexualidade; Gênero; ENEBIO</p>
--	--	--	---

Apêndice B

Tabela com descrição dos trabalhos levantados

Quadro 2: Análise dos trabalhos		
III ENEBIO - 2010		
Título	Autoria	Descrição
Livro didático, ensino de ciências e gênero: reflexões necessárias	Zaida Barros Dias; Lérica De Oliveira	A pesquisa compreende gênero como uma forma de organização social que está vinculada ao tempo e à sociedade na qual está inserida. Defende que o tema seja discutido em sala de aula, e cita referências que abordam a falta desse tema no ensino de ciências, atribuindo a isso a ausência de discussões sobre gênero na formação docente. Critica ainda o desprezo que a ciência androcêntrica tem por trabalhos feministas. As autoras analisam principalmente os livros didáticos, problematizando a forma como esses podem propagar preconceitos, desinformações, geralmente ligados a concepções "tradicionais" de ciência. Os resultados da pesquisa mostram que num livro do 6º ano, mais de 70% das representações humanas são figuras masculinas - não especifica raça - e esses corpos são apoiados em discursos deterministas que garantem a posição de homens e mulheres como funcionalmente opostas na sociedade (Homens nos espaços públicos e mulheres nos espaços domésticos)
IV ENEBIO - 2012		
Título	Autoria	Descrição

Grupo de estudos de sexualidade e relações de gênero no contexto escolar: uma experiência na formação inicial de professores de biologia	Sandro Prado Santos; Mônica Miguel de Paula; Fernanda Fernandes dos Santos Rodrigues	Discute como a sexualidade é um tema que traz desafios para educadores, que preferem muitas vezes não abordar essas questões. O trabalho em si não traz uma definição de gênero e, embora aponte que essas discussões existam, não se aprofunda nelas, tendo o foco em questões relacionadas a uma sexualidade mais "biológica", com temas como gravidez, masturbação IST's e abuso sexual por exemplo. Ainda assim, o texto deixa explícito que essa não é uma discussão apenas biológica.
V ENEBIO - 2014		
Título	Autoria	Descrição
Corpos dissidentes no espaço escolar: Normatizações e assujeitamentos	Sandro Prado Santos, Bruna Teixeira Castellan	O artigo se pergunta o que é ameaçador ou perigoso nos corpos trans? Os autores parecem colocar em mesmo nível a dissidência de pessoas trans com pessoas que usam piercing, o que em minha interpretação soa bastante raso, para não dizer problemático. Aborda também sobre a existência de corpos marcados e não marcados, sendo os marcados aqueles tachados como marginalizados. Discute como a modernidade tende à homogeneização das pessoas e traz apontamentos necessários sobre a padronização dos corpos na escola. Defende o uso de banheiro para pessoas trans sob o argumento de uma necessidade biológica básica para todas as pessoas.
Contribuições do ensino de ciências à educação das relações étnico-raciais	Maria da Conceição Costa Melo	A pesquisa aponta que livros didáticos reforçam estereótipos sobre povos pretos e super valorizam produtos culturais europeus. O texto, cita a referência de um documento que aponta os estados mais violentos para pessoas negras e homossexuais, trazendo explicitamente uma clara associação das violências de gênero e de raça. O trabalho também aponta que a maior parte das abordagens sobre raça nos livros didáticos se concentram nas áreas de Ciências e Biologia.
Diversidade sexual na escola: Iniciativas para o campo do ensino	Roberta Ribeiro De Cicco, Eliane Portes Vargas	A autora agrupa estudos de gênero e sexualidade com relações étnico-raciais, e afirma a discussão dessas temáticas incentivaram os conteúdos curriculares e as práticas docentes a não reforçarem as diferenças sociais entre homens e mulheres, brancos e negros,

		<p>heterossexuais e homossexuais, e discute o como a juventude brasileira possui comportamento homofóbico.</p> <p>O artigo faz uma análise dos documentos sobre educação no Brasil, trazendo um breve histórico. A autora contextualiza brevemente o conceito de família, e como ela vem passando por mudanças e constituindo novos modos de relacionamentos. Por fim, a discussão sobre sexualidade de jovens está diretamente ligada ao conteúdo de IST's e gravidez, e aponta que o tema diversidade sexual é "polemico", e nem toda escola está aberta a acolhê-lo.</p>
<p>"Professora, a senhora gosta de homem ou de mulher"? Olhares de um grupo de estudantes sobre uma proposta de ensino sobre corpo, gênero e sexualidade na EJA</p>	<p>Fernanda Figueredo dos Santos; Marcos Lopes de Souza</p>	<p>O texto traz apontamentos sobre como a escola é um espaço de práticas regulatórias de gênero e sexualidades, baseadas na estabilidade de corpos masculinos e femininos, e nesse sentido aborda a dificuldade de professores em trabalhar esses temas, e quando abordada, frequentemente acontece de forma sexista, reforçando estereótipos, pelo falto de preparo desses educadores. A autora deixa explícito que "em algum momento da trajetória da humanidade convencionou-se uma hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã". O texto possui críticas a heterossexualidade compulsória, como essa afirmação se faz muitas vezes por uso da violência e faz uma citação sobre como o ensino de biologia silencia expressões culturais, sexuais, raciais e de gênero, num grande esforço para garantir uma heterossexualidade. Por fim, o texto faz uma crítica ao discurso da biologia que tende a homogeneizar os conhecimentos sob um status neutro e universal de Ciência como verdade. Ao fazer isso, as expressões culturais, sexuais, Raciais, de gênero e de credo são silenciadas, e com isso, essas discussões se limitam a estereótipos de gênero, sem a busca de suas superações. Autora cita pessoas intersexuais e como elas borram a fronteira do gênero e da sexualidade, permitindo romper com idealizações e questionar normalizações</p>
<p>Currículo de Biologia: Planejamento e ensino do tema "diversidade de</p>	<p>Luísa de Lemos Alves; Filipe Silva-Porto; Maria Margarida Gomes;</p>	<p>A pesquisa é um relato de experiência, e faz uma análise do currículo da licenciatura de Ciências Biológicas no colegio aplicação da UFRJ. Segundo a autora não estava previsto abordagens histórico-culturais da sexualidade humana no currículo da disciplina. A pesquisa aponta o desconforto e falta de preparo dos professores em se trabalhar com as</p>

comportamentos sexuais e sociais ligados ao sexo"		questões de sexualidade, e geralmente as apresentam a partir de uma perspectiva mecanicista e reducionista, associada à saúde, tratando corpo como máquina.
VI ENEBIO - 2016		
Título	Autoria	Descrição
Para além de menino e menina: Estratégias educativas para desconstrução do binarismo	Viviane Carnevale, Pedro Vargas, Alexandre Brauns, Jacqueline Girão,	<p>A pesquisa descreve uma atividade realizada em sala de aula com objetivo de discutir e desconstruir os binarismos de gênero. Faz uma crítica direta a naturalização da categoria "sexo biológico" enquanto dado estritamente biológico fixo e neutro a partir da perspectiva de Judith Butler.</p> <p>A autora descreve a escola como lugar de conflitos, por ser palco de discussões que colocam em xeque padrões normalizados. Também aborda o PCN que define sexualidade como um dado estritamente natural, se focando em temas como IST 's, gravidez, uso de preservativos etc. Para a autora, as discussões que abordam sexo/gênero são consideradas polêmicas. O artigo aponta a dificuldade em se encontrar material didático para tratar de gênero e sexualidade na formação inicial de professores, que sentem receio em trabalhar o tema. Também critica a representação de um corpo humano no livro de ciências, percebido como máquina, retratado sempre dentro de um ideal branco e cisheteronormativo.</p>
Ser ou não ser: Eis as questões (de gênero)	Evanilson Gurgel de Carvalho Filho	<p>Traz uma crítica a sexo biológico fundamentada em Butler. Segundo o autor, os conceitos de sexo biológico vão muito além dos significados atribuídos as variações morfofisiológicas nela contidas, passando e se misturando com as concepções de gênero da sociedade. O autor faz uma análise da forma idealizada que mulheres são representadas em músicas, ou na mídia como um todo, a partir da visão de homens, e como isso prejudica a luta pela emancipação das mulheres, criando um ideal de masculinidade e feminilidade.</p>

		O trabalho é sobre uma sequência didática, feita com estudantes de 1 ano da escola pública, para identificar os sentidos desses alunos acerca do que é ser homem e mulher, que na maioria dos casos esteve ligado à genitália.
Gênero e sexualidade na prática docente de professores de ciências: Investigação em uma escola pública de Fortaleza	Assis Wendell Claudino Cavalcante, Erika Freitas Mota	O Artigo que faz uma pesquisa com professores das ciências, acerca dos significados de alguns conceitos sobre sexo biológico, diversidade sexual, identidade de gênero etc. <i>As autores</i> trazem o conceito de sexo biológico como estritamente ligado as características morfofisiológicas do corpo humano. Para os professores entrevistados, sexo biológico esta ligado as definições "classicas" de macho e fêmea, que na perspectiva da autore esta de acordo com a literatura pesquisada, mas em relação a termos como gênero e sexualidade muitos se confundiram ou não souberam explicar. Os professores disseram que essas discussões devem ser feitas em sala de aula, mas sentem dificuldades em trazer o assunto e por isso não o fazem, se focando mais "na biologia". Autore finaliza apontando para a necessidade de uma formação continuada que capacite educadores a trabalhar essas questões.
Delineamento dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio	Bianca Araci de Figueiredo	O trabalho busca compreender como os estudantes compreendem certos termos relacionados à sexualidade. Segundo a autora, corpos são educados para seguir o binarismo baseado no sexo biológico, e que temos que superar esses fixismos. A autora faz um breve historico do movimento feminista desde a primeira onda, ressaltando como meninos e meninas são educados a reproduzir seus gêneros e defende que é obrigação da escola incluir debates sobre gênero. A autora faz algumas análises sobre alunos de escolas de baixa renda terem uma tendência a serem mais "patriarcais" do que alunos de escolas de classe média, o que ao meu ver é um apontamento bastante problemático feito sem devido contexto. Ressalta que a temática de sexualidade é sempre trabalhada sob o viés médico e que o espaço escolar reforça o binarismo de gênero
Tópicos de Genética numa perspectiva CTS: As contribuições e limites de	Raviéllen Vieira Barros, Paulo Marcelo Marini Teixeira,	O trabalho não discute diretamente nem o termo sexo biológico nem gênero, mas faz análise de uma sequência didática onde conceito de sexo-biológico em oposição a

uma sequência didática para o 3º ano do ensino médio	Ana Lúcia Biggi de Souza	identidade de gênero, dando a entender que o primeiro se trata de uma construção biológica e o outro uma construção social. Mas isso não fica claro no texto
Refletindo sobre os corpos: A importância da fundamentação teórica em sexualidade para formação docente em Biologia	Paulo Ricardo Santos de Sousa, José Roberto Feitosa Silva	O trabalho possui uma crítica ao determinismo biológico presente nos ensinamentos de ciência, e tenta encontrar alternativas, reconhecendo a complexidade em definir termos ligados a sexo biológico/gênero/sexualidade. Os autores entendem que a mídia é a principal responsável pela divulgação de estereótipos de gênero, o que discordo. Segundo a pesquisa, identidade de gênero, papel de gênero e orientação afetivo-sexual são fatores constantemente confundidos ao sexo biológico, como se este determinasse os últimos.
Queimando livros e currículos: considerações sobre a histeria neofundamentalista nas discussões de sexualidade e gênero	Alexandre Luiz Polizel, Fabiana Aparecida de Carvalho	A pesquisa faz reflexões sobre as questões de gênero e étnico-raciais presentes nos documentos que norteiam a educação no Brasil, reconhecendo o gênero como desprendido do essencialismo genético, físico e genital e fazendo uma crítica contundente à normatização dos corpos nos materiais didáticos, entendidos como máquinas perfeitas, normalmente brancas, magras, jovens, e cisheteronormativas. Nesses livros ainda, sexualidade é expressa apenas em caráter reprodutivo. A autora localiza os significados de ideologia e como as políticas neofascistas se apropriam desse termo para propagar apenas suas ideologias, analisando o discurso neofascista e a propagação da "ideologia de gênero". Segundo a autora, ser contrário a diversidades sexuais no Brasil virou uma bandeira fascista, e ainda aponta que na medida em que minorias de raça e gênero vão conquistando direitos, em contrapartida tendem a ser reprimidos coercitivamente pelo poder hegemônico. Essa "educação" que atua mais no sentido de "vigiar" desvios de normas sexuais, atua no sentido de apagar recortes de raça, classe, regionalidade, gênero e diversidade sexual.
Enlaces em conceito de gênero, formação docente e ensino de biologia	Neilton dos Reis, Lana Claudia de Souza Fonseca, Raquel Pinho	O artigo entrevista alguns professores que assumidamente trabalham questões de gênero e sexualidade em sala de aula, questionando os significados de alguns termos. O artigo faz um pequeno histórico sobre o conceito de sexo e gênero, questionando a "naturalização" atribuída ao conceito de sexo biológico. Traz citações que dizem que as

		<p>concepções de gênero vão definir também nossas concepções de sexo, e que estas são variáveis a depender da cultura. A autora critica a partir de Elizabeth Grosz o posicionamento de dados biológicos como pré existentes ao desenvolvimentos da sexualidade. O artigo discute intersexualidade e conceituações de gênero. Na entrevista, a concepção dos professores apontam para o ideia de um sexo/gênero binário estabelecido socialmente. A pesquisa aponta que a formação inicial não preparara professoras para temática de sexo/gênero, sendo este um espaço de lacunas e silenciamentos; Os docentes reconhecem que há preconceitos e discriminações atrelados às diferenças de gênero e que estas não deveriam ocorrer, mas encontram resistências no cotidiano escolar para trabalhar as temáticas.</p>
<p>Oficina sobre infecções sexualmente transmissíveis e sexualidade para adolescentes: um relato de experiência</p>	<p>Adriane Barreto Gôngora, Heloisa Santos Silva</p>	<p>Artigo Faz uma rapida discussão sobre sexo biológico e gênero, trazendo alguns questionamentos aos usos desses termos. Aponta que discussões de gênero precisam ser feitas nas escolas, a fim de diminuir desigualdades. Aponta também a escola como um lugar de normatização, e a necessidade de professores que desestabilizam o conhecimento em prol da liberdade. Compreende que os PCN possuem um viés heteronormativo, e discussões sobre diversidade sexual são consideradas "delicadas". Apesar dos apontamentos importantes, esses temas não são aprofundados e o foco da pesquisa, como explicitado no título é trabalhar IST's nas oficinas</p>
<p>Processos de subjetivação no ensino de ciências: A sexualidade para além do sexo biológico no desenho animado "Os pinguins de madagascar"</p>	<p>Helane Súzia Silva dos Santos, Maria dos Remédios de Brito, Carlos Augusto</p>	<p>Embora o artigo não se aprofunde nas discussões de sexo e gênero, fica clara a crítica ao binarismo existente no sexo biológico, e a visão naturalizada do sexo biológico como algo que é anterior as concepções de gênero. O texto faz uma crítica a ideia de que a biologia como aquela que possui as ferramentas adequadas para se chegar à verdade dos fatos.</p>
<p>Concepções de professores de ciências e biologia do município de Maringá,</p>	<p>Naomi Neri Santana, Alexandre Luiz Polizel, Eliane Rose Maio</p>	<p>O artigo aborda com preocupação a curta expectativa de vida de pessoas trans, e também como essa população enfrenta dificuldades para chegar no ensino superior e como a prostituição torna-se compulsória para travestis. A pesquisadora faz uma crítica da</p>

Paraná, sobre transexualidade		biologia como ferramenta de controle também de Etnia/Raça, apontando como os currículos buscam prevenir não só IST's e gravidez indesejadas, mas também modos de ser, e nesse sentido, pessoas trans são representadas majoritariamente em discussões relacionadas a doenças e perversidades. Nesse sentido faz uma crítica aos corpos representados em livros, sempre brancos, normativos e higienizados, como máquinas. A discussão sobre transidentidades nas escolas fica à mercê dos professores. A pesquisadora relata um olhar binário e normativo na visão de gênero dos professores entrevistados, que assumidamente não convivem com pessoas trans.
Adolescência E Ritos De Passagem: Considerações Sobre Sexualidade Nos Livros Didáticos	Alexandre Luiz Polizel; Mateus Oka; Eliane Rose Maio	O texto aborda um episódio num livro didático onde sexualidade e gênero, são discutidas de forma a naturalizar as transformações da puberdade apenas como algo biológico, e usa um exemplo de ritos de passagens de uma comunidade indígena, os colocando no lugar de "ritos exóticos". Autores não contextualizam nossos próprios ritos de passagem ocidentais. Na análise dos livros, o corpo é compreendido como uma máquina complexa, onde tudo tem que ser perfeito e nenhuma peça pode faltar. Esses corpos são sempre Brancos, cisgêneros, heterossexuais e magros. Apontamentos interessantes aos corpos representados em livros didáticos, inclusive sobre silêncios sobre corpos intersexuais.
As Biopolíticas Para Os Seres E Para As Coisas: O Corpo Sob Diferentes Atravessamentos	Adalberto Ferdnando Inocêncio; Fabiana Aparecida de Carvalho; Alexandre Luiz Polizel ; Tamires Tolomeotti Pereira; Mateus Oka de Farias; Naomi Neri	A pesquisa faz uma discussão sobre a forma como o corpo só passou a existir como categoria biológica a partir de modificações discursivas colocadas em evidência pela medicina e pela biologia. A pesquisa também faz uma crítica à neutralidade científica e discorre sobre como o corpo é tratado de forma fragmentada pela ciência ocidental, despido de suas facetas sociais e psicológicas.

Currículo De Biologia: Planejamento E Ensino Do Tema 'diversidade De Comportamentos Sexuais E Sociais Ligados Ao Sexo'	Luísa de Lemos Alves; Filipe Silva-Porto; Maria Margarida Gomes;	A pesquisa é um relato de experiência, e faz uma análise do currículo da licenciatura de Ciências Biológicas no colégio aplicação da UFRJ. Segundo a autora não estava previsto abordagens histórico-culturais da sexualidade humana no currículo da disciplina. A pesquisa aponta o desconforto e falta de preparo dos professores em se trabalhar com as questões de sexualidade, e geralmente as apresentam a partir de uma perspectiva mecanicista e reducionista, associada à saúde, tratando corpo como máquina.
Educação Para As Sexualidades, Os Gêneros E As Diferenças: Para Além Da Biologia, As 'biopolíticas' Atuais	Fabiana Aparecida de Carvalho	A autora traz um levantamento de documentos oficiais de educação e discute como as discussões desses temas levaram a uma virada conservadora em meados de 2016. O texto traz apontamentos importantes sobre como a biologia ajudou a construir representações e significados fisiológicos binários, masculinistas e heterossexuais. O trabalho reconhece que a biologia também agiu no sentido de moldar discursos quanto a etnia. Também discute sobre sexualidade não ser característica exclusivamente biológica, levanta uma crítica importante sobre a biologia enquanto dispositivo de controle e faz uma breve consideração sobre intersexualidade
Educação Em Ciências, Inclusão E Diversidade: Diálogos em Construção.	Lana Claudia de Souza Fonseca; Allan Rocha Damasceno	A pesquisa agrupa as questões de gênero e etnico-raciais como parte de uma mesma luta e que busca inserção na escola. A autora cita explicitamente o racismo epistêmico da educação em ciência, como entrave ao desenvolvimento de discussões aprofundadas sobre raça e gênero presente nas escolas e crítica o conhecimento considerado "válido" como aquele que só pode ser justificado pela a racionalidade científica de raiz europeia e ocidental. A pesquisa busca responder: o que se entende por diversidade na educação em ciências. Existem relações importantes entre questões de raça e gênero nesse artigo.
Ensino De Biologia E Gênero: O Que Dizem As Narrativas Não-Binárias?	Neilton dos Reis; Raquel Pinho	A pesquisa reconhece e referencia a existência de pessoas não-binárias. As autores fazem um breve histórico da inserção das temáticas de gênero e sexualidade nos documentos oficiais da educação no Brasil. O texto tem apontamentos importantes sobre como a discussão de temas transversais como gênero raramente ocorre no espaço escolar, sendo que muitas dessas discussões acabam caindo "nas mãos" do ensino de

		<p>biologia. <i>As autores</i> fazem uma crítica ao viés medicalista, apontando que este não contempla outras configurações de existência para além das heterossexuais e monogâmicas de afeto, e também discute como o binarismo é uma perspectiva intrínseca do ensino de biologia e pode reforçar cisheteronormatividades. Na entrevista, os estudantes relatam um silenciamento e constrangimento, de suas identidades nas disciplinas de ciências e biologia</p>
<p>Gênero, Sexualidade E Formação Docente: Reflexão E Não-Diretividade Para Construção Da Autonomia</p>	<p>Hylio Laganá Fernandes; Bianca Araci de Figueiredo</p>	<p>A pesquisa faz apontamentos sobre como a temática da sexualidade desperta curiosidade dos alunos, também por ser um assunto tabú, afirmando que os silêncios sobre essa sexualidade gera discursos higienistas, superficiais com "ênfase biológico". O artigo justifica que aspectos psicológicos e sociais das discussões sobre sexualidade são omitidos do discurso escolar, e isso contribui para reforçar o binarismo de gênero, justificando ainda que o ensino dessa temática deve ir além da prevenção de IST's e gravidez na adolescência. A pesquisa situa a necessidade de se debater as questões de gênero junto com pautas étnicas, e como essas lutas sofrem preconceito no meio escolar. Os autores discutem sobre a associação direta entre genital a papéis de gênero na cultura ocidental. A pesquisa concluiu que os estudantes não possuem consciência das distinções de gênero possam ser opressoras, e que os professores devem dar maior atenção a essa temática. Os professores não estão aptos a lidarem com diversidade, e a escola tende a reproduzir uma cultura de heteronormatividade, dicotomia de gênero etc.</p>
<p>Saberes Docentes E As Questões De Gênero No Ensino De Biologia</p>	<p>Vinícius Colussi Bastos;</p>	<p>A pesquisa contextualiza os problemas existentes no ensino sobre temáticas de gênero, como a imagem heterossexual e masculina da ciências e a dificuldade dos docentes em trabalhar essas questões discute os significados de gênero. O autor faz apontamentos sobre como meninos e meninas no ocidente aprendem a performar seus gêneros, e atribui a "falta de interesse de mulheres" em determinadas áreas da ciência oriundas da influência da família e da escola. O texto também discute a forma como se organiza pedagogicamente os conteúdos em sala de aula, e assume a dificuldade em identificar os problemas de gênero no ensino de biologia</p>

Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Regionais De Ensino De Biologia Rj/Es (2001-2015)	Raquel Pinho; Felipe Bastos;	A autora traz uma reflexão sobre como sexo e gênero se relacionam mas são diferentes. Busca também discutir a forma como a intersexualidade é tratada como patologia. Nos anais dos encontros que a autora escolheu, a maioria dos trabalhos sobre sexualidade foram produzidos por mulheres e a sexualidade parece ser um tema pouco expressivo nos EREBIOS, Segundo a autora, provavelmente por esse tema ser permeado por polêmicas.
Aprendendo Com Modelos: A Turma Da Mônica E Suas Famílias	Marcos Allan da Silva Linhares; Ailson Nunes Sales; Sandra Nazaré Dias Bastos;	A pesquisa busca conceitualização dos significados de família, usando como referência as definições trazidas no dicionário e pela própria biologia. O texto faz uma pontuação sobre o que é considerado uma família ideal e no geral mostra como os quadrinhos da turma da mônica reforçam os estereótipos de gênero, como "homem e mulher" da sociedade ocidental
“Diversidade No Âmbito Escolar: Diferentes Perspectivas Na Formação Docente”	Renata Alexandre Bianchi; Letícia Benavalli; Letícia Silveira Barcelos; Lúcia de Fátima Estevinho Guido	A pesquisa destaca a importância de se discutir questões acerca de racismo étnico-racial em conjunto com o preconceito de gênero, entendendo que essas categorias se relacionam e portanto devem ser compreendidas juntas. A pesquisa aponta a escola como local de propagação de normas sociais impostas pela sociedade.
VII ENEBIO - 2018		
Título	Autoria	Descrição
Problematizando os Padrões de Gênero e Sexualidade disseminados na sociedade: Uma experiência no ensino	Rafael Pelletti Fidelis Lopes, Ana Luisa Luisi Vieira, Tatiane Maris Gorska Falconi,	O artigo faz uma sequência didática dentro do PIBID para trabalhar com os alunos questões de gênero e sexualidade. No texto, busca se definir o que é gênero, identificando as desigualdades de gênero, apontando como o patriarcado é marcado em nossa sociedade, inclusive na ciência, que se mostra heteronormativa e homofóbica.

fundamental II no âmbito do PIBID	Aline Nair Mende Costa.	<p>O texto aponta também a influência cultural sobre a orientação sexual e questiona os valores que estão inseridos nas músicas presentes no cotidiano dos estudantes.</p> <p>O termo sexo biológico é tratado de forma naturalizada, como um conhecimento dado, enquanto gênero seria construído socialmente.</p> <p>Para os estudantes, o gênero está diretamente ligado à genitália, e há uma expectativa de comportamento dos indivíduos.</p>
Conceitos de Sexualidade: A percepção de escolares concluintes da educação básica de instituições públicas e privadas residentes em Belém, Pará	Yuri Cavaleiro De Macêdo Coelho Gleice Carla Silva de Castro, Letícia Siqueira Moura , Maria Vasconcelos	<p>O trabalho entende discussões sobre sexo como tema algo polêmico, e que a Escola não está apta a acolher satisfatoriamente discussões sobre sexo.</p> <p>Os pesquisadores deram uma série de termos para os alunos elaborarem definições, de minha perspectiva, muito questionáveis, que foram classificadas como satisfatórias e não satisfatórias.</p> <p>Entre os termos quero destacar "Transexualidade, que é definida a partir da resolução da época corrente do Conselho Federal de Medicina como "desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio." Essa definição foi considerada satisfatória e trabalhada com os estudantes.</p> <p>Os autores trouxeram a definição de Money (1998) como conceito satisfatório para sexo biológico. Segundo esse autor o sexo biológico é relacionado à genitália com a qual o indivíduo nasceu, sendo categorizadas em: macho, fêmea ou intersexo.</p> <p>Interessante notar que os autores classificaram os estudante entre pessoas do sexo masculino e feminino a partir disso se referiam respectivamente a eles como homens e mulheres.</p> <p>Em outro momento, citam um personagem homem trans de uma novela da globo, utilizando pronomes femininos, desconsiderando sua identidade de gênero em detrimento dos conceitos de "sexo biológico" por eles entendidos, o que é no mínimo desrespeitoso.</p>
Contribuições pedagógicas por meio da parceria	Jorge Luiz Silva de Lemos,	O trabalho relata as atividades de uma Liga acadêmica que realiza atividades de ensino e extensão em gênero e sexualidade com alunos de escola pública.

LESEX com CEFET RJ no ensino integrado de nível médio de Biologia	Thamiris Henrique de Oliveira, Beatriz dos Santos Melo, Thainá Gulias Oliveira	No texto o sexo é tratado como um dado natural e universal, e apenas gênero é construído socialmente e sexo feminino e masculino são ligados diretamente à genitália. As discussões são focadas em questões médicas e biológicas, como IST's, gravidez na adolescência etc. Numa das atividades, eles separam a turma em meninos e meninas (mas não fica claro quais critérios de sexo ou de gênero foram usados para essa separação). Numa outra atividade eles elencam as diferenças anatômicas existente entre meninos e meninas, utilizando categoria de gênero e sexo biológico como sinônimos e reforçando estereótipos.
Uma análise da disciplina de metodologia do ensino de Biologia da Universidade Federal de Lavras-MG na formação inicial de professores de biologia	Augusto Antonio de Paula Paulo Antônio de Oliveira Temoteo Antonio Fernandes Nascimento Junior	Analisa uma proposta de trabalho realizada na disciplina de metodologia de ensino de biologia para estudantes de graduação. Gênero e sexo biológico não são foco da pesquisa e os termos são mencionados como temas transversais na construção de um currículo de ensino. Esse tema seria trabalhado usando o espectro da sexualidade, que coloca sexo masculino e feminino nas extremidades de uma linha, e intersexualidade no centro, localizando essas categorias como aspectos binários "naturais".
Ensino de Ciências e Biologia, qual seu partido? Entre (Alinha)mentos e Fugas	Sandro Prado Santos, Matheus Moura Martins	O texto busca compreender a quem serve o programa Escola sem Partido, e quem se beneficia da censura de temas como relações étnico Raciais, diversidades e direitos humanos na escola. Os pesquisadores reconhecem que existe interesse de grupos conservadores e neoliberais em cercear tanto as discussões sobre gênero e sexualidade, como a das relações étnico raciais, consideradas por eles, pautas ideológicas. O estudo faz uma crítica a forma "biologizante" como gênero é trabalhado em sala de aula, tratando o corpo como instância única e exclusiva da biologia, num exercício de "imparcialidade" que satisfaz o ideal ocidental e branco de neutralidade, sufocando assim outras perspectivas. Reconhece que existe uma norma cisgenera e Heteronormativa nas escolas. Os autores relatam que durante a pesquisa conviveram com pessoas trans, e isso trouxe-lhes uma série de desafios epistemológicos importantes, que de outra forma não teriam acontecido. Faz uma crítica a naturalização de sexo/gênero e heterossexualidade compulsoria.

<p>Papéis sociais de gênero e perspectivas da participação da mulher no mercado de trabalho: avanços e possibilidades</p>	<p>Bianca Araci de Figueiredo, Hylio Laganá Fernandes</p>	<p>Trabalho mais focado em como os alunos percebem as diferenças de Gênero no mercado de trabalho. Traz um breve histórico da primeira e segunda onda do movimento feminista. Percebe que as distinções de sexo são distinções de biologia, e que estas não se separam das discussões de gênero. A pesquisa propõe um trabalho com jovens de 16 a 18 anos em uma escola de SP, onde os alunos devem classificar imagens como "de homem ou de mulher". Não se aprofunda na crítica ao sexo biológico, mas percebe-se uma crítica aos papéis de gênero que seriam construídos em cima de expectativas sociais sobre sexo biológico</p>
<p>Sexo, sexualidade, educação sexual, orientação sexual e diversidade sexual: Análise das produções no ensino de biologia</p>	<p>Cristiano Figueiredo dos Santos Vera de Mattos Machado</p>	<p>A pesquisa levanta trabalhos sobre sexualidade nos ENPEC, Enebio e REBIO, e nota um número maior de pesquisas na área no ano de 2016, provavelmente como reação às movimentações levantadas por movimentos conservadores nas discussões de planos municipais e estaduais de educação em 2015. O texto faz uma crítica a esses grupos conservadores e agrupa preconceitos raciais e de gênero como categorias a serem combatidas e fala sobre um crescente em produções na área a partir dos anos de 2015 e 2016 devido à crescente discussão dos temas na sociedade. Trás sexo biológico sob uma ótica mais crítica também, mas não se aprofunda muito, argumentando que se tratava de um trabalho em andamento. O artigo faz uma crítica a forma medicalista com que sexo é tratado em sala de aula</p>
<p>Mediação de professores de um cursinho popular: a abordagem do conceito de biodiversidade por meio de discussões de gênero e orientação sexual</p>	<p>Rúbia Amanda Guimarães Franco, Danilo Seithi Kato</p>	<p>O texto não se aprofunda nas discussões de sexo/gênero, e traz definições rasas acerca de sexo e sexualidade, com considerações, afirmando que existe um "lado biológico" passível de ser analisado completamente a parte das questões de gênero.</p>
<p>"Coisas que garotos devem saber": Sexualidade e</p>	<p>Dhemersson Warly Santos Costa,</p>	<p>Texto analisa um livro de Maurício de Souza. O artigo faz uma crítica à heterossexualidade compulsória implícita no material, forma puramente "biológica" como educação sexual é tratada e também a maneira como o autor descreve o corpo</p>

subjetivação no ensino de ciências e biologia	Carlos Augusto Silva e Silva	como uma máquina, sendo a sexualidade mais uma engrenagem desse mecanismo. Sexo biológico é questionado e apontado como algo que vai muito além dos parâmetros "reprodutores".
A Sexualidade pode ser trabalhada em sala de aula? O que dizem os documentos educacionais oficiais brasileiros?	Wellington Soares de Lima, Fernanda Aparecida Meglhioratti, Lourdes Aparecida Della Justina	A autora relata um esvaziamento dos temas de sexualidade nos PCN do ensino médio, justamente no momento em que esses jovens iniciam sua vida sexual. Ela afirma não existirem documentos norteadores que abordem a sexualidade de forma ampla para o Ensino Médio, mesmo sendo essa a faixa etária na qual as alterações anatômicas, fisiológicas e até mesmo psicológicas sofrem picos. O artigo traz uma crítica a maneira como os documentos oficiais naturalizam a discussão de sexualidade sendo discutida prioritariamente âmbito de sexo biológico. A autora reconheça a não binariedade e o texto argumenta que sexo biológico é uma categoria natural, ao passo de que gênero é uma categoria social.
A Questão Étnico-Racial No Ensino De Ciências E Biologia: Soluções Possíveis	Angelo Tenfen Nicoladeli; Eloisa Alves de Sousa	A pesquisa faz uma associação direta das epistemologias brancas europeias ao racismo. Traz também apontamentos interessantes sobre degeneração como ferramenta para controle de corpos. Os autores reconhecem que relações étnico-raciais e privilégios da branquitude devem ser assuntos presentes nas disciplinas de ciências e biologia. Também faz pontuações incisivas sobre o lugar epistemológico eurocêntrico e branco das ciências ocidentais. A metodologia utilizada foi analisar o currículo de ciências biológicas na UFSC, buscando possibilidades para o ensino de ERER, onde demonstraram a ausência quase total dessa temática.
Jogo didático para Educação Sexual	Caroline Pinheiro da Silva; João Victor Robles Rosa; Hylio Laganá Fernandes;	O trabalho se refere a aplicação de um jogo didático sobre sexualidade para uma turma da educação básica como forma de trabalhar o tema enquanto um eixo transversal. Os autores reconhecem que não existe neutralidade na prática docente, e busca refletir os valores e crenças dos educadores. Traz algumas considerações a respeito da necessidade de incluir temas como sexualidade na formação do discente. A pesquisa entende que

		ensino de sexualidade é visto apenas pela ótica médica, focando na prevenção de ISTs e gravidez, e problematiza isso.
Universidade das crianças: Ciência, Gênero e a produção da normalidade	Juliane dos Santos Amorim; Débora D'ávila Reis; Francisco Ângelo Coutinho	A autora reconhece o papel do gênero enquanto marcador social que gera diferenças ao longo da vida, e como essas normatividades nos afetam desde a infância. Também aborda a forma como os valores masculinos da ciência vão ser traduzidos no ensino de ciências. Ela reconhece a partir de Anne Fausto-Sterling os vieses trazidos por dualismos como sexo/gênero, Biologia/cultura etc. Também discute a forma como a racionalidade científica esta associada a valores masculinos na sociedade.
Diversidade E Educação Em Ciências: O Estado Da Arte Das Pesquisas (2013-2017)	Bruno Batista Cassiano; Danilo Mota Gomes; Julia Bomfim Caetano; Nadjara de Medeiros Corrêa; Lana Claudia de Souza Fonseca	Os autores alegam que existem dificuldades em se encontrar referenciais no campo das diversidades que possam dialogar com educação em ciências. A pesquisa ainda parece apontar que a temática de diversidade é trabalhada com foco na produção de materiais didáticos sem de fato aprofundar nas discussões epistemológicas aliadas à pesquisa. A pesquisa aponta que as discussões sobre diversidade aparecem quase que exclusivamente ligadas a temas como ecologia, se relacionando a grupos e comunidades de animais e plantas (Biodiversidade). Ao tratar de gênero e sexualidade, os trabalhos destacam a dificuldade da implementação destes assuntos, graças à resistência à discussão vinda da família e da sociedade. Ao tratar de relações etnico-raciais, existem ainda menos trabalhos que fazem essa relação, o que demonstra segundo a pesquisa a dificuldade da área em se reconhecer a contribuição das ciências biológicas para a manutenção dos locais de poder da elite branca, em uma tentativa de negar a própria história; como uma forma de apagar todas as ações que geram resultados tão enraizados na sociedade até os dias atuais.
Abordagem Sobre Sexualidade No Contexto Escolar na Visão dos Adolescentes	Luciana Sirqueira Viana; Osalina da Silva Nascimento;	A pesquisa faz uma crítica aos pensamento científico hegemônico, que impõe padrões normativos e fornece explicações essencialistas que separam o corpo biológico do cultural. Discute também acerca dos problemas resultantes da repressão de expressões de sexualidade nos espaços escolares. A pesquisa faz uma separação entre estudantes do sexo feminino e masculino, que de minha perspectiva reforça estereótipos binários de

	Charlyan de Sousa Lima Andréa Martins Cantanhede;	gênero, feito de forma descontextualizada e sem discussão sobre as razões dessa separação. A conclusão dessa atividade é que sexualidade é pouco abordada pelos professores na escola, e poucos pais conversam sobre o tema com os filhos
Educação Antirracista E Das Relações Étnico-Raciais No Ensino De Ciências E Biologia: Uma Análise Das Atividades Do Pibid Interdisciplinar Travessias Atlânticas	Luana Maria de Oliveira Ferreira; Rebeca Hennemann Vergara de Souza	Para a autora, existe uma desconexão muito grande entre a lei 10.639/2003 e a forma como as discussões étnico raciais são tratadas na escola, já que os professores formados desconhecem as interseções dessa temática com o ensino de ciências e biologia e os novos professores não recebem nenhum tipo de orientação nas suas formações. A autora justifica a partir de Kabengele Munanga que esse despreparo é resultado do mito da democracia racial, enquanto produto de uma educação eurocêntrica. A autora faz uma rápida relação de como a biologia pode ser usada para discutir temas sociais, entre eles gênero!
Cinema Na Escola: Roteiros Para Discutir Gênero, Sexualidade, Etnia E Muitas Outras Coisas...	Ailson Nunes Sales; Sandra Nazaré Dias Bastos;	No artigo, é proposto uma atividade pra trabalhar tanto gênero e sexualidade, quanto etnia e raça, agrupando essas categorias. Um roteiro de perguntas foi elaborado questionando aos estudantes como diferentes corpos eram tratados em cada filme (homens, mulheres, negros ou brancos). A pesquisa não se aprofunda de fato nessas questões, mas aborda sobre a importância em se discutir esses temas em sala de aula.
Povoando O Ensino De Biologia: Conexões E Linhas (In) Suspeitadas Com As Experiências De Pessoas Trans	Sandro Prado Santos	O autor inicia fazendo uma reflexão sobre a importância que a vivência com uma travesty o fez repensar a forma como interpretava sexo/gênero. O texto tece críticas ao uso das categorias sexo/gênero como se fossem sinônimos e também aponta para um silenciamento das discussões sobre experiências de pessoas trans até o quinto ENEBIO. A pesquisa faz um breve relato sobre como os temas relacionados a transgêneridades só começaram a aparecer a partir da 6 edição e como esses silenciamentos estão ligados à marginalização de corpos trans. Ele também faz uma observação quanto a falta de um eixo temático no ENEBIO sobre gênero e sexualidade.

Sentidos De Sexualidade Nos Anais Dos Encontros Nacionais De Ensino De Biologia (2005-2016)	Raquel Pinho; Felipe Bastos	A pesquisa faz um breve histórico ressaltando a importância histórica dos ENEBIO. As autoras consideram gênero, partindo de Foucault, como efeito do dispositivo da sexualidade. A pesquisa corrobora que o interesse por temas relacionados a sexo e gênero tem crescido com o passar do tempo, representando um fortalecimento desses debates no ensino de ciências e biologia, ressaltando que a maioria dessas pesquisas são feitas por mulheres. <i>As autoras</i> também demonstram que existe em grande parte dos trabalhos uma preocupação em criticar e compreender os aspectos sociais envolvendo gênero, para além dos reducionismos biológicos.
--	--------------------------------	---